



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

JUZÂNIA OLIVEIRA DA SILVA BRANDÃO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:**  
Ressignificando a concepção de comunidade

Brasília, DF  
Dezembro/2014



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

JUZÂNIA OLIVEIRA DA SILVA BRANDÃO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:  
Ressignificando a concepção de comunidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marutschka Martini Moesch.

Brasília, DF  
Dezembro/2014



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

*Dissertação de autoria de Juzânia Oliveira da Silva Brandão, intitulada Turismo de Base Comunitária: Resignificando a concepção de comunidade, submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Turismo, em 2014, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:*

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Marutschka Martini Moesch  
(Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília)

---

Membro Externo: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Fernando Luiz Araújo Sobrinho  
(Instituto de Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de Brasília)

---

Membro Interno: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luiz Carlos Spiller Pena  
(Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília)

---

Suplente: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Elenita Menezes Nascimento  
(Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília)

Brasília, 12 de dezembro de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Foram muitas as pessoas que me apoiaram e tornaram muito mais agradável minha trajetória durante o mestrado. Um especial agradecimento:

Ao meu amado esposo, Matheus Kaiser, pelo companheirismo “quase” que incondicional.

À minha amada filha, Gabriela, pelo “tempero” especial em minha vida com sua chegada.

À minha querida família - pai, irmãs, irmãos, cunhadas e cunhados - , pelo apoio e incentivo, principalmente, minha mãe, Maria Helena da Silva, e minha sogra, Ana Lúcia Kaiser, pelos dias dedicados à Gabi enquanto eu estudava.

Aos queridos amigos e padrinhos da minha filha, Alessandra e Cleyton, pela acolhida e apoio nos cuidados com a Gabi.

À amiga-irmã, Juliana Fernandes, que em diversos momentos me deu forças para prosseguir.

À querida professora Marutschka Moesch, minha orientadora, pela sua sabedoria irradiante e contagiante.

Aos professores do CET pelos conhecimentos partilhados, principalmente, à Maria Elenita, ao Luiz Spiller, à Karina.

Ao professor Fernando Luiz Sobrinho, da GEA, que, desde a graduação me honra com seus conhecimentos.

Aos amigos e colegas do mestrado, principalmente, Thamirys, Elissélia, Ângela, Carol, Geruza, Carla e Ricardo, pela convivência e trocas riquíssimas.

Ao Carlos Durigan que, mesmo de longe, contribuiu com sua experiente opinião para minha pesquisa.

E, por fim, a herança sertaneja que carrego junto comigo, a inquietude e os deslocamentos, a sede por sabedoria, a eterna busca pela acolhida e pelo pertencimento.

*“Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.”*

(Michel Foucault – A ordem do discurso)

## RESUMO

O interesse dessa pesquisa recai sobre a questão conceitual na qual diferentes propostas de turismo tem como alicerce o encontro entre visitantes e anfitriões e como muitos destes encontros intitularam-se desenvolvedores do Turismo de Base Comunitária. Trata também sobre a notoriedade que este tema ganhou nos últimos anos e sua real condição de avançar para além de uma segmentação mercadológica turística, que constituirá aqui a principal investigação. É a partir dessa realidade que se constrói a questão problema deste estudo: quais os efeitos no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária com o reducionismo em seu tratamento quando compreendido como segmentação turística pelo Ministério do Turismo? Dessa forma, analisar-se-á os projetos apoiados pelo Ministério do Turismo em seu edital de chamada pública de 2008 na tentativa de encontrar respostas quanto a concepção e compreensão de Turismo de Base Comunitária – TBC - tanto do órgão em questão como das iniciativas selecionadas que esse edital reverberou como sendo desenvolvedoras do Turismo de Base Comunitária. O estudo do tema proposto e de cunho qualitativo, adota como caminho metodológico o quadro de referência do materialismo dialético e a análise documental como estratégia de evidenciação dos dados a serem tratados a partir da análise de conteúdo. As análises permitiram encontrar respostas sobre a fragilidade da ausência de uma definição nos projetos do TBC do conceito de comunidade e as consequências disso na aplicação do edital utilizando-se somente do quesito “protagonismo” para definir o que se constituiu como segmento.

**Palavras-chave:** *Turismo; Turismo de Base Comunitária; Comunidade.*

## ABSTRACT

The interest for this study rests with the conceptual issue in which different proposals of Tourism have the meeting between visitors and hosts as a base, and in the way many of these meetings have entitled themselves Community Based Tourism. It also discusses about notoriety the this subject has achieved over the last years and its real condition on advancing to more than a Tourism market segmentation, what constitutes here its main investigation. Through this reality, this research's question was built: what are the effects of reductionism of term Community Based Tourism while being comprehended as a tourism segmentation by Brazilian Ministry of Tourism? In that case, projects that are supported by Ministry of 2008 Tourism on Public Calling Notice in attempt of finding responses about Community Based Tourism (CBT) conception and comprehension as from organization in question as from selected initiatives, announced on this Notice as Community Based Tourism developer. This research, qualitative, adopts a dialectical materialism frame of reference as methodology, and documentary analysis as a data identification strategy, which has been checked through analysis of contents, what allowed to find answers concerning to fragility of the lack in CBT projects definition of a concept of community and its consequences in application of the Notice just based on the factor "role" to define what ended up being a market segment.

**Keywords:** *Tourism; Community Based Tourism; Community.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	38
Figura 2.....	42
Figura 3.....	43
Figura 4.....	47
Figura 5.....	50
Figura 6.....	52
Figura 7.....	54
Figura 8.....	56
Figura 9.....	62
Figura 10.....	64
Figura 11.....	66
Figura 12.....	68
Figura 13.....	70
Figura 14.....	71
Figura 15.....	73
Figura 16.....	75
Figura 17.....	77
Figura 18.....	79
Figura 19.....	81
Figura 20.....	83
Figura 21.....	85
Figura 22.....	87
Figura 23.....	89
Figura 24.....	91
Figura 25.....	95

Figura 26.....	98
Figura 27.....	102
Figura 28.....	107
Figura 29.....	109
Figura 30.....	111
Figura 31.....	113
Figura 32.....	115
Figura 33.....	117
Figura 34.....	119
Figura 35.....	121
Figura 36.....	123
Figura 37.....	125
Figura 38.....	128
Figura 39.....	130
Figura 40.....	132
Figura 41.....	135
Figura 42.....	137
Figura 43.....	139
Figura 44.....	141
Figura 45.....	143
Figura 46.....	145
Figura 47.....	147
Figura 48.....	148
Figura 49.....	172
Figura 50.....	190

Figura 51.....	193
----------------	-----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos de Caso .....	20
Quadro 2 - Linhas temáticas .....	36
Quadro 3 - Critérios de análise de proposta.....	37
Quadro 4 - Panorama geral dos projetos selecionados .....	39
Quadro 5 - Projetos por região .....	39
Quadro 6 - Distribuição dos projetos .....	40
Quadro 7 - Região Norte .....	41
Quadro 8 - Região Nordeste .....	59
Quadro 9 - Região Centro-Oeste .....	94
Quadro 10- Região Sudeste.....	104
Quadro 11 - Região Sul.....	134
Quadro 12- Atributos essenciais às comunidades .....	152
Quadro 13 - Tipos de Relação .....	156
Quadro 14 - Bases da comunidade.....	161
Quadro 15 - Conceitos-chave de comunidade .....	164
Quadro 16 – Elementos essenciais ao conceito de Comunidade .....	166
Quadro 17 - Categorias da sustentabilidade .....	168
Quadro 18 - Global e Local .....	183
Quadro 19 - Práticas comunitárias.....	194



## LISTA DE ABREVIATURAS

ACVL – Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis  
ACEVAM – Associação de Colonos Ecologistas do Vale Mampituba  
ADELCO – Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido  
AL – Alagoas  
AM – Amazonas  
AMAPO – Associação dos Moradores e Amigos do Pontal da Barra  
AMORU – Associação dos Moradores do Rio Unini  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APP – Área de Proteção Permanente  
Asmupesq – Associação das Mulheres do Pesqueiro  
BA – Bahia  
CE – Ceará  
COEPI – Comunidade Educacional de Pirenópolis  
COODESTUR – Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico  
COOPAGRAN – Cooperativa dos Pais e Amigos da Casa Grande  
DHE – Dialética Histórico-Estrutural  
DHM – Dialética Histórico-Materialista  
ECOMAR – Estudos Costeiros Marinhos  
ES – Espírito Santo  
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau  
FVA – Fundação Vitória Amazônica  
GO – Goiás  
IAF – Instituto Agroflorestal Bernardo Hokyoort  
IBTS – Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais  
IMM – Instituto Magna Mater  
IATEC – Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania  
IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas  
IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado  
ITI – Instituto de Turismo de Itacaré  
MA – Maranhão  
MG – Minas Gerais  
MMA – Ministério do Meio Ambiente

MT – Mato Grosso  
MTur – Ministério do Turismo  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PA – Pará  
PE - Pernambuco  
PNT – Plano Nacional de Turismo  
PR – Paraná  
Rede Turisol – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário  
RedTurs – Rede de Turismo Sustentável da América Latina  
Ref. – Referência  
Resex – Reserva Extrativista  
RJ – Rio de Janeiro  
RN – Rio Grande do Norte  
RS – Rio Grande do Sul  
SC – Santa Catarina  
SE – Sergipe  
SEMEAR – Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológicos e de Artes  
SP – São Paulo  
SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental  
TBC – Turismo de Base Comunitária  
TO – Tocantins  
TRC – Turismo Rural Comunitário  
TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário  
UF – Unidades da Federação  
VEM – Viagem Encontrando Marajó  
WWF – World Wild Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 A POLISSEMIA NA CONCEPÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - TBC</b> .....	<b>6</b>
1.1 O CAMPO CONCEITUAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	6
1.2 TBC COMO PRÁTICA TURÍSTICA.....	11
1.2.1 Ministério do Turismo: a construção da definição de TBC.....	15
<b>2 PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO – 50 EXPERIÊNCIAS DE TBC NO BRASIL – ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO</b> .....	<b>24</b>
2.1 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA .....	24
2.2 O MATERIALISMO DIALÉTICO NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE.....	26
2.3 OBJETO DE ESTUDO: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO – 50 EXPERIÊNCIAS DE TBC NO BRASIL .....	34
2.3.1 Edital de chamada pública: seleção de projetos para apoio ao TBC.....	35
2.3.1.1 Apresentação das propostas selecionadas.....	40
<b>3 DESAFIOS DA POLISSEMIA DO CONCEITO DO TBC</b> .....	<b>149</b>
3.1 A CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE E SEU SIGNIFICADO NO EDITAL DE TBC DO MINISTÉRIO DO TURISMO .....	149
3.2 RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE COMUNIDADE PARA O TBC ....	162
3.3 OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE PARA O TBC .....	166
3.4 A RELAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO CAPITAL SOCIAL E O FORTALECIMENTO DO TBC .....	172
3.5 A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DE REDES NA ORGANIZAÇÃO DO TBC .....	176
3.6 AUTOGESTÃO COMO MECANISMO DE CONSTRUÇÃO DO LUGAR AO TBC NO TURISMO GLOBALIZADO .....	177
3.7 DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DAS LOCALIDADES DO TBC .....	180
3.8 TBC E SUA ESSÊNCIA .....	185
<b>EVIDÊNCIAS FINAIS</b> .....	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>200</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>207</b>

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS MTUR/2008.....	207
--	-----

## INTRODUÇÃO

O turismo surge com a necessidade do “ser” em ultrapassar as linhas do cotidiano, da rotina. Sua principal razão é a de expor este existir a novas experimentações, novas relações, com o outro - social, ambiental, cultural -, ou com ele mesmo, através de retiros e viagens de autoconhecimento.

Anos, décadas, séculos se passaram e não houve muitas mudanças nesse sentido. O homem continua a viajar para buscar o novo, seja o novo em seu ineditismo ou uma experiência de outrora que, no presente contemporâneo ao turista, é revisitada e ressignificada. Aquele que se aventura pelo turismo, busca algo que não se encontra no cotidiano, necessitando sentir-se um estrangeiro, não um estranho excluído na multidão de uma grande cidade na correria de seu dia-a-dia, mas um estrangeiro que se sente atraído pelo exótico, que tudo que vê o encanta, pois seu olhar já está cansado da mesma paisagem, mesmo que esta paisagem não seja a mesma na perspectiva de tantos outros estrangeiros.

Para Derrida (2003, p. 25) esse estrangeiro seria

[...] alguém que, para que seja recebido, começa-se por querer saber o nome; ele é levado a declinar e garantir sua identidade, como se testemunha diante de um tribunal. Alguém a quem se coloca em questão e dirige uma pergunta, a primeira pergunta: ‘Como te chamas?’, ou, ainda, ‘Se me disseres como te chamas, respondendo a esta pergunta tu respondes por ti, tu és responsável diante da lei e diante dos teus hospedeiros, tu és uma pessoa de direito’.

Esse estranho que, para ser aceito, recebido em uma outra casa, que não é a sua, precisa, pelo menos, deixar registrado seu nome, já que não conhece nada mais desse outro, este outro que é o desconhecido, que é quem busca um “ceder” no espaço daquele que acolhe, um outro que, a todo instante, questiona e instiga quem é do lugar, somente por sua presença.

É esse estrangeiro que o modelo de Turismo de Base Comunitária (TBC) pretende abrigar, muitas vezes, em baixo do mesmo teto que o grupo familiar, membros íntimos que, através de uma cultura própria, se reconhecem e convivem. Como então acolher, abrigar esse outro que chega, que pertence, conhece e convive com outras culturas distintas das suas?

Derrida (Idem, p. 23-25) aborda, também, a questão da hospitalidade, que pode ser uma hospitalidade que exige primeiro o nome, designa quem o hóspede é, qual sua linhagem, mas, também, suscita a questão da hospitalidade absoluta que poderia responder a pergunta acima. A hospitalidade absoluta:

[...] exige que eu abra minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe *ceda lugar*, que eu o deixe vir, que eu o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome.

Esse modo de hospitalidade contraria e confronta todas as leis em nome de um lugar oferecido e guardado ao outro, um espaço em que ele possa “ser” e “fazer ser” na morada de quem lhe recebe, ou, simplesmente, resguarda e acolhe unicamente em nome do bem receber, sem lembrar constantemente ao outro que ele nada mais é senão “o outro”.

A partir dessa linha de raciocínio fica mais claro compreender a experiência adotada através da vivência no TBC, de transformar algo comum em uma experiência extraordinária, ou seja, uma situação corriqueira de uma cena simples em algo divino, espetacular, cabendo ao outro, o estrangeiro, somente o desfrutar de cada momento, tecido dessa vida em comunidade.

O interesse dessa pesquisa se debruça sobre as ações do Ministério do Turismo em desenvolver e promover o segmento de TBC, porém, a inconsistência sobre a questão conceitual gera diferentes propostas de turismo que se autointitularam desenvolvedores do TBC. Isso é compatível com a notoriedade que o TBC ganhou nos últimos anos, devido à ideia de proporcionar algo novo e genuíno a partir da vivência local.

Cabe, aqui, verificar a real condição do TBC, sua constituição e suas abordagens que compõem as experiências e as peculiaridades dessa manifestação turística, com o intuito de avançar para além de uma mera significação mercadológica, segmentar, promulgada pelo principal órgão federal de turismo, o Ministério do Turismo (MTur).

Afim de contribuir para uma análise mais profunda, tanto no campo conceitual, como nas práticas já existentes do que é o TBC, é que se constrói a principal questão problema deste estudo: Quais os efeitos no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária com o reducionismo em seu tratamento, quando compreendido como segmentação turística pelo MTur?

Com a segmentação, a preocupação é se o TBC está sendo desconfigurado com interesses, unicamente mercadológicos, sendo que, o mesmo - ao ser idealizado, planejado e implantado genuinamente nas comunidades - tinha o foco voltado, primordialmente, às questões sociais, questões constituídas pelo povo do lugar, pelo povo da terra. Este povo que retira da terra os saberes e sabores necessários ao abastecimento de suas vidas. São comunidades que, mais que ninguém, sabe da importância e do valor que essas terras têm em sua história, em sua formação como sujeito do seu próprio desenvolvimento.

Quando o TBC trata de comunidades tradicionais, vale evidenciar que a relação de pertencimento com a terra é essencial a elas. E, é este sujeito, junto com os demais de sua comunidade da terra, que perceberam que, através do TBC, os outros sujeitos, externos a sua terra, poderiam conhecer e experienciar o valor dessas vivências, dos fazeres e saberes construídos na relação com a terra.

Hoje, no contexto de uma sociedade globalizada, são muitos os interessados em desfrutar de modos de vida que se constituem na simplicidade, nos laços que, através das experiências, se moldam como sustentáveis, em um mundo que, aparentemente, nada mais se sustenta.

A partir daí, é perceptível que no universo, do Turismo de Base Comunitária (TBC), pelo menos no formato brasileiro, muitas são as comunidades que vêm se afirmando como desenvolvedoras dessa prática de turismo. Porém, se confrontarmos as práticas existentes com a teoria caracterizada como TBC, constatar-se-á que muitas dessas experiências não respondem aos elementos fundamentais na constituição do TBC

Com base nisso, estrutura-se o seguinte objetivo geral: analisar, a partir dos projetos selecionados pelo MTur, em seu edital de 2008, a construção do conceito

de TBC, e identificar os efeitos de seu reducionismo à segmentação turística. Para alcançar esse objetivo geral construiu-se os seguintes objetivos específicos: definir o TBC através de levantamentos histórico-conceituais; identificar, a partir das teorias existentes, a concepção de comunidade e o tratamento dado pelo edital de 2008 do MTur, a esse respeito e; analisar os formatos de comunidades existentes nos projetos selecionados em relação às categorias conceituais propostas.

Pois, acredita-se que as características fundamentais para que aconteça, de fato, o TBC são os vínculos de comunidade. Através destes vínculos se moldam o desenvolvimento local, tendo como pedra fundamental a autogestão dos atores locais embasada nos princípios da tal sustentabilidade. E, o que se percebe é que são poucas as comunidades que, por si só, atingem esse processo de autonomia de planejamento e de gerência, sem contar com o auxílio de ONGs ou instituições exógenas ao seu ambiente socioambiental, foco dessa pesquisa.

O interesse inicial desse estudo era realizar um estudo de caso múltiplo, de realidades diferentes, porém, a própria fragilidade de um dos casos na pesquisa em campo reverteu a necessidade de retomar a concepção de um trabalho de gabinete pela inconsistência da experiência como desenvolvedora de TBC.

O estudo de caso múltiplo seria realizado nas seguintes populações: Região Vale Mar e Guerra, situada em Pirenópolis (GO), devido ao fato de que esta região teve seu projeto selecionado, para participar do edital de 2008 do MTur, estando, assim, dentro dos parâmetros desse órgão como desenvolvedora de TBC; Quilombo Kalunga, situada em Cavalcante (GO), por acreditar que esse grupo social apresenta os elementos essenciais de uma comunidade, característica fundamental ao desenvolvimento de TBC.

Infelizmente, devido à ausência de resposta dos envolvidos no projeto da Região Vale Mar e Guerra – o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, proponente do projeto; as propriedades presentes no roteiro da região; a Secretaria de Turismo de Pirenópolis; e o MTur - Coordenação Geral de Produção Associada e Desenvolvimento Local – não foi possível levantar dados e informações essenciais ao estudo de caso, sendo necessário um rearranjo quanto ao tipo de pesquisa,

partindo, assim, para uma análise de todos os projetos selecionados pelo o MTur e, conseqüentemente, verificar sua continuidade.

Sendo assim, essa dissertação se divide em quatro capítulos, nos quais, o intuito é, através do olhar dialético, descrever a situação atual do TBC e, a partir do que está posto, ressignificá-lo, afim de encontrar elementos que construam uma base teórica ao Turismo de Base Comunitária.

No capítulo 1 apresenta-se as abordagens e definições que compõem o panorama atual do campo conceitual do TBC, desde as práticas que se definem desenvolvidoras do TBC ao enfoque adotado pelo Ministério do Turismo, principal órgão fomentador nacional.

No capítulo 2 descreve-se: a trajetória metodológica traçada por esse estudo, a fim de encontrar respostas ao proposto inicialmente; a caracterização do método dialético, orientador da forma de estrutura e compreensão dessa dissertação e o objeto de estudo, explanação das experiências que servem de marco à composição desse trabalho.

No capítulo 3 aborda-se o Turismo de Base Comunitária, no cenário do turismo brasileiro. Discute-se aqui, concepções e conceitos que situam e diferenciam o turismo em comunidades.

Por fim, na última parte, em Evidências Finais se sintetiza, por meio de uma retomada em todo o texto, um novo olhar sobre o TBC e sua forma de composição, construindo uma nova definição ao Turismo de Base Comunitária.

# 1 A POLISSEMIA NA CONCEPÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - TBC

## 1.1 O CAMPO CONCEITUAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Nas últimas décadas, o turismo como fenômeno social, tem se expandido de forma significativa, seja pelo advento da internet, onde as informações circulam de forma constantemente dinâmica, possibilitando aos turistas, do mundo todo, se aventurar em busca de novas experiências, seja pela rapidez com que as pessoas podem percorrer o globo em questão de horas, devido ao avanço tecnológico dos meios de transportes, cada vez mais velozes, confortáveis e acessíveis.

Neste ano, devido à Copa do Mundo da Fifa 2014, o Brasil esteve, constantemente, vinculado à mídia, esse evento aumentou consideravelmente o número de estrangeiros visitando esse país. Além disso, naturalmente, o Brasil também atrai muitos visitantes por sua diversidade sociocultural e ambiental, o que proporciona aos turistas uma vasta gama de experiências.

No Brasil, o principal órgão fomentador de ações voltadas ao turismo é o Ministério do Turismo (MTur). Este órgão aposta nesse segmento, por acreditar que este é uma atividade econômica que necessita de menor investimento para criar postos de trabalho e também por ser intensa em mão-de-obra, em função da natureza dos serviços envolvidos em sua cadeia produtiva (BRASIL, 2013). Vale salientar que o turismo tem uma participação importante no PIB (Produto Interno Bruto Nacional) por atrair capital estrangeiro a partir de pouco investimento.

O número de viagens nacionais também aumentou consideravelmente nos últimos anos. Isso se deve, em grande medida, à estabilidade na economia nacional, que, por conseguinte, melhorou o padrão de qualidade de vida da população brasileira, proporcionando-lhes acesso a bens e serviços que, outrora, eram restritos a uma pequena parcela da sociedade.

O Turismo de Base Comunitária se insere no cenário nacional, como um segmento capaz de estimular a atividade econômica local, a partir de um mínimo investimento, o que permite que muitas famílias abram suas casas para hospedar

turistas, cujo interesse repousa na expressão sociocultural da comunidade em questão. Porém, esquecem-se que no ato de hospedar um estrangeiro, em sua casa - em meio a uma estrutura familiar consolidada - é algo extremamente delicado, ainda mais em comunidades tradicionais que, para manter essa tradição optou-se por um certo grau de “isolamento”.

O turismo brasileiro surge em espaços que possuem características distintas sobressalientes, exemplos disso são os notórios elementos culturais particulares e/ou belezas cênicas capazes de motivar pessoas de diferentes lugares. Com a chegada de um número cada vez maior de visitantes, exige-se da localidade anfitriã melhorias, qualitativas e quantitativas, de sua estruturação receptiva.

Percebe-se nos destinos turísticos brasileiros a baixa ou quase ausência de se pensar e planejar o turismo, e quando há algum tipo de planejamento, este costuma ser elaborado por empresários locais, do referido ramo de atividade, exclusivamente aos turistas. Sem mencionar que a ação de planejar ocorre simplesmente, em muitas localidades nacionais, quando alguma barreira fiscal engessa ou freia o turismo na localidade, tocando no âmago econômico, exigindo assim um rearranjo urgente.

Tendo esse cenário em vista, percebe-se recorrentemente nas localidades turísticas deste país que grupos de empresas ligados a esse setor, em sua maioria - em especial os grandes empreendimentos voltados primordialmente ao turismo - têm uma relação meramente econômica com o fenômeno turístico e o “vende” como se fosse um mundo cheio de possibilidades inesgotáveis, cada uma mais fascinante que a outra, um catálogo abundante de imagens e cores, simulacros que prometem realizar qualquer “sonho”. Para isso não economizam em publicidade.

Analisando por este viés, a relação homem-espaço não se constitui de forma plena, muito pelo contrário, passa a ser um belo cartão postal onde muitos gostariam pousar para uma nova fotografia.

Ao tratar sobre consumo desenfreado Milton Santos (2006, p. 48) manifesta a seguinte opinião:

[...] atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. Então, na cadeia casual, a chamada autonomia da

produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí, o império da informação e da publicidade.”

Infelizmente, é essa a realidade na qual estamos inseridos, uma realidade em que os apelos ao consumo desenfreado “gritam” o tempo todo em nós, nos fazendo reféns de uma lógica de consumo nada lógica e, muitas vezes, apelativa. Cruelmente, este tal modelo se volta para todos, desde para bebês em mídias infantis até para idosos. Tudo isso para satisfazer desejos, porém, esquece-se que desejos são constantemente reformulados de acordo com a “moda” atual e frequentemente mutável. Nesse sentido, a cadeia de produção atual detém um inesgotável ciclo de consumo.

O fato é que os empresários querem retornos financeiros imediatos enquanto os turistas estão sedentos por experiências em alto grau de excelência. Não poderia dar mais errado esta fórmula, mas deu! Muitos são os lugares que são devastados pelo “turismo” e como o mesmo se constitui, sua ação desmedida desconfigura e desfigura lugares e culturas, transformando-os em algo que não é o que deveria ser, e que não será o que seus moradores desejam.

E como os desejos mudam, o tempo todo, percebe-se que o mundo, antes gigante, enorme, agora cabe na “palma da mão”. Hoje já é possível visitar, virtualmente, as principais cidades do mundo devido às possibilidades oferecidas pelo avanço tecnológico na área de dispositivos móveis, que nos permite, a qualquer momento e em muitos lugares conectar e desconectar a diversos pontos do globo.

Porém, a forma mais bela de des-cobrir, des-vendar uma cidade se traduz nas palavras de Morin (2014). Para ele, “descobrir uma cidade é primeiramente caminhar por ela, caminhar. [...] Temos que nos apropriar da cidade com os pés.” A forma mais autêntica e singular do homem, erguer-se e medir o mundo com seus passos, um pé atrás do outro.

É no caminhar que desdobramos o caminho por meio de nossos passos e nossos sentidos. Essa é a forma máxima das sensações que o caminho poderá proporcionar ao caminhante, aquele que se deixa guiar por retas e curvas desconhecidas, onde a cada curva há o desvendar de um novo horizonte, possibilidades infinitas de percursos.

Outra forma de perceber e projetar o turismo é a perspectiva do governo. O Ministério do Turismo através de seu mais recente Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (PNT), esse documento aborda a situação do turismo nacional e as estratégias adotadas para o fomento do turismo no país, engessa-se em uma visão socioeconômica otimista para o turismo no Brasil dentro dos próximos anos, destacando-se em especial os mega eventos esportivos, Copa 2014 e Olimpíadas 2016. O mesmo aborda, que, através dos aspectos oriundos da atividade econômica há geração de benefícios sociais, e por conseguinte, crescimento e desenvolvimento socioeconômicos em âmbito nacional.

Porém, esse ganho social advindo dos aspectos econômicos se resume tão somente a análises de dados quantitativos de geração de postos de emprego e trabalho e seus reflexos no cenário econômico nacional.

Essa situação fica clara em uma passagem do próprio PNT 2013-2016 (BRASIL, 2013, p. 16), onde, ao tratar da recente ascensão de classes de parte da população brasileira cita:

O setor turístico participa dessa nova fase de crescimento e se consolida como importante atividade econômica para geração de emprego, desenvolvimento social, investimentos em infraestrutura, sustentabilidade e modelagem do ambiente competitivo.

Ao dar ênfase à questão econômica, o governo se apoia e se apropria de um desenvolvimento turístico em que os principais envolvidos, fazem parte da rede empresarial que circunda o turismo, reduzindo assim o universo de envolvidos direta e indiretamente com esse fenômeno social que é o turismo.

A óptica empresarial representada pelas ações governamentais concretiza o argumento de que a “política agora é feita no mercado.” (SANTOS, 2006, p. 67). É esse mercado que cria e dita normas para atender as suas necessidades, definindo quais serão os beneficiados através de seus trabalhos de assistência social. Com essa frase Milton Santos define bem essa relação, ao enfatizar que o Estado concede às empresas globais funções essenciais do próprio Estado, funções estas que seriam voltadas a atender o interesse da população e não somente de uma pequena parcela dela, e que em muitos casos nem faz parte da população local. Assim o mesmo autor retoma que nas “condições atuais, e de um modo geral,

estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores”, deixando cada vez mais a população menos assistida e refém de uma economia dominante e individualista.

Esse modelo obsoleto acaba por gerar necessidades contrárias as de fato existentes e demandadas pelos moradores locais, retomando uma lógica irracional de constituição de um lugar produzido para agradar pessoas exógenas ao lugar. O que em muitos casos acaba por gerar conflitos entre os moradores locais e os turistas, em vez da tão “desejável” interação entre estes dois entes primordiais para a existência do fenômeno turismo.

Enquanto isso a sociedade civil padece de consequências desmedidas geradas por um turismo não planejado e não pensado nos moradores locais. Isso reverbera em toda a população.

Necessita-se mudar essa visão reducionista de que localidades turísticas devem ser planejadas tão somente para agradar, momentaneamente, aos turistas, ao contrário disso, o fenômeno do turismo deve ser desenvolvido de forma harmônica, em lugares que conseguem encantar e acomodar o que dele se molda e é moldado por ele, o filho de sua terra e suas tradições. Pois já se sabe que uma localidade planejada e estruturada para acolher seu morador também acolherá seus visitantes, pois a existência do lugar é essencial à existência do turismo.

Diante deste cenário, percebe-se que é grande a influência da visão construída pelo Ministério do Turismo (MTur), ao tratar o Turismo de Base Comunitária (TBC) como um simples segmento de mercado atribuindo ao mesmo características de “produto turístico”, passível de comercialização de forma *standardizada* e venda a um grupo específico. Isso acontece em resposta à influência que esse órgão sofre do grupo empresarial.

Tendo em vista que o conceito “segmentar” tem por intuito agrupar indivíduos que possuam características que satisfazem pesquisas mercadológicas a fim de constituir “produtos” mais condizentes com a realidade e anseios de seus consumidores.

As práticas de TBC buscam ser muito mais que um “segmento”. Nas suas práticas, a forma do fazer turismo (planejamento, gestão e prática) se dá por meio da autogestão, onde atores, entes comunitários, atuam efetivamente na realização

de práticas turísticas e não somente como coadjuvantes de instituições estrangeiras ao lugar. Essa governança, para ser efetiva, acontece através de associações, cooperativas, entidades sociais e organizações abertas a todos os membros do lugar.

Reduzir o turismo a segmento é não enxergar que esse fenômeno é

[...] uma prática social da vida humana e encontra seu dinamismo enraizado numa experiência da pessoa, do nomadismo e do anseio de separação. O ser humano é movimento, comunicação e presença. O fenômeno turístico como acontecimento forma um sistema aberto e orgânico, uma rede hologramática através de fazeres tecnológicos recheados de um saber próprio, expresso na diversidade cultural histórica geradora de possibilidades, [...] demarcando a diversidade local como atrativo. (MOESCH, 2004)

Pois dentro da complexidade do que se compreende por TBC, incorporam-se diversas práticas turísticas, desde turismo voltado ao social até o de cunho ecológico, dependerá de como a comunidade o organiza, integra e compartilha de sua realidade aos seus visitantes. As experiências que trazem, em sua essência, características inerentes ao universo do TBC – uno e diverso – peculiar de cada comunidade referente.

## 1.2 TBC COMO PRÁTICA TURÍSTICA

No fim do século passado, o turismo apresentou-se como alternativa de desenvolvimento socioeconômico para comunidades que possuísem elementos singulares com poder de atratividade de indivíduos externos. A partir daí, surgiu uma corrida para caracterizar diferentes destinos, cada um ávido para encontrar a fórmula mágica que trouxesse, imediatamente, os resultados econômicos, e, conseqüentemente sociais, gerados a partir do desenvolvimento do turismo.

Na contramão dessa corrida, estão comunidades que assimilam o turismo às atividades econômicas da localidade, tendo como foco o desenvolvimento endógeno, a participação comunitária e que perceberam, no Turismo de Base Comunitária, um catalisador para atingir melhores condições de vida aos seus moradores, onde o fator principal da atratividade turística é a extensão da vivência das atividades cotidianas, entre anfitriões e os seus visitantes.

Para Maldonado (2005), o TBC tem raízes no capitalismo e, para desenvolver um turismo mais consciente e sustentável a atender um segmento de mercado, as comunidades se organizam para promover o turismo comunitário. Há também, a eminência de comunidades tradicionais, que por sua forma de organização, atraem visitantes, mesmo sem estrutura turística, acolhendo interessados em seus hábitos e tradições.

Esse mesmo autor diz que o surgimento do TBC está associado à necessidade do mercado globalizado em novas modalidades de fazer turismo. Ele vê no TBC uma forma de organização que tem seu sustento na propriedade e na autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, através do arranjo de práticas solidárias e democráticas, no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com intuito de fomentar encontros interculturais, de qualidade, com os visitantes.

Nesse cenário evidenciado pelo autor em questão, a necessidade da existência do turismo é externa ao lugar que se sujeita à prática turística, o que muitas vezes sugere, à população local, a manipulação de seus potenciais atrativos em prol do universo dos possíveis visitantes. Nessa perspectiva, o turismo é uma resposta da localidade ao que a tendência mercadológica sugere como motivadora de fluxos turísticos.

Na perspectiva do mercado, satisfazer o turista se traduz na doação do que a cultura do lugar tem de melhor. Esquece-se assim, do ser que faz o turismo acontecer, que proporciona e cede lugar.

Não muito distante desse olhar, o MTur (*apud* BARTHOLO, SANSOLO, BURSTYN, 2009, p. 362) descreve o TBC como um modelo alternativo de desenvolvimento turístico que tem por base a autogestão através do associativismo e/ou cooperativismo, e que visa a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais, permitindo a apropriação destes dos benefícios advindos do desenvolvimento turístico. Além de incorporar, nesse modelo o intercâmbio cultural entre turista e anfitrião através do modo de viver e de representar o mundo da comunidade local.

Um ano depois, em outra publicação do próprio MTur (BRASIL, 2010, p. 15), desenvolve-se um outro material cujo tema central foi o TBC. Esse material

desenvolve o TBC com mais propriedade, devido ao fato de que o MTur já estava mais familiarizado com esse tema. O material em questão é embasado em várias instituições que definem o TBC, quais sejam: a WWF (World Wide Fund for Nature) - Brasil; o Projeto Bagagem; a RedTurs (Rede de Turismo Sustentável da América Latina).

Em seu Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, a WWF (2003) descreve sobre algumas experiências e, para eles, o turismo comunitário (também aceita a expressão turismo de base comunitária) seria definido como a prática de turismo onde as sociedades locais possuem o efetivo controle sobre o desenvolvimento e gestão da atividade turística, sendo que, somente por meio do envolvimento participativo, os projetos turísticos poderiam proporcionar a maior parte dos benefícios às comunidades locais.

Esse conceito, acaba trazendo uma visão um tanto quanto vaga, pois de fato, em sua maioria, são as sociedades locais, representadas pelo grupo de empresários, ligados ao turismo, que possuem o controle efetivo das ações e benefícios oriundos da atividade turística. Mas o TBC propõe algo além, por estabelecer que não somente o corpo empresarial, mas toda a comunidade envolvida ou não com o turismo, se beneficiem direta ou indiretamente dos recursos advindos dessa prática, uma vez que as comunidades locais também sofrem os efeitos dos aspectos negativos ocasionados pelo turismo.

Para o Projeto Bagagem o Turismo Comunitário é simplesmente

[...] atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza. (*apud* BRASIL, 2010, p. 16).

A RedTurs, por meio de seu coordenador Carlos Maldonado, caracteriza Turismo Comunitário como

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável de recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é a sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva

de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.”(apud BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 31)

A autora Coriolano (2003, p. 41) classifica o TBC como o turismo que

[...] requer o envolvimento de todos, considera os direitos e deveres individuais e coletivos e elaboram um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas. É realizado na escala humana. Desenvolve a gestão participativa, na qual a maioria dos atores sociais de uma comunidade se envolve de forma direta e/ou indireta com as atividades desenvolvidas neste lugar, tendo em vista a melhoria da comunidade e de cada um dos participantes.

Aqui, a autora se atém mais às características organizacionais e funcionais do TBC, deixando de lado os aspectos relativos aos tipos de experiências que o mesmo deve proporcionar aos seus visitantes.

Em um momento posterior, a mesma autora conceitua o TBC como:

O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. (apud BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 282)

Com muita frequência, utiliza-se o conceito de Turismo de Base Local (TBL) como se fosse o de Turismo de Base Comunitária (TBC). Como irmãs gêmeas, essas duas expressões são constantemente confundidas e repetidas. Porém, vale ressaltar que o que é “local” nem sempre é “comunitário”.

O TBL está mais ligado aos métodos geradores de capital social, como ações empreendedoras que dinamizam o turismo a partir de inovações de cunho endógeno, inserido em um processo de reterritorialização - “uma realidade territorial nova que se origina da ação e reação contínua de forças internas” (RODRIGUES apud SEABRA, 2007, p. 21). Processo este, que “constitui-se, basicamente, a partir da inserção dos sujeitos locais em redes de inovações e criação de externalidades que se agregam e conferem diferentes papéis de excelência no quadro local-regional”.

Já o TBC tem origem numa forma autêntica, que se traduz na significação do conceito “comunidade”, ou seja, a essência do TBC está intimamente ligada à compreensão cultural comum a um grupo social e a todos os vínculos partilhados por esse grupo.

### 1.2.1 Ministério do Turismo: a construção da definição de TBC

O edital de chamada pública de projetos de TBC, lançado em 2008, pelo MTur, não trouxe em nenhuma parte do documento uma definição de TBC, a partir do conceito de “comunidade”. Traz, portanto, o uso consolidado do segmento de TBC:

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Nesse material, posterior ao edital, o MTur fez sua primeira apresentação e divulgação das experiências de TBC, experiências essas que foram apoiadas pelo edital (50 propostas selecionadas em todo o território nacional). O referido material foi exposto no 4º Salão de Turismo – Roteiros do Brasil 2009. Porém, não há nele nenhuma conceituação que faça menção à comunidade. Mais uma vez se utiliza de uma concepção segmentar do TBC:

Juntas, as 50 ações aqui apresentadas revelam que outros olhares e práticas em turismo são possíveis e oferecem produtos e serviços turísticos baseados no associativismo, no cooperativismo e na valorização da cultura local. Essas atividades mostram ser viável que comunidades locais sejam protagonistas do mercado turístico.

Vejam aqui essas iniciativas e escolha o melhor destino e uma experiência de turismo de base comunitária para a sua próxima viagem. (BRASIL, CULTURA, 2009, p. 03)

Somente em 2009, o MTur produziu um material que aborda uma linha com o olhar voltado à conceituação do TBC em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009), em que o órgão em questão confronta a prática de alguns dos projetos apoiados no edital de 2008 e o aporte teórico de atores reconhecidos, tanto no campo geral do turismo, como mais especificamente em relação ao próprio TBC.

Dentre os teóricos que desenvolvem uma escrita nesse trabalho mais voltada ao TBC estão: Carlos Maldonado, Roberto Bartholo, Marta de Azevedo Irving, Davis Gruber Sansolo, Ivan Bursztyn e Luzia Neide M. T. Coriolano.

Logo, na primeira linha de seu texto, Maldonado utiliza-se da seguinte expressão:

A indústria do turismo precisa conquistar constantemente novos espaços e incorporar novas atrações à sua oferta habitual e maciça para dar respostas à novas tendências de demanda mundial. Milhões de pequenas empresas familiares, cooperativas e comunitárias contribuem ao enriquecimento da oferta no âmbito local, nacional e internacional [...].(apud BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 25)

Esta perspectiva se aproxima muito da que o MTur desenvolve ao longo de todas as suas publicações anteriores, pois apresenta um olhar voltado principalmente ao mercado e a lógica mercadológica.

Esse autor situa o Turismo Rural Comunitário (TRC), como precursor do turismo de base comunitária, tendo origem nos anos 80.

Ele também faz uma citação superficial das características de comunidade:

Estabelecer a natureza de ‘a comunidade’ implica definir os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade. O seu objetivo final é assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural. Na esfera institucional, a comunidade rege-se por normas sociais, econômicas e políticas que regulam os processos de tomada de decisão, alocação de recursos, aplicação de justiça e repressão de delitos. (apud BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 28)

Mais adiante, ao tratar de comunidade indígena, esse mesmo autor, complementa que a “base da identidade comunitária também pode ser enraizada na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico” (Idem).

Por fim, o autor em questão aborda o que seria um conceito de turismo comunitário:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (apud BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 31)

Bartholo realiza uma análise conceitual de “comunidade” de forma mais profunda. Inicia com a teoria dos sítios, cuja referência central é Martin Heidegger.

O lugar (...) encaminha *ao encontro face a face no vigor da proximidade*. Nele a centralidade do encontro face a face não é meramente topológica. Essa centralidade diz respeito ao próprio *sentido* do lugar. (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 45)

O autor conduz seu texto ao mote de que, muito além da proximidade, o que de fato vigora nessa discussão é a “*aproximação e a cumplicidade*” (Idem, p. 46). Pois, os sítios simbólicos “de pertencimento são, por excelência, lugares de relações vinculantes, não meros lugares de passagem e anonimato” (Idem, p. 50). A partir daí, o autor faz um gancho com os serviços turísticos, onde os “padrões relacionais de acolhida e hospitalidade são elementos-chave para práticas *situadas* de turismo de base comunitária”.

Assim, o atributo “fundamental do turismo de base comunitária é a nítida predominância dos padrões *relacionais interpessoais* nos serviços turísticos ali implementados”(Idem, p. 51). O TBC, tendo por base a “*comunidade de sentido*”, possibilita ao turista o compartilhamento da

experiência de sentido que ali se dá, pois os sítios (...) ‘impregnam o conjunto das dimensões dos territórios da vida: com relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 52)

Desta forma, o autor captura a essência que compõe o TBC, trilhando um caminho do conceitual ao prático, fiel à forma de tratar o turismo como um fenômeno social em toda a sua composição.

Ao situar o TBC na atualidade Irving relembra que

Durante muitos anos, a reflexão sobre o turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado ávido por estatísticas e receitas. Nesse período, poucos foram os pesquisadores que se atreveram a mergulhar neste campo de investigação, uma vez que esta marginalidade sutil vinha também impregnada de uma crítica silenciosa de distanciamento da realidade, considerando-se as tendências de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional. (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 108)

Aspectos que ainda hoje são comuns e recorrentes. A partir disso, percebe-se, claramente, o romantismo nas teorias que se referem ao TBC, principalmente nos que tratam de forma mais superficial o tema, ao passo que, quanto mais profunda a investigação, mais se percebe que a maioria das teorias existentes gira em torno de um ideal e que está muito longe do que de fato acontece nas práticas.

O fato da adoção de estatísticas frequentes, nesses trabalhos, ocorre justamente pela praticidade e rapidez que a mesma tem em poder “retratar” uma possível realidade. É muito mais fácil metrificar uma obra de arte do que tentar explicá-la, ou seja, ordenar, agrupar e extrair números é muito menos oneroso do que realizar uma análise sobre as causas, consequências e relações existentes ou possíveis de existir.

Na questão da receita, resposta ao mercado, não tem como ser diferente. Essa é a situação posta. Estranho seria esperar outro fim, se não o lucro, no cenário capitalista em que nos inserimos.

Isso não quer dizer que inexista motivos diferentes ao lucro, na proposta do TBC, muito pelo contrário. Diante à subjetividade - característica intrínseca dos atores sociais, que desenvolvem o TBC, em sua simplicidade - os *valores* sociais e éticos, frutos das relações sociais, se sobressaem aos *lucros*, respeitando a importância deste, como consequência daquele.

Irving também menciona que a produção acadêmica sobre o tema TBC passou muito tempo nos “bastidores”, “até recentemente, quando o turismo passou a ser interpretado, no país, como alternativa possível para inclusão social, e a discussão sobre a participação social e governança democrática se tornou prioridade no âmbito internacional” (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 108).

Até então pensar em políticas públicas voltadas ao TBC era algo inimaginável.

O que contribuiu para essa “ressignificação” turística foi a relevância, em proporções de nível global, que os temas de responsabilidade social e ambiental alcançaram, e, conseqüentemente, influenciaram nas mudanças no modo de pensar e realizar o turismo. Dessa forma, o que era menos convencional – o simples, o rústico, o natural - ganhou notoriedade, “capazes de viabilizar novas experiências e

descobertas para um ‘cidadão global’, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do ‘cardápio’ de opções disponíveis” (*apud* BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 109).

A partir desse contexto, a autora acima trabalhará a ressignificação do turismo, não o limitando apenas a uma visão mercadológica, e sim, interpretando-o “como fenômeno social complexo da contemporaneidade” (*Idem*, p. 110). E para isso, faz-se necessário compreender o *lócus* que dá origem ao TBC, seus símbolos e códigos.

Para isso, o TBC seria a modalidade de turismo que “favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo da vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização cultural local e o sentimento de pertencimento”. Ele representa a interpretação do que viria a ser “local” por intermédio dos sujeitos protagonistas do processo turístico.

Nesse processo, a autora destaca a importância da “base endógena” na iniciativa e no desenvolvimento do lugar, visto que, o grupo social em questão “mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica”. Logo, o TBC não pode ser fruto de uma motivação – motivo, ação – de atores externos, exógenos ao lugar.

Sansolo e Bursztyn (*apud* BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 142-161), embasados em averiguações empíricas anteriores, constatam que o TBC se apresenta “como mais uma opção de desenvolvimento para pequenas comunidades de pescadores, agricultores familiares e extrativistas”, pela possibilidade de proporcionar “a ampliação das práticas cotidianas em suas terras”.

Esses pequenos grupos tendem a “buscar novas alternativas de sobrevivência, para além da subsistência tradicional, (...) uma nova construção social rural, em que a terra passa ser percebida com valores potenciais múltiplos, por sua multifuncionalidade”, desdobradas em atividades que envolvem “a tradicional produção agrária, os serviços ambientais que ela pode oferecer, os valores cênicos e paisagísticos e a própria cultura derivada da relação entre os habitantes e o meio onde vivem”.

Os autores, brevemente, tratam da diversidade de comunidades e conceitos que envolvem o TBC, tanto no cenário nacional como internacional. Por fim,

direcionam seu texto para as múltiplas formas de relações humanas: religiosas, amorosas, políticas, econômicas, e de hospitalidade, desenvolvendo apenas a de hospitalidade.

Coriolano (*apud* BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 277-288) situa seu texto a partir da transformação, segregação e expropriação do litoral nordestino, onde as populações nativas foram marginalizadas nesse atual modelo de desenvolvimento do turismo. Nele, principalmente, estrangeiros adquirem imóveis nas consideradas “melhores” áreas para construção de empresas turísticas ou para moradias de segunda residência.

Diante do exposto e do favorecimento às empresas, no que se refere ao capital estrangeiro, em detrimento das comunidades ribeirinhas, a autora aborda a contraposição do que seria o turismo comunitário, a saber: “atividade de defesa e de reação ao turismo invasor de comunidades”, face ao “processo de especulação imobiliária” criando, assim, “um novo eixo do turismo – o turismo alternativo ou comunitário, portanto associado à luta pela propriedade da terra litorânea, e gestado por comunidades”.

A autora aponta como princípios constituintes do turismo comunitário: participação, cooperação, autossustentação e universalidade.

No campo das práticas abordadas nesse livro estão os casos:

**Quadro 1 - Estudos de Caso**

Casos	Participaram do Edital do MTur	Não participaram do edital do MTur
Vila do Aventureiro, Ilha Grande – RJ	X	
Marajó – PA	X	
Prainha do Canto Verde – CE	X	
Vila de Trindade, Paraty – RJ	X	
Trancoso – BA		X
Região do Alto Rio Negro – AM		X
Delta do Parnaíba – MA/PI		X
Furnas do Dionísio - MS		X

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009.

Por fim, o material traz, em sua segunda parte (BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 359-494), o olhar de quem está dentro do MTur. O texto

analisado a seguir é de membros que estiveram envolvidos, diretamente, no trabalho desenvolvido no edital de 2008, desse órgão.

Os autores (SILVA, RAMIRO, TEIXEIRA *apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 359-494) iniciam seu texto fornecendo detalhes da evolução desse órgão e, em consequência, a evolução do turismo no país. Trazem também, as causas para o investimento no TBC:

identificamos que, em muitos territórios, ocorrem grandes vazamentos de renda, precariedade de partes dos empregos gerados – baixos salários e alta instabilidade/sazonalidade – e exclusão da população local do processo de desenvolvimento turístico (...) um desafio que requer um diagnóstico e a formulação de ações alternativas e focalizadas no território ou no segmento em que esta situação ocorrem com maior incidência. (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 360)

Dessa forma, as ações seriam apoiadoras de “formulação e a implementação de projetos que valorizem identidades culturais e, também, o incremento do capital social para a promoção do desenvolvimento sustentável” (Idem, 361). O foco, dessas ações, são as áreas de menor dinamismo econômico e potencial turístico reconhecido, além de regiões de grandes investimentos privados com infraestrutura turística.

Intenciona-se melhorar o potencial turístico já desenvolvido a fim de melhorar seus resultados econômicos e, em consequência, os da melhoria da qualidade de vida da população local, através da valorização cultural e da preservação ambiental, evitando a concentração desordenada do capital produtivo e social.

Os autores fazem uma crítica à dimensão estritamente mercadológica que

[...] em detrimento dos princípios de sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, eleva os índices de vazamento de renda, descaracteriza ambientes naturais, estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes. Esses impactos são ainda mais deletérios nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social. (Idem, p. 362)

Uma contraposição a essa vertente mercadológica seria apoiar as diversas iniciativas que surgiram por meio da mobilização e da organização social, baseadas no modo de vida da população local e na sustentabilidade. Tais ações estão ligadas

ao turismo responsável, à endogenia e ao fomento de práticas da economia solidária “na cadeia produtiva do turismo”. Para denominar essas práticas, utilizam-se os seguintes termos: turismo de base comunitária, turismo comunitário, turismo solidário, turismo de conservação, dentre outras denominações.

A ideia para a elaboração do edital de chamada pública surgiu em uma reunião do 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens em 2007, onde estavam presentes técnicos do governo federal (Ministérios do Turismo, Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente) e representantes das iniciativas de TBC (Acolhida na Colônia, Projeto Bagagem e Fundação Casa Grande). O debate gerado resultou no reconhecimento da importância do TBC através de seu *status* de Segmentação Turística. A situação elucidada deu respaldo para

[...] apoiar a formulação de projetos em que o turismo é indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda, decidiu-se por fomentar iniciativas de TBC, promover o conhecimento do tema, avaliar a viabilidade socioeconômica destas iniciativas por meio de um Edital de Chamada Pública de Projetos. (*apud* BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 363)

O referido edital reconhece a diversidade conceitual e a multiplicidade de experiências que faz referência ao TBC, portanto, elegeu a dimensão do protagonismo local, como uma característica intrínseca e essencial à participação no edital. Visto que,

Entende-se que TBC soa como iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes. (*Idem*)

O MTur visou, através deste edital supracitado: contribuir para a geração de emprego e renda locais; fortalecer a governança local; diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local; estruturar esse segmento turístico, perante sua crescente demanda; agregar valor aos destinos turísticos, aumentando a diversificação dos segmentos; e promover padrões de qualidade e segurança da experiência turística.

O pressuposto que orientou o edital foi:

[...] ressaltar que, para o alcance destes objetivos, é necessário obter um grau de qualidade na oferta de produtos e serviços turísticos que viabilizem

a venda destes, bem como a sua consolidação no mercado. (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 364)

O edital em questão foi elaborado pelo MTur, com o apoio das organizações envolvidas diretamente ao TBC, porém, com submissões, consulta pública, tanto no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável de 2008, em Fortaleza, como ao Ministério do Meio Ambiente, em todos os casos para discussão, reformulação e adequação do material.

## **2 PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO – 50 EXPERIÊNCIAS DE TBC NO BRASIL – ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO**

### **2.1 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

Para o estudo do tema deste trabalho, de natureza exploratória e de cunho qualitativo, adotou-se como método de pesquisa, o quadro de referência dialético. Em relação aos procedimentos utilizados, recorreu-se: às técnicas de grupos, para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação; técnicas de registro, de processamento e exposição de resultados; levantamento de informações em diagnósticos e pesquisas situacionais e; técnicas de entrevista individual.

Basicamente, a pesquisa qualitativa é aquela que busca entender um fenômeno específico, em profundidade. Além disso, agrega um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, atendendo melhor aos objetivos propostos.

O estudo do fenômeno turístico encontra no campo qualitativo a possibilidade de compreensão aprofundada de seu objeto, colaborando para a consolidação científica do turismo, no meio acadêmico, em contraponto às pesquisas quantitativas desenvolvidas, em grande parte, nos trabalhos da área. No entanto, mesmo não sendo essa a pretensão do estudo em questão, se reconhece que, a discussão em torno da conjugação do campo qualitativo e quantitativo, ponderadamente, pode ser incentivada para respaldar a compreensão dos fenômenos sociais.

A opção por uma metodologia qualitativa, na perspectiva do materialismo histórico dialético, nesta pesquisa, tem por objetivo as apreensões das singularidades do objeto de estudo em seus limites/possibilidades e das contradições/mediações articuladas à totalidade mais ampla do fenômeno estudado, tornando produtiva a associação de ideias antagônicas que são, também, complementares.

Na pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (1999, p. 14), a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas

com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, uma organização, uma instituição e/ou uma trajetória.

Segundo Triviños (1987, p. 132), na pesquisa qualitativa, as variáveis são descritas e seu número pode ser grande, ao contrário do que apresenta o enfoque quantitativo, através do qual se preocupa com a medida delas e a verificação empírica das hipóteses. Não é preocupação da pesquisa qualitativa a quantificação da amostra.

Através do método descritivo, o pesquisador procura, principalmente, descrever as características de um determinado fenômeno ou população ou, ainda, estabelecer as relações entre as variáveis do fenômeno estudado.

A pesquisa qualitativa se debruça sobre o objeto; lida com aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes. Tais características se relacionam, também, com o objeto de estudo do presente trabalho, apresentando-se como a abordagem mais apropriada.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade, ao invés de métodos estatísticos, regras e outras generalizações, pois a pesquisa qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações. Além disso, essa abordagem compreende o conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, atendendo melhor aos objetivos aqui propostos.

Como técnica de análise dos dados qualitativos se adotou a análise de conteúdo (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 84), que, do ponto de vista operacional, analisa o conteúdo de falas por meio de transcrição de entrevista, depoimentos e documentos. Quanto à modalidade de análise, centrou-se nas análises temática e de relações.

A análise temática, segundo Minayo (2007, p. 316) se divide em três fases: pré-análise, com a organização do que será analisado; exploração do material, faz-se o recorte textual, classifica-se e agrega-se os dados, de forma a organizar em categorias teóricas; e o tratamento dos resultados, interpretação à luz do quadro Dialético Histórico-Materialista.

Os estudiosos do fenômeno turístico têm situado a análise de seus objetos na perspectiva qualitativa, por buscarem a possibilidade de compreensão aprofundada

do fenômeno estudado, colaborando, assim, para a consolidação científica dessa área do conhecimento.

Nesse contexto, a escolha de uma metodologia com o papel de “bússola” para orientação acerca da estrutura, assim como, para o controle dos métodos e técnicas utilizadas pelo pesquisador torna-se uma condição fundamental e essencial para a pesquisa. Isso tudo, considerando a importância do processo de reflexão teórica e análise da realidade prática, para o processo científico. A dialética, entre teoria e prática, conduz a inovação essencial das ciências, fundamental para a proposta de estudo, aqui, apresentada.

Para a investigação proposta, a caracterização das propostas selecionadas pelo MTur propiciará um recorte da totalidade, representações das relações e contradições que não se mostram na aparência do fenômeno turístico de forma geral, mas estão presentes na expectativa do sujeito produtor da experiência turística, de base comunitária, por suas ações, histórias pessoais, condições de vida. Neste contexto, será preciso categorizar, fazer um exercício teórico de análise - síntese de dedução - para descobri-las, compreendê-las e saber atuar entre elas. O objeto de análise deverá corresponder uma unidade abrangente que expresse práticas de TBC e as possibilidades de desenvolvimento endógeno.

A primeira etapa do caminho metodológico se deu com levantamentos bibliográficos e documentais dos principais conceitos de TBC, no Brasil, e das práticas concebidas nas localidades selecionadas pelo edital.

Também, será utilizada a pesquisa exploratória, ao investigar determinadas questões que constituem o TBC, nas experiências escolhidas.

## 2.20 MATERIALISMO DIALÉTICO NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE

Assim, como utilizamos nossos sentidos para compreender e constituir uma realidade subjetiva do mundo ao nosso redor, faz-se necessário o uso de um método científico que, traz, em sua essência, os “sentidos” necessários para a compreensão e constituição desta dissertação. Portanto, este método não poderia ser outro se não o dialético.

Para Cirne-Lima (1997, p.80) a dialética é a Grande Síntese, porém, para que os que não partilharam de sua constituição, “os que estavam lá fora” pudessem compreendê-la faz-se necessário à explicitação da tese e da antítese. Além disso, a dialética também seria “a concepção de que tanto o mundo das coisas como o mundo do discurso se desenvolve, dobra por dobra, a partir de um primeiro começo.” Afinal de contas, é isso que se tenta com este estudo, timidamente, explicar, desdobrar o TBC.

Já a dialética, como método, é, para Kosík (1976, p. 32), “o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.

Segundo Demo (2000), a dialética divide-se nas seguintes categorias: pressuposto do conflito social, a totalidade dialética, condições objetivas e subjetivas, unidade de contrários e teoria e prática.

A dialética, na Grécia antiga, era a arte do diálogo, passando a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio da argumentação, capaz de definir e distinguir os conceitos envolvidos no debate.

Segundo Blackburn (1997), não há uma certeza de quem foi o fundador da dialética. Para Aristóteles, foi Zênon, de Eléa (490 – 430 a.C). Outros consideram Sócrates (469 – 399 a. C) que, ao interrogar sem cessar, abalava, implacavelmente, as falsas pretensões ao conhecimento dos seus contemporâneos, na busca da verdade, expondo as contradições e as dificuldades da posição adotada por um oponente.

Platão (1983, p. 29) (429 – 347 a. C), após a morte de Sócrates, em seus diálogos, do segundo período, preocupa-se em mostrar que o método dialético era algo mais que um jogo. Defende que as formas são um conceito central, e que são independentes, reais, invisíveis, imutáveis e divinas. Apresenta dimensões ontológicas e metodológicas, cuja preocupação fundamental está na realidade divina e no modo de alcançá-la.

Para Bornheim (1999, p. 118), a síntese que Hegel almeja consiste em ir além do real, no sentido de que ela se propõe a vencer a superação característica de toda realidade finita. A síntese tende a dar as costas para o real, ela enfrenta o finito tão

somente para superá-lo. Hegel quer ir além da separação e, justamente, nesse ponto, está a alma que permite entender a sua aceção da dialética. Para ele, só a Ideia Absoluta é ser, vida eterna, verdade que se sabe a si própria, e é toda a verdade. O homem deve sobrepujar a sua particularidade e a sua finitude, para alcançar o universal. Pretende, assim, a reconciliação entre o espírito finito e o espírito infinito e, nessa reconciliação, situa-se o saber absoluto. O saber absoluto é aquele saber no qual o Absoluto e o finito coincidem. O espírito finito busca transcender a sua finitude para reconciliar-se com o Absoluto.

Segundo Demo (2000), o marxismo - Dialética Histórico-Materialista (DHM) - teve o mérito de colocar a dialética com os pés no chão, já que a hegeliana andava de "pernas ao ar". Foi este o legado maior do "materialismo", sua infraestrutura econômica condiciona, em última instância, os outros níveis da dinâmica histórica amparada em vontades políticas.

Marx superou, dialeticamente, as posições de seu mestre Hegel, criticando sua concepção idealista. A concepção da DHM, segundo Demo (1980, p. 88), entende a realidade histórico-social como uma totalidade: um todo integrado, no qual as partes (o social, o econômico, o cultural, o político, o local, o individual, o internacional, o nacional, o objetivo, o subjetivo...) não podem ser entendidos separadamente, senão numa relação com o conjunto. É uma totalidade vista como a soma aritmética das partes, ou seja, como a articulação interna de todas as múltiplas relações.

Essa concepção materialista de Marx caracteriza a realidade em permanente movimento: uma realidade histórica sempre em mudança, nunca estática nem uniforme, devido à tensão que exercem, incessantemente, as contradições, entre seus elementos. Processo este histórico que gera contradições, em que o confronto destas acaba por desdobrar em mudanças e movimentos diversos.

A origem das transformações se encontra, assim, no interior dos próprios processos históricos, onde se estabelece uma relação de oposição recíproca entre aspectos ou polos contraditórios, que, ao se vincularem entre si, tendem a excluir-se. Busca conhecer, ou melhor, "reproduzir, intelectualmente", essa realidade múltipla, dinâmica e contraditória, em pleno processo de constituição.

O tempo e o espaço são duas formas gerais de existência da matéria, considerados pelo Materialismo Dialético como formas gerais de existência objetiva, isto é, elas existem independentes da consciência.

A consciência é uma propriedade da matéria, a mais altamente organizada que existe na natureza, a do cérebro humano. Segundo Triviños (1987, p. 62), essa peculiaridade surgiu como resultado de um longo processo de mudança da matéria.

Podemos deduzir que o método dialético não é formal, não cabendo uma mera aplicação de um esquema interpretativo, a priori, e de fora da experiência do próprio conhecimento, como se apenas um tivesse já a chave da leitura do todo e, unicamente, pudesse aplicá-lo em cada caso. Isso tem impedido, segundo Moesch (1999, p. 120), por certo, que alguns o utilizem deste modo.

Segundo Demo (2005, p. 88), a dialética é a metodologia mais conveniente para compreender a realidade social. Para além das condições objetivas, a realidade social é movida, igualmente, por condições subjetivas.

Para o autor, não existe “a” dialética, pois, na prática, existem dialéticas diferentes, divergentes e, até mesmo, contraditórias, como em qualquer campo metodológico. Se assim o fosse, esse fenômeno seria muito pouco dialético.

Dialética única negaria sua própria identidade, ou seja, a unidade dos contrários. Mais que outras metodologias, sabe apontar para o caráter contraditório e ambíguo da realidade e de si mesma. Como todas, é lógica, ou seja, também representa a intenção de catar padrões na complexidade, mas dentro de perspectiva essencialmente dinâmica. Todavia, é múltipla, como todos os produtos também culturais. Demo (2000, p. 98)

Já a Dialética Histórico-Estrutural (DHE) equilibra, a contento, o jogo das condições objetivas e subjetivas da realidade histórica, onde o ponto próprio da dialética é o horizonte da historicidade. Por isso o autor classifica que só é tratável, dialeticamente, o fenômeno tipicamente histórico, que justifica a escolha do método para análise da hospitalidade, pois busca, em suas raízes históricas, o entendimento para os processos da realidade.

A mesma combina a história e a estrutura, mas, segundo Demo (Idem, p. 105), aposta mais nas transformações históricas do que nas estruturais, ainda que os termos possam ser ambíguos. Por vezes, complementa o autor, chamamos de mudanças estruturais aquelas que são profundas, que vão até as raízes do

fenômeno, mas, mesmo assim, trata-se do âmbito histórico, sendo impossibilitado de ser concebido sem sujeito:

[...] não podemos imaginar sujeito totalmente consciente, racional, clarividente, porque em grande parte faz história de modo inconsciente, levado por razões que a razão desconhece, realizando o contrário do que planejara fazer, acertando sem querer e, por vezes, conquistando também o que bem queria que ocorresse. Sendo aberta, não concebe fim da história. Nisso, ao mesmo tempo que preserva sua dinâmica, também a formaliza relativamente, porque tudo passa, mas a dialética como método, não. Para ser consentânea com realidade extremamente dinâmica, precisa dinamizar-se, flexibilizar-se, mas, no fundo, é rede formal para captar a realidade. (Idem, p. 106)

Complementando, para Demo, a dialética é lógica, e não veleidade à toa. É a lógica da abertura, sobretudo, das estruturas históricas.

O desafio do método da dialética está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado, geralmente, sua alma, sua razão de ser. História não é apenas acontecimento, vicissitude, mas gênese que, além de contextualizar, explica; de outro, não pode introduzir o voluntarismo, que já seria o abandono de qualquer possibilidade de tratamento científico.

Necessita-se de um horizonte de ordenação da história que a torne manejável cientificamente, pelo menos em termos de regularidades, tendências típicas. Isso, complementa Demo, se encontra, de modo geral, no conceito de forma, estrutura, tidas como invariantes. Essa combinação, entre horizontes invariantes e variantes, é o desafio propriamente dito, desde que se queira atribuir a cada um o lugar devido, sem subordinações simplificadoras.

Por isso, Demo (2005 p. 121) argumenta que, a “dialética histórico – estrutural se propõe precisamente esta visão: considera a história movida por formas – necessárias e independentes da vontade humana -, mas formas que fundam as transformações, o que permite dizer que o histórico é estrutural. O histórico como produção imorredoura de conteúdos novos, dentro de formas invariantes.” A dialética reconhece formas frias, como as da lógica, mas, sobretudo, reconhece formas quentes, que são as históricas, que fazem da revolução um processo

histórico intrínseco. Toda formação social, movida por conflitos estruturais, produz, necessariamente, ou vem a formar, uma nova história.

Conforme exposto, a DHE tenta apanhar a dimensão, intrinsecamente, dinâmica da realidade objetiva e subjetiva. Visualiza o ser humano limitado, mas que é capaz de reagir; por ser limitado, não tem poder de inventar toda e qualquer reação, mas as limitadas; entretanto, sabe fazer dos limites, desafios, bem como perceber que os desafios não desfazem limites.

Ela capta as dissonâncias no esforço de compreender realidades complexas, tentando dar forma de uma maneira mais flexível, na expectativa de que ordenamento menos rígido é mais justo com a realidade, ainda que seja bem mais difícil conviver com a incerteza; sabe também, que a mente humana, em sua emoção e racionalidade, complexíssima por natureza, não consegue dar conta de toda realidade. Por isso, esclarece o autor, a DHE aposta na questionabilidade, inclusive, como corretivo permanente de seus desacertos nas aproximações sucessivas; acredita menos em dicotomias estanques do que na convivência de contrários, tanto na realidade quanto na mente humana.

O sistema da dialética consiste em ultrapassar a contradição entre tese e antítese, por meio da síntese que, por sua vez, é contradita e o processo se repete até que se atinja a perfeição final, sendo que, na realidade, nunca se atingirá este fim, já que a síntese formada estará sempre aberta a futuras contradições, nunca se fechando para uma verdade, sempre aberta a posteriores antíteses, a fim de constituir novas sínteses em distintos processos históricos.

Para Moesch (1999, p. 126), o modelo triático, inspirado na dialética hegeliana do conhecimento, põe em relevo três momentos fundamentais: o primeiro é o da imediatez indeterminada pela sensação, o que se pode apreciar a simples vista, sendo o universal vazio, a totalidade abstrata, que alguns poderiam chamar, também como o momento da tese, pois começa por afirmar o que vê, o que sente, o que percebe; o segundo momento é a negação do anterior. Assim, se passa à análise das múltiplas determinações essenciais que se escondem atrás das aparências das coisas e fenômenos. Esse seria o momento da antítese do precedente, por meio da análise e desagregação das causas ou relações internas. A contradição começa a partir de uma diferença não-essencial e passa, em seguida,

ao estágio da diferença essencial. Nas condições adequadas, as diferenças essenciais tornam-se contrários.

A partir desse estágio e, em seu desenvolvimento, as contradições chegam ao estágio dos extremos, em que os contrários entram em conflito, incidem um no outro, tornam-se idênticos e, exatamente, por isso, condicionam a resolução das contradições.

O terceiro momento do processo dialético é chegar à síntese, portanto, à totalidade concreta, supondo a superação dos momentos anteriores, que é quando se realiza a resolução dos opostos. É a negação da negação, porque se está negando ao segundo momento, que já negou o primeiro. Portanto, se ascende a uma espécie de síntese, podendo chegar a resultados satisfatórios - a totalidade concreta, reproduzida no e pelo pensamento.

[...] Toda tese, por força da historicidade intrínseca, desenvolve dentro de si a dinâmica contrária, que a leva a gerar as condições necessárias e suficientes para sua superação. Superando-se determinada fase, entramos numa formação seguinte, dita síntese, em vários sentidos: de um lado, porque é superação por elevação, de outro, porque traz em si o resultado da superação de conteúdos específicos da estrutura do conflito social, o que permite dizer que nenhuma síntese apenas repete a tese; ademais, porque sugere a idéia de totalidade histórica, particularmente no sentido da unidade de contrários a síntese não os destrói, antes neles se repõe, revive, reinventa. (DEMO, 2005, p. 92)

Para Moesch (1999, p. 127), tudo depende de saber caracterizar os momentos do processo real que autorizam entender o sentido do processo, pois a dialética tem por objeto de estudo as articulações do real, isso significa que a realidade em si mesma é dialética.

A dialética rechaça em ir em frente de maneira apressada e imediatista aos resultados finais, à totalidade, sem ter em conta seus distintos componentes e movimentos de configuração, porque a dialética reconhece que a realidade é movimento; também, aceita que o conhecimento é um movimento que se constitui paulatinamente e não um resultado morto, mumificado, que permanecerá assim, sem que se permita questionamentos ou novas formas de aplicabilidade.

A dialética evita dizer que “a realidade é assim”, porque isso seria proporcionar uma lista de resultados e não um verdadeiro conhecimento. Pois, a única maneira de conhecer é tratar de captar a vida como um todo, que abarca seu

de vir e; que a realidade é um movimento de complexização incessante, já que não trata a realidade como simples sistemas fechados, ou até mesmo abertos.

Percebe-se que a "alma" da dialética está na antítese, pois toda a realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação. E, nesse movimento, tecem-se os fios da dialética, que se apresentam como um convite instigante à discussão e à prática, à criatividade, ao diálogo crítico e produtivo.

A base para transformação da realidade e aprofundamento do conhecimento pode ser norteadada pela relação entre a prática e a teoria. A relação entre aspectos subjetivos e objetivos amplia a análise do objeto a ser estudado.

A escolha do método dialético histórico-estrutural, para esta investigação, mostra-se ser a mais pertinente, pois, como relata Moesch (Idem, 134), necessita-se: partir da prática social, organizar um processo de interpretação crítica que vai do descritivo ao reflexivo; realizar de forma rigorosa e, também, sensível a análise, a síntese, a indução e a dedução; situar nosso fazer nas tensões e contradições de fundo; obter conclusões teóricas e ensinamentos práticos; analisar o objeto à luz de um método e procedimentos concretos que sejam coerentes com sua fundamentação filosófica e que permitam fazer da pesquisa, efetivamente, uma interpretação crítica de nossas experiências e uma ferramenta transformadora e criadora.

Complementando, a autora esclarece que, a rigor, nenhuma necessidade humana pode ser catalogada como mais ou menos relevante. Baseando-se no homem como totalidade, todas as necessidades são relevantes, mesmo que, na realidade, umas possam ser mais ou menos valorizadas.

A partir daí, tanto o mundo das coisas como o mundo do discurso será (re) visitado, para dar conta do proposto nesta dissertação, que parte da redução à segmentação mercadológica do complexo tecido social que constitui o Turismo de Base Comunitária e suas aplicações, visto que, em Morin (2011, p. 13), o complexo é um tecido “de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas”. Aqui, o pensamento complexo desdobra tanto o paradoxo do uno quanto o do múltiplo. Esse tecido é constituído por “acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico”.

A partir da complexidade das realidades distintas dos objetos, as 50 experiências selecionadas pelo edital de 2008, se intenciona encontrar padrões lógicos que tentem dar conta da dinâmica histórica dos mesmos. Como é impossível trabalhar na universalidade que constitui cada experiência, necessita-se reduzi-las, em partes, para formalizá-las, capturando, assim, um retrato de cada realidade compactado em um tempo e um espaço próprio deste estudo, diante da subjetividade presente em toda transfiguração e retratação do que se percebe, ou imagina perceber, a realidade.

### 2.3 OBJETO DE ESTUDO: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO – 50 EXPERIÊNCIAS DE TBC NO BRASIL

Antes de explicitar cada objeto passivo desse estudo e os motivos pelos quais se tornaram interesse nesse estudo, faz-se necessário a exposição de uma relação essencial ao entendimento de cada objeto. É importante situar o termo “realidade”, pois, assim como em Gonseth (*apud* SANTOS, 1986, p. 123) “o mundo natural é constituído de tal forma, e nós próprios somos constituídos de tal forma, que a realidade não nos deixa alcançar um conhecimento definitivo de sua essência”. Nesse sentido, cabe a este estudo encontrar as respostas às perguntas iniciais, já que é impossível a compreensão de uma dita “realidade”, pois dependendo de quem observa, a impressão da “realidade” será distinta, cada uma, carregada do sujeito que a observa e a retrata, seja este sujeito interno ou externo à vivência, ali, presenciada, visto que, o olhar que os sujeitos lançam sobre o real é mediado pelos seus valores, construídos na e pela experiência de vida, ao longo de sua história.

O turismo, em sua complexidade como fenômeno social, exige de seus estudiosos um olhar multifocal no tripé base de sua composição: social, ambiental e econômico. Cada um desses elementos tem sua importância, mas são menos importantes se analisados separadamente.

Aqui, o todo se faz muito maior que a soma de cada parte. Trata-se de uma busca mais profunda pela compreensão de como o TBC se estrutura, se organiza, se desenvolve e, principalmente, como são as relações por ele desempenhadas.

Isso tudo através de uma revisão crítica da teoria existente, em confronto com as práticas desenhadas, pois se percebe disparidades entre o que se denomina TBC e o que se vivencia.

### **2.3.1 Edital de chamada pública: seleção de projetos para apoio ao TBC**

O MTur, em uma perspectiva diferente, a fim de facilitar a promoção do turismo, adota a segmentação turística como meio de atingir metas econômicas, pois, para esse órgão, o desenvolvimento de uma região está intimamente ligado aos fatores econômicos da mesma.

Esquece-se que a riqueza cultural é construída pela relação socioambiental, sem a qual é impossível pensar no turismo. Muito mais que produtos e serviços, o turismo é uma teia de relações, localizando-se em cada ponto um indivíduo ou uma corporação que se encontra interconectado a tantas outras teias, seja na esfera íntima, seja na esfera pública.

Na apresentação do livro em questão, o então ministro do turismo, Luis Eduardo Pereira Barreto Filho (*apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009), se refere da seguinte forma quanto ao TBC:

Estes produtos e serviços ofertados por comunidades locais denominado de 'turismo de base comunitária é ainda um segmento pouco conhecido, todavia tem sido visível como campo de estudo e como demandante de uma ação mais efetiva por parte do poder público.

A visão do ministério, aqui presente, reafirma a concepção reducionista de segmento turístico justamente para satisfazer a visão mercadológica, reduzindo-o a índices meramente econômicos, seja para a região em que o mesmo se insere, seja para dados estatísticos levantados pelo órgão em questão.

Para reafirmar essa visão, tem-se na fala do então secretário nacional de programas de desenvolvimento do turismo (2008), Frederico Silva da Costa (*Idem*), em que menciona que o apoio ao TBC tem como objetivo o conhecimento do potencial do "segmento", a fim de "agregar valor a alguns destinos, diversificar a oferta turística".

A fim de promover o turismo, como fator de inclusão social local e para fortalecer os roteiros segmentados, o MTur lançou, em 2008, um edital de chamada pública de seleção de projetos de fomento a iniciativas organizadas e/ou identificadas como o de TBC, através de apoio financeiro<sup>1</sup>, para promover a inserção destes projetos na “economia de mercado”.

A justificativa foi a de que a atividade turística é apontada como um importante setor econômico, gerador de divisas, com potencial de promover o crescimento, porém, este crescimento acaba acarretando impactos, em especial, na cultura local e na preservação ambiental.

E, segundo o próprio Ministério, é a partir da preocupação voltada a esses impactos que surgem iniciativas que optam por uma atividade constituída por redes de comércio justas e solidárias, onde se prega o desenvolvimento local endógeno.

Dessa forma, utilizaram-se das seguintes linhas temáticas de apoio:

**Quadro 2 - Linhas temáticas**

<b>Linhas temáticas</b>	
Apoio à produção associada ao turismo:	Ações ligadas à melhoria da produção;
Apoio à qualificação profissional:	Ações de aperfeiçoamento profissional e empresarial;
Apoio ao planejamento estratégico e organização comunitária:	Ações de mobilização e organização de grupos/comunidades;
Apoio à produção e à comercialização:	Ações de elaboração de instrumentos de promoção comercial, de participação em eventos/seminários e de desenvolvimento de roteiros turísticos de origem comunitária/solidária;
Apoio às ações de fomento às práticas de economia solidária:	Ações de organização produtiva, apoio ao associativismo/cooperativismo, melhoria da produção, gestão e comercialização, apoio à formalização dos grupos e sua inserção no mercado.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Edital do MTur (2008).

Há um apelo às propostas de iniciativas que já existem, que tenham seu recorte territorial especificado, e que visem o fortalecimento de grupos organizados, estes que já produzem bens e/ou serviços ligados ao turismo.

Dessa forma, as instituições que estavam habilitadas a participar do edital seriam: ONGs, Fundações, Associações ou organizações de base, OSCIP e consórcios, entre órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta dos

<sup>1</sup> Além de apoio financeiro, também, foi formulado pelo órgão, vídeos institucionais de promoção ao TBC com cada projeto, contando um pouco de sua experiência e vivência nas práticas do turismo, material este divulgado, principalmente, no 4º Salão de Turismo de 2009.

Estados, Municípios e Distrito Federal. Aos quatro primeiros tipos de instituições, necessitariam ter, no mínimo, três anos de funcionamento regular e possuírem atribuições estatutárias e regimentais, relacionadas aos projetos indicados. As mesmas teriam que atuar em áreas relativas ao turismo, ao desenvolvimento local/sustentável e/ou à inclusão social.

As condições estabelecidas para a apresentação das propostas era que cada instituição apresentasse apenas uma proposta, sendo que a mesma deveria contemplar, pelo menos, uma linha temática; contivesse solicitação de apoio financeiro entre cem e cento e cinquenta mil reais, e cujo o prazo de execução não ultrapassasse dezoito meses a partir da data da assinatura do convênio.

Os critérios considerados para análise das propostas eram:

**Quadro 3 - Critérios de análise de proposta**

<b>01</b>	Relevância estratégica do projeto para o desenvolvimento local;
<b>02</b>	Contribuição da proposta à geração de emprego e renda;
<b>03</b>	Coerência e adequação da proposta quanto aos objetivos, metas, metodologia, atividades e resultados esperados;
<b>04</b>	Caracterização da sustentabilidade econômica, social e ambiental;
<b>05</b>	Articulação com outras políticas públicas;
<b>06</b>	Adequação do orçamento e do cronograma apresentado para alcance dos objetivos das propostas;
<b>07</b>	Adequação dos indicadores a serem utilizados para análise dos resultados do projeto;
<b>08</b>	Competência e experiência prévia da equipe executora na área de desenvolvimento local; e
<b>09</b>	Apresentação de resultados obtidos na ampliação de projetos anteriores.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Edital do MTur (2008).

O acompanhamento e fiscalização desses projetos caberiam ao MTur, em forma de visitas técnicas nas localidades e elaboração de relatórios periódicos, a partir das metas definidas nos Planos de Trabalho.

Dessa forma, foram selecionados 50 projetos que se apresentaram como desenvolvedor do “segmento” (termo usado pelo próprio Ministério) TBC.

Figura 1: Projetos selecionados no âmbito do edital de chamada pública

MTur/n.001/2008



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 369).

Tendo em vista esse cenário, será utilizado como marco orientador primário, das experiências de TBC no Brasil, o Catálogo do Ministério do Turismo de TBC 2008 (BRASIL, CULTURA, 2009). As experiências contempladas foram 50 projetos para servir de panorama das iniciativas existente de TBC no Brasil.

**Quadro 4 - Panorama geral dos projetos selecionados**

Região	Selecionados	ENTIDADES PROPONENTES					
		Coop.	Assoc. de Moradores	Universidade	Prefeitura	OSCIP	ONG
Centro-Oeste	03 projetos				01		02
Norte	06 projetos		01		01	01	03
Sul	08 projetos	01	02	01	01	01	02
Nordeste	17 projetos*		02	01	01	02**	11**
Sudeste	16 projetos		04	01	01	02	08
*01 projeto, depois de selecionado, não prestou contas ao MTur quanto ao andamento das atividades executadas.							
**01 projeto teve como proponente, simultaneamente, uma ONG e uma OSCIP.							

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, (2009).

Os 50 projetos foram aprovados, dentre um quantitativo de 500 projetos recebidos de todo o território nacional, nas seguintes proporções:

**Quadro 5 - Projetos por região**

Projetos recebidos por Região	
Sudeste	34%
Sul	23%
Nordeste	22%
Centro oeste	11%
Norte	9%
Outro	1%

Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 365) (com adaptações).

A intenção do Edital era de apoiar projetos já existentes formatando-os para o “segmento” de TBC. Desta forma, o governo cedia a verba e o proponente do projeto desenvolvia melhorias e capacitações em sua região de atuação.

Os projetos selecionados têm a seguinte distribuição por Unidades da Federação - UF:

**Quadro 6 - Distribuição dos projetos**

<b>UF com projetos selecionado</b>
Rio de Janeiro (06); Ceará (06)
Bahia (04)
Minas Gerais (03); São Paulo (03); Paraná (03); Santa Catarina (03); Pará (03)
Rio Grande do Sul (02); Goiás (02); Alagoas (02); Amazonas (02); Espírito Santo (02); Rio de Janeiro/São Paulo (02)
Pernambuco (01); Mato Grosso (01); Rio Grande no Norte (01); Maranhão (01); Sergipe (01); Tocantins (01); Outros Geral (01).

Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 365) (com adaptações).

### 2.3.1.1 Apresentação das propostas selecionadas

Intenciona-se apresentar cada proposta de forma individual para sintetizar a natureza desses projetos selecionados, no edital do MTur. A ordem será a mesma adotada pelo próprio órgão em questão, de forma regional.

#### a) Região Norte

A região Norte caracteriza-se pela expressiva presença de populações tradicionais ribeirinhas interioranas, a maioria de origem indígena, vivendo em meio ou próximo a Unidades de Conservação.

O que merece destaque, também, é o fato de que em seis projetos selecionados, três (50%) são propostas que partiram de Organizações não Governamentais (ONGs) e apenas uma foi proposta por associação de moradores, demonstrando a fragilidade do “protagonismo”, no âmbito do critério de seleção solicitado pelo MTur, como confirmação da presença do turismo com embasamento comunitário.

**Quadro 7 - Região Norte**

<b>06 projetos selecionados</b>				
<b>UF</b>	<b>Ref.</b>	<b>PROJETO</b>	<b>PROPONENTE</b>	<b>ENTIDADE</b>
AM	<b>01</b>	Fortalecendo o TBC na Resex do Rio Unini – Visitantes e ribeirinhos na preservação da região amazônica – Barcelos	Fundação Vitória Amazônica – FVA	ONG
AM	<b>02</b>	TBC no baixo Rio Negro: Bases para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental – Cotidiano das populações do Rio Negro – Manaus e Novo Airão	Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	ONG
PA	<b>03</b>	Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós – Cultura ribeirinha cabocla – Reserva Tapajós, Arapiuns	Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – Projeto Saúde e Alegria	ONG
PA	<b>04</b>	VEM – Viagem Encontrando Marajó – Praia do Pesqueiro: hospedagem domiciliar no desenvolvimento da comunidade tradicional – Ilha do Marajó	Associação das Mulheres do Pesqueiro – Asmupesq	Associação de Moradores
PA	<b>05</b>	Ecoturismo de Base Comunitária entre Praia e Igarapés – Curuçá	Instituto Peabiru	OSCIP
TO	<b>06</b>	Plano de Apoio ao TBC em Taquaruçu - Palmas – Aventura, culinária local e artesanato	Prefeitura Municipal de Palmas	Prefeitura

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bartholo, Sansolo, Bursztyn(2009).

A seguir, serão detalhados os 6 projetos selecionados na Região Norte, citados no quadro acima:

## 01: Fortalecendo o turismo de base comunitária na Resex do Rio Unini – AM

Figura 1 – Município de Barcelos (AM)

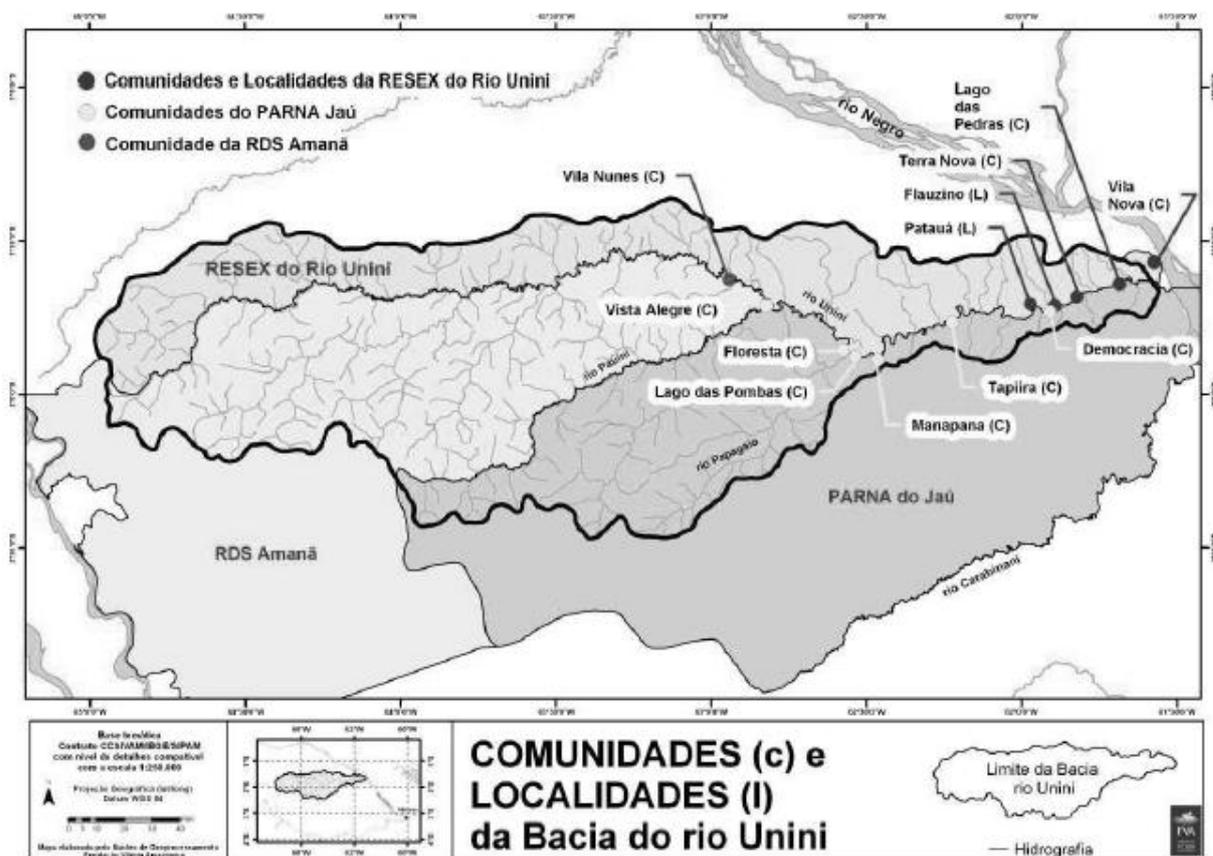


Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 378).

Esse projeto tem como principal objetivo qualificar os moradores da Reserva Extrativista do Rio Unini à prestação dos serviços turísticos, visto que esse município é reconhecido pela prática da pesca esportiva.

Essa reserva foi criada com base no decreto de 21 de junho de 2006. Nela há a seguinte distribuição social:

Figura 2 - Comunidades da Bacia do Rio Unini



Fonte: FVA. In: BRASIL, MMA; ICMBio. **Plano de Manejo Participativo da RESEX do Rio Unini**. Novo Airão (AM), 2014, p. 58.

A Reserva abriga, em sua área, populações extrativistas tradicionais. Suas subsistências baseiam-se, segundo a WWF (2014), principalmente, no extrativismo e, de forma complementar, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. O objetivo básico para a criação dessa reserva foi, segundo seu decreto de criação, para proteger os meios de vida e a cultura popular extrativista residente, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade de Conservação.

Essa reserva conta, ainda, com a atuação da Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU), representante da população local, que no ano de 2009 era de, aproximadamente, 200 famílias.

No que tange ao turismo, os empresários externos à reserva “estabelecem uma relação clientelista, baseado no estímulo à dependência” (BRASIL, 2014, p. 126), já que a RESEX está localizada em uma área muito rica em recursos naturais e histórico-culturais, podendo promover o TBC.

Em contato com o Sr. Carlos Durigan<sup>2</sup>, responsável pela proposta enviada ao MTur, informou-me que, na época que saiu o edital,

[...] estava havendo um debate acirrado sobre turismo no rio Unini, onde as comunidades não tinham experiência com o protagonismo de turismo e onde havia e ainda há uma grande pressão pro parte de empresas operadoras de turismo de pesca para operarem na região. Quando o edital surgiu, achamos uma ótima oportunidade de desenvolver a temática junto às comunidades em relação a opção do TBC.

Desta forma, iniciou-se um processo de desenvolvimento participativo da Fundação Vitória Amazônica (FVA), proponente do projeto, junto à comunidade local

[...] que envolveu discussão das diversas formas de turismo, intercâmbio de experiências com outras iniciativas na Amazônia e o desenvolvimento de um planejamento de ações de turismo no rio Unini, aproveitando o projeto em andamento referente à organização social das comunidades, criação de uma cooperativa, onde um dos temas propostos de trabalho é o turismo e alternativas de geração de renda.

Questionado se houve progresso ou retrocesso na atividade turística da localidade a partir do edital, o mesmo respondeu que, no sentido do exposto acima, houve sim progresso,

[...] uma vez que alcançamos o que era previsto, de promover o debate e efetuar um planejamento de possibilidade. Infelizmente o curto período do apoio e a falta de novas perspectivas e projetos, fez com que as ações mais práticas ficassem apenas no planejamento. Mas obviamente que a temática ainda é forte e as comunidades continuam buscando apoio para desenvolvê-las na região.

Complementando a respeito dos malefícios causados Carlos completou:

[...] A falta de continuidade e perspectivas gerou frustrações nos grupos, uma vez que estavam empolgados com a possibilidade que o projeto poderia trazer novos apoios para o desenvolvimento das ações planejadas. Um erro estratégico e de visão do MTur em achar que uma rodada curta de apoio poderia gerar uma iniciativa mais forte, ao meu ver o edital apenas propiciou o primeiro passo, e para a iniciativa ser bem sucedida um investimento de médio prazo seria necessário.

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada por meio de *e-mail* nos dias 01 e 03 nov 2014.

Questionado se houve dificuldades durante o processo de implementação do projeto, o mesmo respondeu:

[...] Sempre ouvi muita dificuldade de comunicação com o MTUR e uma falta de clareza dos processos locais por parte dos técnicos envolvidos e isto dificultou bastante nas tomadas de decisões frente a mudança de cronogramas e desenvolvimento de atividade em campo.

Por fim, questionou-se se havia alguma sugestão para que o apoio do MTur pudesse ser mais efetivo, obtendo-se a seguinte resposta:

- Necessidade de equipes mais envolvidas com os trabalhos de campo, acompanhando de perto os processos;
- Ampliação do prazo de apoio ou abertura de novos editais para dar continuidade aos processos em construção. Projetos desta natureza não respondem de forma rápida à questão de auto-sustentabilidade, é preciso dar tempo para manutenção do mesmo assim como gerar investimentos de médio prazo que possibilitem o fortalecimento dos projetos desenvolvidos.

Sabe-se que a construção do processo participativo inclusivo, que desenvolva nos atores a consciência da autonomia, é, de fato lento. Ainda mais se a população local não tiver nenhum histórico de protagonismo, frente à tomada de decisão nas questões endógenas.

Essas falas revelam que o MTur tinha como foco, ao elaborar o edital, a formatação do segmento de TBC no Brasil, com um intuito, primordialmente, mercadológico.

Outro fato, que cabe destacar, é a questão da frustração gerada nos moradores locais, por não verem realizado o proposto, isso, além de gerar desgastes, diante dos resultados não obtidos, apesar de todo o esforço empenhado (reuniões, opiniões, disponibilidade em participar), o que pode, também, influenciar na tomada futura deste ou de outros projetos.

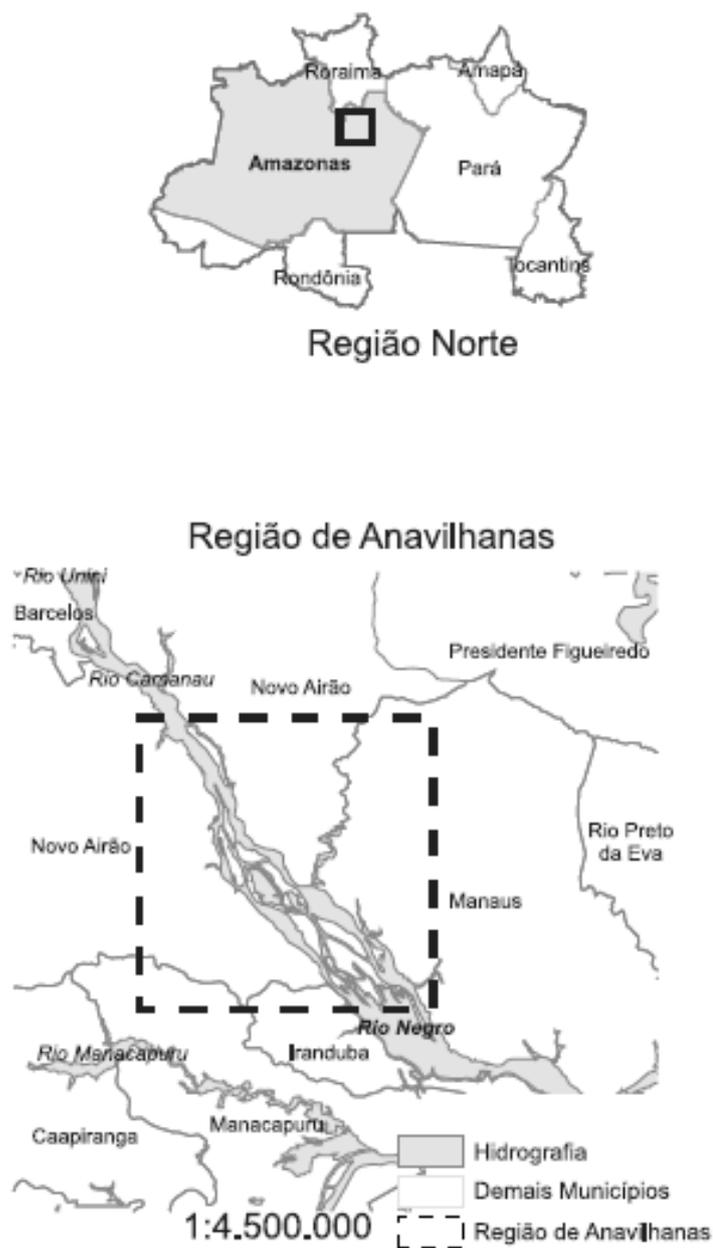
Já quanto a falta de clareza, perante os processos junto a equipe técnica do MTur, pode ser compreendida e justificada pela própria falta de nitidez quanto à concepção dos elementos que constituiriam o TBC, visto que o órgão, em questão, aguardou o retorno das experiências selecionadas pelo edital (2008), para publicar o material sobre a teoria e práticas de TBC (2009).

Com tudo isso, tem-se como resultado mais uma comunidade com “potencial ao TBC”, seja por falta de investimento para estimular atores externos a comunidade

a tomar a frente nesse processo de construção engajamento social local, seja por falta de protagonismo da população autóctone em ser capaz de se autodesenvolver, pois a autonomia nasce através do conhecimento e da iniciativa.

**02: Turismo de base comunitária no baixo Rio Negro: bases para o desenvolvimento socioambiental – AM**

**Figura 3 - Região de Anavilhanas (AM)**



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 381).

A região está inserida no Corredor Ecológico Central da Amazônia, sendo a maior área de proteção ambiental contínua do mundo. Abrange um mosaico de

Unidades de Conservação, como principais estão o Parque Estadual de Anavilhanas e o Parque Estadual Rio Negro.

As comunidades localizadas no Baixo Rio Negro mantêm uma relação direta no uso dos recursos naturais baseados em um profundo conhecimento do ambiente, agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca. Assim, é possível visitar comunidades caboclas e indígenas para observar o cotidiano dessas populações. (BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 382)

Um dos objetivos desse projeto é a conservação da biodiversidade e das tradições comunitárias desenvolvidas no entorno das unidades de conservação.

Ao acessar o *site* do proponente, Instituto IPÊ, verifica-se a dependência de investimento público nos projetos realizados por instituições exógenas às comunidades dessa região:

Ações realizadas junto ao poder público local têm como objetivo melhorar a gestão do turismo e dos atrativos na região, envolvendo diretamente as instituições que trabalham com a gestão das Unidades de Conservação.

Além do interesse do poder público pelas áreas de conservação, interesse de cunho ambiental, há também o interesse de origem privada dos empresários locais:

Ações complementares do projeto trabalham o envolvimento do trade turístico no ordenamento das atividades turísticas. Neste sentido, o projeto participa de uma série de iniciativas locais, tais como a elaboração de um 'Código de Conduta' para visitação nas Unidades de Conservação (...) e a realização de atividades de capacitação do trade (agencias de viagens, guias, canoeiros, proprietários de barcos de turismo e de hotéis de selva).

O projeto ao que se refere o texto acima, extraído do site do instituto IPÊ, não se trata da proposta selecionada pelo MTur de TBC e, sim, um novo projeto que tem como interessados os entes supracitados. Assim, as populações dessas comunidades ribeirinhas acabam reféns de investimentos externos, públicos ou de interesses privados.

Outra ONG, o Instituto Cooperação Econômica Internacional (ICEI), através do portal Central de Turismo Comunitário da Amazônia, coordena a operação do Turismo Comunitário, na região, com o roteiro TUCORIN que incluem diversas comunidades ribeirinhas. Tendo como objetivo,

[...] fortalecer as iniciativas de turismo comunitário desenvolvidas na região por pequenas comunidades ou grupos organizados. Os fundadores da

Central vislumbraram a necessidade de fornecer às comunidades instrumentos e ocasiões para divulgar aos turistas mais atentos ao ambiente, a natureza e as pessoas que moram na maior floresta tropical do mundo, que existe uma maneira diferente, mais respeitosa, em ponta de pés, de entrar em contato com esta porção do planeta.

Esse texto deixa nítida a ausência de protagonismo, por parte das comunidades tradicionais da região, caracterizando-a com passivos em todo o processo do “turismo comunitário” planejado e executado por agentes externos às localidades anfitriãs.

### 03: Ecoturismo de base comunitária no Pólo Tapajós – PA

Figura 4 - Município de Santarém (PA)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 387).

Esse projeto tem como objetivo aumentar a renda gerada, através do turismo e, também, o número de comunidades participantes, ampliando e consolidando assim, o programa de ecoturismo já existente, por meio de mobilização social, planejamento, organização e qualificação. Além de

estruturar e fortalecer a estratégia de promoção e comercialização do projeto, em articulação com a Rede Brasileira de Turismo Solidário e

Comunitário – Rede Turisol<sup>3</sup>, assim como fortalecer e expandir essa rede. (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 387)

Quatro comunidades integrantes do projeto estão instaladas no interior da Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns - e no Projeto de Assentamento Extrativista Gloga Lago Grande. Estão situadas na região do Médio Amazonas, rica por seus aspectos naturais e culturais, composta por comunidades caboclas, remanescentes de quilombolas e indígenas.

Segundo o site de uma ONG, que opera o turismo na região amazônica, Amazônia Comunitária, o turismo comunitário, nessas comunidades, continua sendo realizado, mas não por protagonismos da população local.

---

<sup>3</sup> Rede composta por organizações que se uniram com o objetivo de fortalecer o turismo comunitário, no Brasil. Em 2010, haviam 23 iniciativas que compunham essa rede, distribuídas em dez estados nacionais. As principais linhas de atuação da Rede Turisol são: comercialização, comunicação, impactos em políticas públicas, capacitação e intercâmbios, universidade e turismo comunitário, e juventude e turismo comunitário. Vale ressaltar que dos cinquenta projetos selecionados, cinco são propostas de membros dessa rede. Hoje, 01.11.2014, o site da Turisol, referenciado no site de um das organizações membros, TUCUM, Rede Cearense de Turismo Comunitário, estava desabilitado.

#### 04: Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó – PA

Figura 5 - Ilha de Marajó (PA)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 390).

A comunidade tradicionalmente marajoara está localizada na Praia do Pesqueiro, situada na Reserva Extrativista Marinha de Soure, área de predomínio do ecossistema de manguezais. Aspectos naturais e culturais típicos da herança

indígena são suas principais atrações. Nessa comunidade, a hospedagem é feita nas casas dos moradores, através da Associação Mulheres do Pesqueiro, proponente do projeto.

O projeto em questão tem como objetivo a elevação da qualidade de vida e a geração de renda para seus associados, na Vila do Pesqueiro.

Em visita ao *site* de um dos projetos que apoiam a Associação Mulheres do Pesqueiro, Projeto Turismo Consciente, embora o *site* estivesse desativado devido a reforma do mesmo, aciona-se guia de roteiros na Amazônia. Um desses roteiros é o da Ilha do Marajó, em destaque nesta proposta.

## 05: Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá - PA

Figura 6 - Cooperativa do Ecoturismo Comunitário do Município de Curuçá (PA)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 384).

Esse projeto insere-se na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, localizada na Costa Amazônica. Tem como principal atividade o extrativismo e a pesca. Na atividade turística, a região se destaca por suas festividades, cultura, gastronomia e artesanato de caráter utilitário.

O Instituto Peabiru, proponente do projeto, se compromete a dar apoio em algumas visitas turísticas, além de apoiar a divulgação e venda de roteiros. Em visita

ao *site* do proponente, percebeu-se que houve continuidade do projeto de TBC, iniciado com o apoio do edital do MTur, mas não foi localizado nenhum roteiro de TBC, nessa região.

## 06: Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu - TO

Figura 7 - Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu, Município de Palmas (TO)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 393).

A cidade de Palmas, capital de Tocantins, divide-se em dois distritos: Buritirana e Taquaruçu. Este último, origem do projeto, é uma região serrana que

abriga o polo de ecoturismo, devido suas características naturais. Aqui, também, encontra-se a Área de Proteção Ambiental (APA), Serra do Lajeado.

Os principais objetivos do projeto são:

[...] criar cursos de aperfeiçoamento (educação ambiental, e ecoturismo; técnicas de gastronomia; atendimento ao turista; vendas e negociação; condutor local; culinária específica para confecção de doces típicos e licores); promover um ambiente propício para a elaboração de acordos entre artesãos e comerciantes de doces típicos e licores da região; desenvolver um programa de incentivo aos proprietários de atrativos que estão fechados, gerando emprego e renda para a comunidade local, de acordo com os preceitos do turismo ambientalmente sustentável; aplicar consultoria individual nos pequenos estabelecimentos de alimentos e bebidas, meios de hospedagem e atrativos turísticos ativos; e estruturar o Projeto Conheça Palmas: Orgulho de Viver em Taquaruçu, que proporcionará às crianças da rede pública de ensino e conhecimento dos atrativos turísticos sua localidade e de orientações de tratamento ao turista, com material de apoio, como as cartilhas de turismo e cartilha de orientação dos frequentadores de atrativos. (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 394)

No município, a atividade turística continua a ocorrer, porém, em todo o material encontrado no meio virtual, vídeos e roteiros, os únicos destaques são para os atrativos naturais.

**b) Região Nordeste**

O Nordeste foi a região que mais teve projetos selecionados, 17. Aqui, a presença massiva das ONGs como proponente dos projetos se repete, chegando à quase 70% do total.

**Quadro 8 - Região Nordeste****16 projetos selecionados**

UF		PROJETO	PROPONENTE	ENTIDADE
AL	01	Tramas em Riacho Doce – Onde tem rede tem renda: artesanato e gastronomia na Comunidade de Riacho Doce – Maceió	Instituto Magna Mater – IMM	ONG
AL	02	Plano de desenvolvimento Estratégico – Bordando as tramas do turismo no Pontal da Barra – Maceió	Associação dos Moradores e Amigos do Pontal da Barra – Amapo	Associação de moradores
BA	03	Trilhas Griôs de Lençóis – Diversidade Cultural e tradição oral – Lençóis	Associação Grãos de Luz	ONG
BA	04	Base Local Ecoturismo – Promovendo o TBC na Costa do Cacau – Comunidades pesqueiras e cultura afro-brasileira na Costa do Cacau	Instituto de Turismo de Itacaré – ITI	ONG
BA	05	Ações Prioritárias para a Organização e Inserção Comunitária na Implantação e Gestão de Atividades Ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá – Caravelas	Associação de Estudos Costeiros e Marinhos – Ecomar	ONG
BA	06	Apoio ao TBC – Patrimônio arquitetônico com desenvolvimento sustentável – Lençóis	Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis – ACVL	Associação
CE	07	Promoção de Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri – Turismo Solidário: transformação pelos jovens – Nova Olinda	Fundação Casa Grande – Memorial Homem do Kariri	ONG
CE	08	Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e Construindo Sustentabilidade – Sociedade, cultura e natureza: bases para o turismo solidário – Região Costeira do Ceará	Instituto Terramar	ONG
CE	09	Turismo Rural Comunitário do Assentamento Rural Tijuca Boa Vista – Associativismo: base para a sustentabilidade	Centro Ecológico Aroeira	ONG
CE	10	Rede ecoturismo para a vida! – Sociedade, cultura e natureza: bases para o turismo solidário – Região Costeira do Ceará	Instituto Ambiental Vira Mundo / Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais – IBTS	ONG / OSCIP
CE	11	Turismo Comunitário e Solidário no Assaré de Patativa – No Assaré de Patativa o TBC é poesia pura	Universidade Patativa de Assaré	Universidade
MA	12	Central de Turismo do Município de Santo Amaro – Comunidade e turistas nos Lençóis Maranhenses: relações solidárias na promoção do desenvolvimento sustentável	Prefeitura Municipal de Santo Amaro	Prefeitura
PE	13	Potencialização do TBC no Porto de Galinhas – O artesanato e a economia solidária em Porto de Galinhas	Cooperativa de prestação de Serviços Técnicos e Agropecuários de Pernambuco – Coperata.	ONG
RN	14	Outro Turismo Acontece: Turismo Solidário e Cultura Popular Nordestina – Manifestações culturais e práticas solidárias em Maxaranguape	Associação para Equidade de Gênero e Transformações Social Zuleika Angel Jones – Ass. Zuzu Angel	ONG
SE	15	Estruturação e fortalecimento do TBC do Povoado Terra Caída – No Mangue Seco, práticas de TBC - Indiaroba	Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – Soc. Semear	OSCIP
CE	16	Ayty – TBC do Povo Tapeba – Turismo (solidário) de base comunitária nas comunidades Tapeba: histórias, costumes e gastronomias – Caucaia	Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido – Adelco	ONG

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de BARTHOLO; SANSELO; BURSZTYN, 2009.





Abaixo, serão abordados os 16 projetos selecionados na Região Nordeste:

### 01: Tramas em Rio Doce - AL

Figura 8- Tramas em Rio Doce, Município de Maceió (AL)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 398).

O distrito de Riacho Doce insere-se na Área de Proteção Ambiental (APA), Costa dos Corais, com suas piscinas naturais. Esse arraial de pescadores é conhecido pelo artesanato e quitutes vendidos à beira da estrada, já que o acesso da capital a Maragogi, segunda maior região turística do estado, passa por esse distrito.

Como objetivos estão:

[...] o atendimento e um melhor aproveitamento da oferta turística; a criação de serviços associados; a venda dos seus produtos; o planejamento do uso sustentável de seu território; a promoção da sustentabilidade econômica e cultural local; e o enriquecimento do destino turístico, com um roteiro diferenciado. (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 398)

Essa comunidade tem histórico de processos participativos, através da experiência de orçamento participativo da Prefeitura e das ações reivindicadas em prol da sua melhoria.

A comunidade já tem, dessa forma, uma certa experiência com associativismo e desenvolvimento de projetos, mas não com o conceito de economia solidária e com a preocupação da inserção no mercado. Assim, em parceria com a Associação de Pescadores e Marisqueiros de Riacho Doce, este projeto garantirá a participação da comunidade no planejamento, na execução e na administração do mesmo. (Idem, p. 399)

A gastronomia é, atualmente, o principal atrativo do local - é o que movimenta o turismo no distrito.

## 02: Plano de Desenvolvimento Estratégico – AL

Figura 9 - Plano de Desenvolvimento Estratégico, Município de Maceió (AL)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 396).

Esse projeto é apresentado como “turismo de base comunitária urbana”<sup>4</sup>, visto que está situado em um bairro tradicional da capital Maceió. Pontal da Barra

<sup>4</sup> BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 396.

localiza-se em uma antiga restinga, entre o mar e a Lagoa Mumdaú. Seus moradores são, principalmente, pescadores e artesãos.

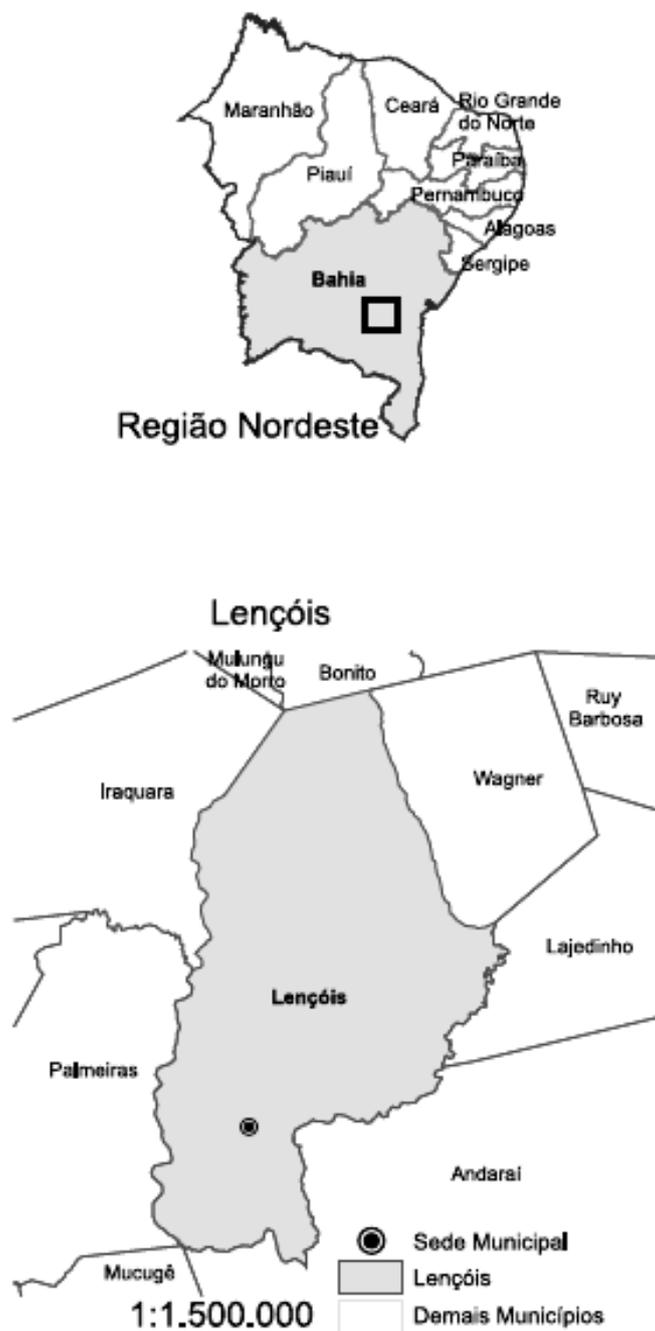
A associação de moradores locais, proponente do projeto, tem como pretensões:

[...] equipar a comunidade de ferramentas eficazes de gestão e monitoramento de ações que provocam o desenvolvimento sustentável local, principalmente com fortalecimento da atividade turística do bairro. O objetivo é buscar o comprometimento da comunidade e parceiros com o plano gestor da localidade na busca de geração, circulação e crescimento da renda oriunda do setor turístico. Tudo será associado a ações educacionais voltadas à conservação ambiental. Entre as propostas estão o desenvolvimento de um plano estratégico, que inclui planos de marketing, sinalização da comunidade e criação da marca da localidade, assim como um monitoramento contínuo para ser avaliar o processo e o resultado final do projeto. (Idem, p. 397)

Atualmente, informações a respeito do TBC, na região, são encontradas apenas em *sites* que fazem referência ao momento do desenvolvimento da proposta enviada ao MTur.

### 03: Projeto Trilhas Griôs de Lençóis – BA

Figura 10 - Projeto Trilhas Griôs de Lençóis, Município de Lençóis (BA)



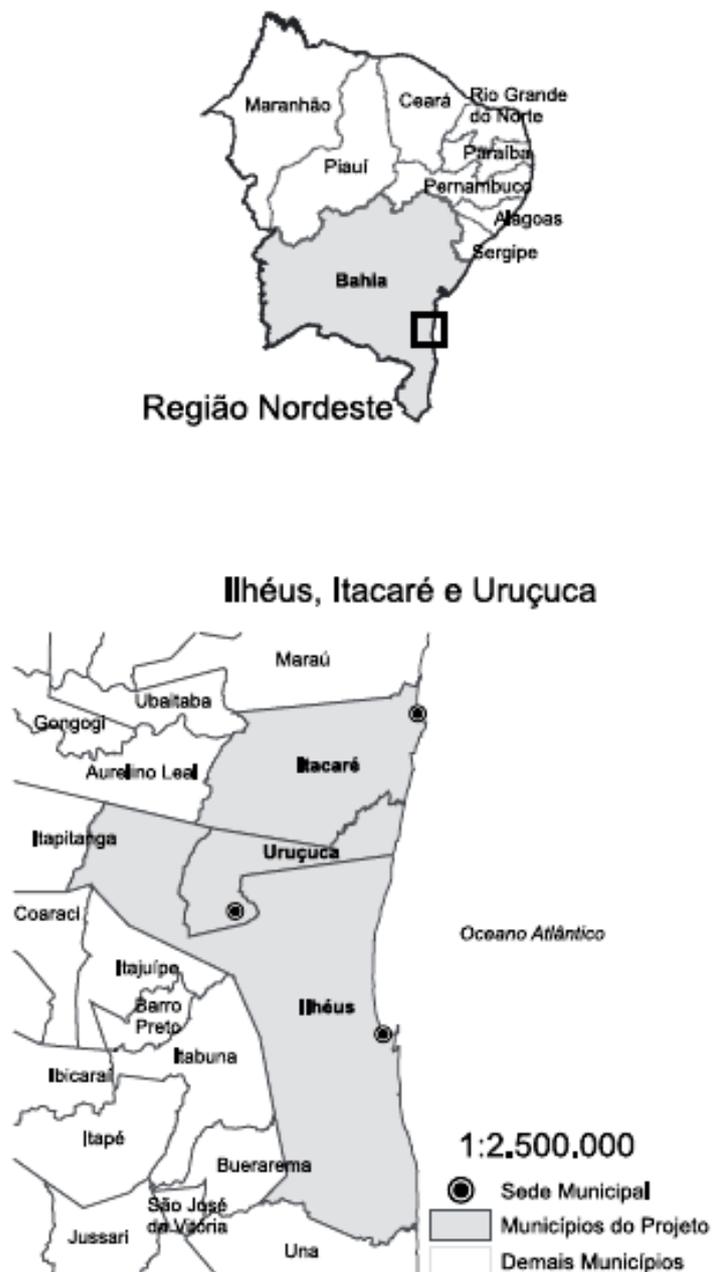
Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 409).

As comunidades, foco desse projeto, estão situadas nos distritos de Remanso, Iuna e Capivara. Nelas são desenvolvidas as Trilhas Griôs de Lençóis, trilhas que conduzem a povoados de cultura afro-brasileira.

Atualmente, a instituição promotora do projeto, ONG Ação Griô, divulga e vende roteiros de TBC na região, através de sua página na internet.

#### 04: Base Local Ecoturismo: promovendo o turismo de base comunitária na Costa do Cacau – BA

Figura 11 - Base Local Ecoturismo: promovendo o turismo de base comunitária na costa do Cacau. Municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca (BA)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 398).

A região incorpora comunidades de três municípios baianos: Itacaré – Quilombola do Fojo; Ilhéus – Vila Turística da Lagoa Encantada e; Uruçuca – Povoado de Serra Grande.

O objetivo principal desse projeto é:

[...] promover a inserção das comunidades locais das Áreas de Proteção Ambientais Costa de Itacaré/Serra Grande e Lagoa Encantada no processo de desenvolvimento turístico da região da Costa do Cacau, visando geração de oportunidades de incremento de renda familiar e a conservação dos ecossistemas que compõem a paisagem regional. (Idem, p. 403)

Como atrativos naturais dos três municípios incluem-se: manguezais, arrecifes, restingas, dunas, cachoeiras, morros e ilhas flutuantes. Além dos naturais, entre os atrativos culturais destacam-se: artesanato, culinária de origem quilombola, agricultura orgânica e pesqueira.

No projeto em questão há a previsão de atividades educativas, a saber: interpretação do patrimônio local e formação de empreendedores de serviços turísticos.

Encontrou-se informações sobre roteiros de TBC na região, somente até o ano de 2011, Figura 13. No *site* da Secretaria de Turismo do Estado há uma descrição de dois roteiros que incluíam o TBC como segmento, porém, como presente na figura 13, verifica-se que os mesmos não são desenvolvidos a partir de uma cultura comum, que se consolida por meio da socialização primária de saberes e de conhecimentos comunitários.

### Figura 13 - Roteiros que incluem o TBC, Costa do Cacau (BA)

#### Roteiros

##### **CAMINHOS DO CACAU E CHOCOLATE I**

1º dia: Check-in Ilhéus. City tour Quarteirão Jorge Amado (opcional). Almoço no Centro histórico. By night (opcional comunidade indígena Jairi), Bataclan.

2º dia: Visita a RPPN Mãe da Mata (trabalho com cacau, chocolate, comunidades, etc), ou Fazenda Provisão, fábrica de chocolate, Itacaré com almoço no Rio do Engenho. By night (opcional Terreiro Matamba Tombeci Neto).

3º dia: Passeio de Chalana no Rio Pardo até Ilha das Garças, centro histórico. RPPN Ecoparque UNA ou Ilha da Fantasia /Fazenda Ouro Verde, com vivências sobre chocolate e base comunitária.

4º dia: Check-out em Ilhéus. Segue para Vila Juerana com almoço e apresentação de Bumba Meu Boi. Mirante Serra Grande e Cachoeira do Tijuípe. Check in em Itacaré. By night opcional Mar & Mel forró.

5º dia: Fazenda Santa'ana ou Quilombo Doit'í. Noite livre.

6º dia: Check out Itacaré, com visita ao Café Cacau, com retorno a Ilhéus, para embarque.

Mínimo:05 pax / máximo de 25 paxs

Segmentos: ecoturismo, rural, tour da experiência, base comunitária, étnico, histórico cultural.

Destinos envolvidos: Ilhéus / Itacaré/ Una / Uruçuca/Canavieiras

##### **CAMINHOS DO CACAU E CHOCOLATE II**

1º dia: Chegada Ilhéus/ hotel. Tempo livre (opcional – Visita a Vila Juerana). À tarde city tour quarteirão Jorge Amado. Noite jantar e Bataclan.

2º dia: Visita a CEPLAC, centro do Bicho Preguiça e Fábrica de Chocolate Itacaré, com almoço no Rio do Engenho. À tarde RPPN Mãe da Mata e alambique Rio do Engenho. Noite livre.

3º dia: Passeio a Canavieiras, com Ilha das Garças (banho de lama), centro histórico com almoço. A tarde Eco Parque de Una, retorno a Ilhéus. By night no Mar Aberto.

4º dia: Check out Ilhéus / Itacaré (Mirante Serra Grande / Cachoeira do Tijuípe com almoço /check – in hotel). By night forró Praia da Concha.

5º dia: Circuito Arvorismo. Tarde check out e parada no Café com Cacau, seguindo para aeroporto em Ilhéus.

Mínimo: 05 pax / máximo de 20 paxs

Segmentos: rural, tour da experiência, base comunitária, ecoturismo, histórico cultural

Destinos envolvidos: Ilhéus / Itacaré / Canavieiras / Una / Uruçuca

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo da Bahia (SETUR).

**05: Ações prioritárias para a organização e inserção comunitária na implicação e gestão de atividades ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá - BA**

**Figura 14 - Ações prioritárias para a organização e inserção comunitária na implicação e gestão de atividades ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá, Município de Caravelas (BA)**



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 400).

Caravelas está localizada na zona turística baiana da Costa das Baleias e do Polo do Descobrimento. Apresenta dois ecossistemas, o manguezal e a restinga, como atrativos naturais.

No Complexo Estuarino Cassurubá residem, aproximadamente, 300 famílias de tradição ribeirinha que têm o extrativismo como principal fonte de alimento e renda.

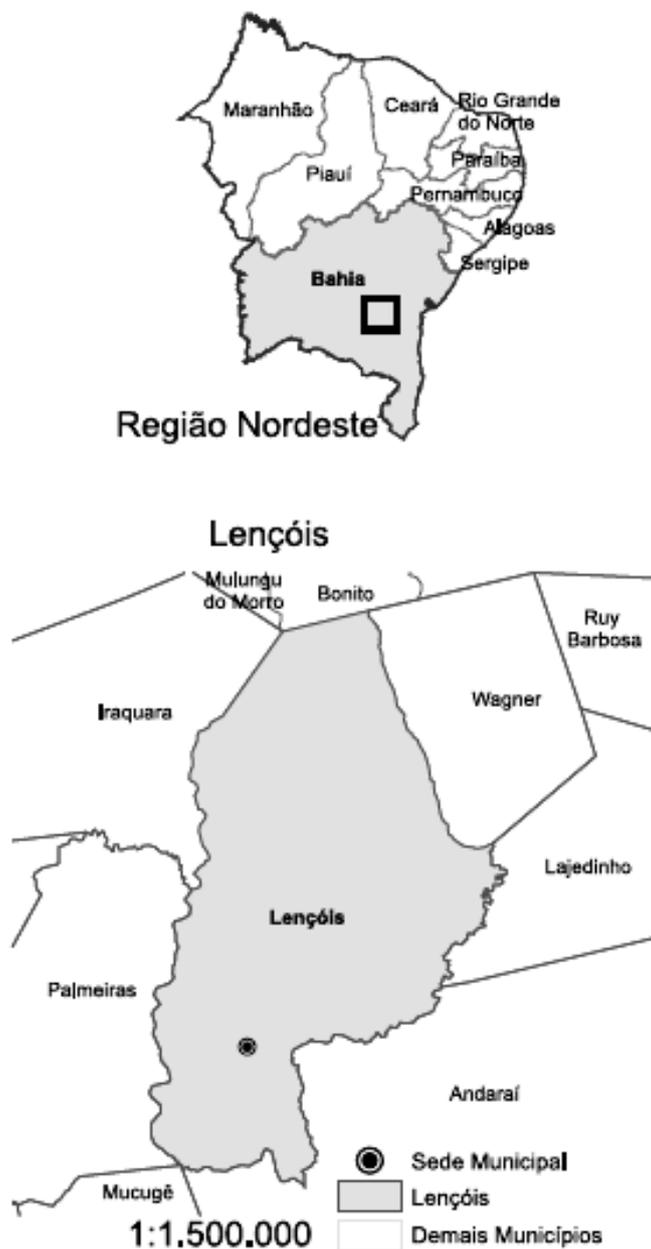
Esse projeto tem como objetivos:

[...] mobilizar e sensibilizar a comunidade local sobre a importância da implantação do ecoturismo de base comunitária no Complexo Estuarino do Cassurubá; executar um programa de desenvolvimento humano para a prestação de serviços ecoturísticos com a comunidade ribeirinha e local; fomentar e subsidiar a organização social para o fortalecimento comunitário e a inclusão deles na prestação de serviços e gestão do ecoturismo; elaborar participativamente as diretrizes para o ordenamento do ecoturismo de base comunitária no complexo estuarino do Cassurubá; planejar e implantar trilhas interpretativas; elaborar participativamente projetos de bioconstruções para infraestrutura previstas nos pontos de apoio; entre outros. (Idem, p. 401)

Não foi encontrado, por meio digital, nenhuma informação que faça referência à situação atual do TBC, nessa região, somente informações, no *blog* Ecoturismo Cassuruba, a respeito da Reserva Extrativista do Cassurubá e a intenção de fomentar a participação comunitária na região, através do turismo.

**06: Formação de lideranças para o desenvolvimento do turismo de base comunitária – BA**

**Figura 125 - Município de Lençóis (BA)**



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn ( 2009, p. 406).

No município de Lençóis estão inseridas três unidades de conservação: Parque Nacional da Chapada Diamantina; Área de Proteção Ambiental

Marimbus/Iraquara – habitada, aqui, pela comunidade do Remanso, quilombolas e, o Parque Municipal da Muritiba. Região rica natural e culturalmente.

Segundo o proponente, a comunidade do Remanso seria a mais apta, entre os demais povoados de Lençóis, ao desenvolvimento do TBC por possuir meios a oferecer ao visitante um tipo de experiência, a partir da vivência da população local.

O principal objetivo desse projeto é

[...] capacitar as lideranças comunitárias para o exercício da gestão participativa e do turismo solidário, bem como para o planejamento estratégico que viabilize o desenvolvimento de empreendimentos geradores de renda para a população local, promovendo capacitações que desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e competências do grupo. (Idem, p. 416)

O TBC, nessa região, é desenvolvido em parceria entre os moradores do quilombo Remanso na Chapada Diamantina e a ONG Ação Griô Nacional, entidade essa que divulga e vende roteiros de TBC.

**07: Promoção do turismo social e cultural de base comunitária no Sertão do Cariri - CE**

**Figura 136 - Município de Nova Olinda (CE)**



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 411).

Nova Olinda situa-se no Vale do Cariri, berço cultural cearense, “ao pé da Chapada do Araripe”, que é uma reserva florestal de predomínio da Mata Atlântica. Além dos aspectos naturais, essa região permite apreciar a cultura e tradição dos povos do sertão do Cariri, pois, aqui, está localizada a Fundação Casa Grande – Memorial Homem do Kariri -, acervo de peças arqueológicas e lendas da pré-história do homem do Kariri.

Além disso, os moradores locais por meio da Cooperativa dos Pais e Amigos da Casa Grande (Coopagra) oferecem serviços turísticos social e cultural (hospedagem domiciliar, visitas, passeios, entre outros). E, os

[...] recursos gerados com o turismo de inclusão social desenvolvido pela Coopagran são divididos de modo a garantir um retorno para a comunidade: 10% são para a administração da cooperativa; 10% para o fundo de educação que financia transporte escolar para aos jovens da fundação que chegam à universidade (a 42 Km de Nova Olinda, nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte); 80% para a reposição da matéria-prima, investimento de infra-estrutura e manutenção familiar. (Idem)

O acesso a Coopagran se dá através de uma página na internet, da Fundação Casa Grande. Nela, podem-se solicitar reservas de serviços turísticos oferecidos pela cooperativa, o que inclui os serviços voltados ao TBC.

## 08: Turismo Comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade – CE

Figura 147 - Municípios da Rede Tucum (CE)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyń (2009, p. 415).

Esse projeto contempla doze comunidades (pesqueiras, indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais), membros da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário: “projeto pioneiro de turismo comunitário

voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza, busca a sustentabilidade sócio-ambiental” (Idem).

Aqui, a gestão das atividades ligadas ao turismo em cada uma das comunidades é de âmbito comunitário,

[...] por intermédio de associações de moradores ou outra forma de organização de cunho coletivo, sempre norteadas pela lógica da economia solidária. Juntas, as comunidades se fortalecem, fomentando a troca de experiências e a cooperação, compartilhando saberes e a construindo estratégias coletivas de superação dos desafios enfrentados pela zona costeira. (Idem, p. 416)

Atualmente, através da página de internet da Rede Tucum, principal promotora das comunidades participantes do projeto, todas as comunidades continuam executando o TBC.

## 09: Turismo rural comunitário do assentamento rural Tijuca Boa Vista - CE

Figura 158 - Município de Quixadá (CE)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn(2009, p. 420).

O objetivo central desse projeto é

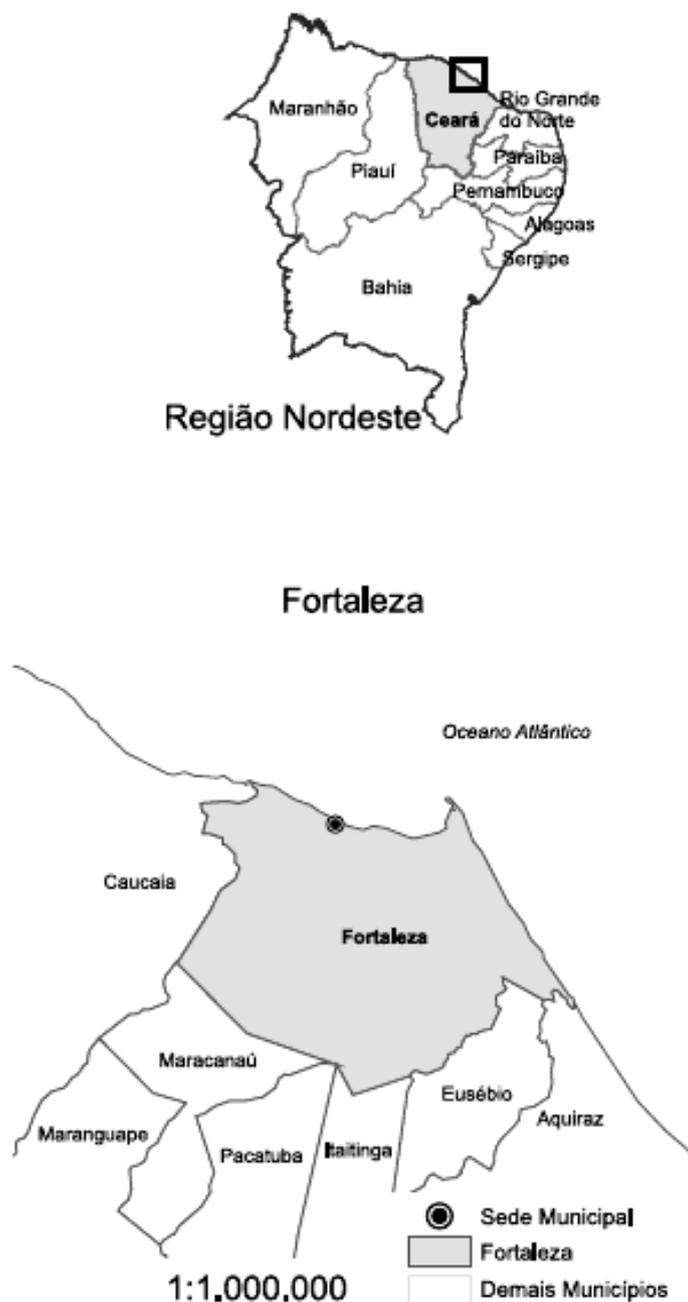
[...] desenvolver o turismo de base comunitária no Assentamento Tijuca Boa Vista pro meio das ações de qualificação dos assentados para que atuem nas atividades turísticas e de preservação do meio ambiente, fortalecendo a agricultura familiar e a economia local, a partir do desenvolvimento rural sustentável e dos princípios da economia solidária. (Idem)

O assentamento encontra-se, parte da sua área, em Área de Proteção Permanente (APP).

Não foi encontrado, em mídia digital, nenhum roteiro que confirme a existência atual do TBC na região. Porém, encontrou-se diversos estudos, artigos e trabalhos de conclusão de curso, que fazem referência ao assentamento e seu projeto de TBC junto ao MTur.

## 10: Rede de Ecoturismo para a Vida - CE

Figura 169 - Município de Fortaleza (CE)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p.413).

O objetivo principal desse projeto é o de fortalecer a Rede de Ecoturismo para a Vida e consolidar territórios sustentáveis na Praia do Futuro em Fortaleza.

Os participantes deste projeto de “TBC” em área urbana são “três comunidades tradicionais ribeirinhas da orla , comprometidas com a sustentabilidade socioambiental da atividade turística, a geração de renda e o fortalecimento da cultura tradicional pesqueira e extrativista” (Idem). As comunidades são: Serviluz, Caça e Pesca e Lagoa do Coração.

Cabe ressaltar que o projeto é uma iniciativa que

[...] partiu inicialmente das comunidades organizadoras por meio de Conselhos Populares, que definiram como prioridade desenvolver atividades ligadas ao ecoturismo de base comunitária como forma de fortalecimento econômico, social e cultural das comunidades e como disputa de hegemonia social quanto aos usos do território do litoral de Fortaleza, que vem sendo prejudicada pelo turismo de massas. (Idem)

Não se identificou, por meio de páginas de internet, a existência de roteiros de TBC na localidade, somente uma carta compromisso, no *blog* Raízes da Praia, onde está expresso o desejo de implementar o TBC na região.

## 11: Turismo comunitário e solidário no Assaré do Patativa - CE

Figura 2017 - Turismo comunitário e solidário no Assaré do Patativa, Município de Assaré (CE)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 418).

O objetivo central desse projeto é o de aperfeiçoamento profissional e empresarial; planejamento do uso sustentável do território turístico e; promoção e comercialização do destino turístico e/ou dos produtos e serviços associados.

A principal atratividade turística do município, que se situa no sertão do Cariri, é o Memorial do Poeta Popular Patativa do Assaré. Patativa do Assaré era

compositor, poeta e improvisador, um dos mais importantes a representar a cultura nordestina.

No que tange a organização comunitária, a mesma

[...] se dá sob a coordenação da Universidade de Patativa do Assaré e tem a parceria dos grupos organizados como os de pescadores e de piscicultores, que desenvolvem suas atividades no entorno da área de atuação do projeto. Os moradores das comunidades envolvidas participarão ativamente das atividades do projeto, quer nas capacitações, na construção do planejamento do uso do território, ou na gestão da Agência de Turismo. (Idem, p. 419)

Não se encontrou, em mídia digital, nenhuma informação sobre o desenvolvimento de roteiros atuais de TBC na região.

## 12: Central de Turismo de Santo Amaro do Maranhão

Figura 181 - Município de Santo Amaro do Maranhão (MA)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p.422).

Esse projeto tem como objetivo “potencializar e agregar valor aos serviços e produtos turísticos já existentes e possibilitar segmentos de outros, tendo como base uma estrutura física e logística a partir da implantação de uma Central de Turismo” (Idem).

O município em questão tem aproximadamente 40% de seu território incluso no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, sendo esse o principal atrativo da região.

As comunidades tradicionais, aproximadamente dez, contempladas com esse projeto são compostas por trabalhadores rurais, pescadores e criadores. Algumas dessas famílias praticam a hospedagem domiciliar

Ao procurar informações a respeito da continuidade desse projeto, encontrou-se somente uma página na internet, *site* Mochileiros, que menciona o destino como desenvolvedora do TBC, informando o número de telefone para contato com as referidas pousadas domiciliares, indicando a continuidade do projeto.

### 13: Projeto de potencialização do turismo de base comunitária em Porto de Galinhas - PE

Figura 192 - Município de Ipojuca (PE)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 424).

O projeto tem como objetivo

[...] implantar e desenvolver uma proposta de turismo de base comunitária; formular um Plano Estratégico de Gestão da Comercialização dos artesãos nas comunidades locais, a fim de superar suas principais debilidades quanto à dependência de intermediários, à capacidade administrativa e à falta de pessoal capacitado; diagnosticar a produção artesanal e fomentar o resgate da cultura para a elaboração de uma identidade do artesanato local e regional; incentivar o uso de novas técnicas e materiais, caracterizando o produto com resultado de um processo de fabricação artesanal; implantar um sistema de divulgação pela produção de embalagens, material impresso e virtual; e desenvolver um Plano de Marketing para o lançamento dos produtos. (Idem)

Não foi localizada, em páginas na internet, nenhuma menção de práticas de TBC no município contemplado. Somente em junho de 2013, o mesmo foi palco do 1º Encontro de Turismo de Base Comunitária, promovido pelo Instituto Federal de Pernambuco, porém, na página deste instituto, não se encontrou detalhes sobre o referido evento.

## 14: Outro Turismo Acontece: turismo solidário e cultura popular nordestina

Figura 203 - Município de Maxaranguape (RN)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p.427).

Maxaranguape situa-se no Polo Costa das Dunas. Esse município tem, em seu território, a Área de Proteção Ambiental Estadual dos Recifes e Corais (APARC), que abriga parte da população rural contemplada pelo projeto.

O projeto divide-se em dois ambientes: o litorâneo e o rural, cada um com suas características naturais e culturais peculiares.

Entre os objetivos do projeto encontram-se:

oficinas para os visitantes e intercâmbio cultural entre pessoas de diversas culturas (...) de modo a contribuir para o desenvolvimento e a formação da população local, seja com cursos ou com quaisquer formas de aperfeiçoamento do uso de tecnologias sociais. (Idem, p. 428)

Há a presença de hospedagens domiciliares, tanto na área rural como na litorânea, na residência de moradores já “cadastrados e capacitados”.

Não se encontrou nas páginas da internet, nenhuma informação a respeito de roteiros de TBC no município em questão.

## 15: Estruturação e fortalecimento do turismo de base comunitária do povoado Terra Caída – SE

Figura 214 - Município de Indiaroba (SE)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 430)

O objetivo do projeto é

[...] estruturar e fortalecer o turismo de base comunitária desenvolvido pela Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores do Povoado de Terra Caída, de modo participativo e sustentável. (Idem)

Isso por meio de

[...] aprofundar os conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias ao atendimento turístico que já ocorrem na comunidade; oferecer apoio técnico para melhoria dos serviços e produtos turísticos ofertados pela comunidade; apoiar a organização da produção associada ao turismo, como artesanato, agricultura familiar e pesca artesanal; construir o diagnóstico turístico e a organização comunitária de forma participativa; formentar a prática de economia solidária já existente na comunidade; fortalecer a promoção e a comercialização dos produtos e serviços turísticos a partir da inserção do destino em roteiros turísticos já estruturados; e envolver a comunidade na cadeia produtiva do turismo no âmbito estadual e nacional. (Idem, p. 431)

A comunidade de pescadores, Terra Caída, insere-se na Área de Proteção Ambiental Litoral Sul. Aqui, há a opção de refeições oferecidas nas casas de moradores “que oferecem em seus quintais e servem uma boa comida caseira” (Idem).

Não foi localizada, nem na página de internet da proponente do projeto, Sociedade Semear, nem em notícias, a vinculação que sugerisse a continuidade do projeto na comunidade em questão.

## **16 – Ayty – Turismo de Base Comunitária do Povo Tapeba (CE)**

Devido a ausência de retorno, por parte do proponente, Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido (Adelco), “não foi possível coletar informações” (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 21) sobre essa proposta. Desta forma, a mesma não aparece no material elaborado em parceria com o MTur.

### **c) Região Centro-Oeste**

Ao comparar a região Centro Oeste com as demais, constata-se o quanto esta região está à margem de participação em políticas públicas de turismo e do fluxo turístico brasileiro, pois, mesmo com sua magnitude territorial se verifica o baixo número de projetos selecionados. Enquanto o Nordeste e Sudeste, principais destinos de turismo nacional, está representado por 17 e 16 projetos, respectivamente, o Centro-Oeste é representado por apenas 03 propostas, além de não possuir nenhuma entidade associativa ou cooperativa como proponente.

**Quadro 9 - Região Centro-Oeste****03 projetos selecionados**

<b>UF</b>	<b>Ref.</b>	<b>Projeto</b>	<b>Proponente</b>	<b>Entidade</b>
GO	01	Valorização da Cultura Popular para o turismo em Pirenópolis – Aconchego no interior de Goiás	Comunidade Educacional de Pirenópolis – Coepi	ONG
GO	02	Um Vale Verde de Verdade – Sustentabilidade no Cerrado brasileiro – Pirenópolis	Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado – Ipec	ONG
MT	03	Guardiões do Pantanal – O Pantanal na vivência cotidiana na Colônia Z-5 de Pescadores – Barão de Melgaço	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de MT	Secretaria estadual

Fonte: Elaborado pela autora, partir de Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009.

A seguir, são destacados os projetos selecionados na Região Centro-Oeste:

### 01: Valorização da cultura popular para o turismo em Pirenópolis – GO

Figura 225 - Município de Pirenópolis (GO)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 434).

A comunidade em questão trata-se de uma “comunidade pedagógica”

Em 1996, foi fundada a Comunidade Educacional de Pirenópolis – Coepi, que se firmou como centro de educação complementar ao ensino formal (...). É uma instituição essencialmente comunitária, na qual seus diretores, professores, voluntários, funcionários e colaboradores são membros da comunidade e participam ativamente de todos os processos. (Idem, p. 435)

Não se encontrou, em nenhuma página de internet, nenhum roteiro de TBC em operação, na região.

Em contato com a responsável pela proposta enviada ao MTur, Alessandra Schneider, a mesma me informou que havia sido coordenadora do projeto, e que

Assim como você me solicitou, eu já enviei informações, dei entrevistas e contribuí com vários mestrandos/doutorandos interessados neste tema. Infelizmente, não faço isso mais com a mesma confiança que fazia antes. Nos melhores casos, nunca recebi notícias do resultado do trabalho. Nos piores, vi meus textos plagiados e/ou deturpados, sem nem ser citada nas referências.<sup>5</sup>

Dessa forma, não foi possível a apropriação de mais informações sobre este projeto.

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada por e-mail entre os dias 24 à 30 out 2014. Tive acesso à coordenador em questão através da Secretaria de Turismo de Pirenópolis – GO. Havia contatado-os a fim de mais informações a respeito de roteiros de TBC no município, porém, como forma de resposta me pediram para contatar a Alessandra pois ela havia sido coordenadora de um projeto de TBC.

## 02: Um Vale Verde de Verdade – GO

Esse projeto quando foi aprovado, intitulava-se “Apoio a iniciativas de turismo de base comunitária fomentando o Vale Mar e Guerra como um destino de ecoturismo no município de Pirenópolis – GO”<sup>6</sup> (Figura 25).

O Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC) é uma ONG que instalou-se em Pirenópolis. Sua fundação data de 1998, segundo seu *site*, e nasce com a proposta de desenvolver cursos e propagar a permacultura tanto pelo cerrado como pelo Brasil. Nas palavras de um dos fundadores, ao se referir à harmonia do lugar de convívio do instituto, relata:

[...] a segurança de território é essencial para desenvolver uma economia local baseada na permacultura, por isso estamos oferecendo a oportunidade para algumas pessoas desenvolverem um novo conceito de propriedade com responsabilidade.

O instituto em questão tem como atividade principal cursos e visitas no próprio “Ecocentro”, tendo com foco principal a “sustentabilidade”. Ele também oferece aluguel de “habitações ecológicas”, individuais ou para grupos.

O mesmo instituto foi o proponente do projeto selecionado pelo edital do MTur, intitulado, posteriormente, de “Um Vale Verde de Verdade”. Nome que teve por origem o povoado rural situado na região conhecida como Vale Mar e Guerra em Pirenópolis, Goiás. A proposta do projeto era, com o apoio recebido, oferecer oficinas de capacitação à comunidade rural e fomentar, nesta região, um roteiro de ecoturismo.

Cabe ressaltar que o IPEC propõe o desenvolvimento desse projeto de TBC, na região onde a comunidade rural entra somente como expectadora do objetivo do mesmo, aguardando, assim, as ações geradas para tal proposta constituídas e orquestradas pelo próprio instituto.

O projeto intitulado “Um Vale Verde de Verdade” visava integrar os produtores rurais de Pirenópolis, através de roteiros de turismo rural de base comunitária, onde o proponente destaca o papel da permacultura, aos produtores rurais, na produção

---

<sup>6</sup> Decreto que celebra o convênio MTur/Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado de nº 704619/2009.

rural familiar associada ao turismo através do desenvolvimento de roteiro de visitação às propriedades rurais participantes.

Dessa forma, o público-alvo direto seriam 140 famílias residentes no Vale do Mar e Guerra, cujo valor de repasse final para esse projeto foi de R\$ 124.900,00, já descontada o valor da contraproposta exigida pelo MTur.

A ocupação da região Vale Mar e Guerra se constitui de propriedades privadas. A grande maioria dessas propriedades tem na agricultura de subsistência sua principal forma de sustento.

Nesse cenário, destaca-se o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), por sua forma singular de constituição e de atividades diferenciadas de lidar com o meio ambiente.

**Figura 236 - Região Vale Mar e Guerra, Pirenópolis (GO)**



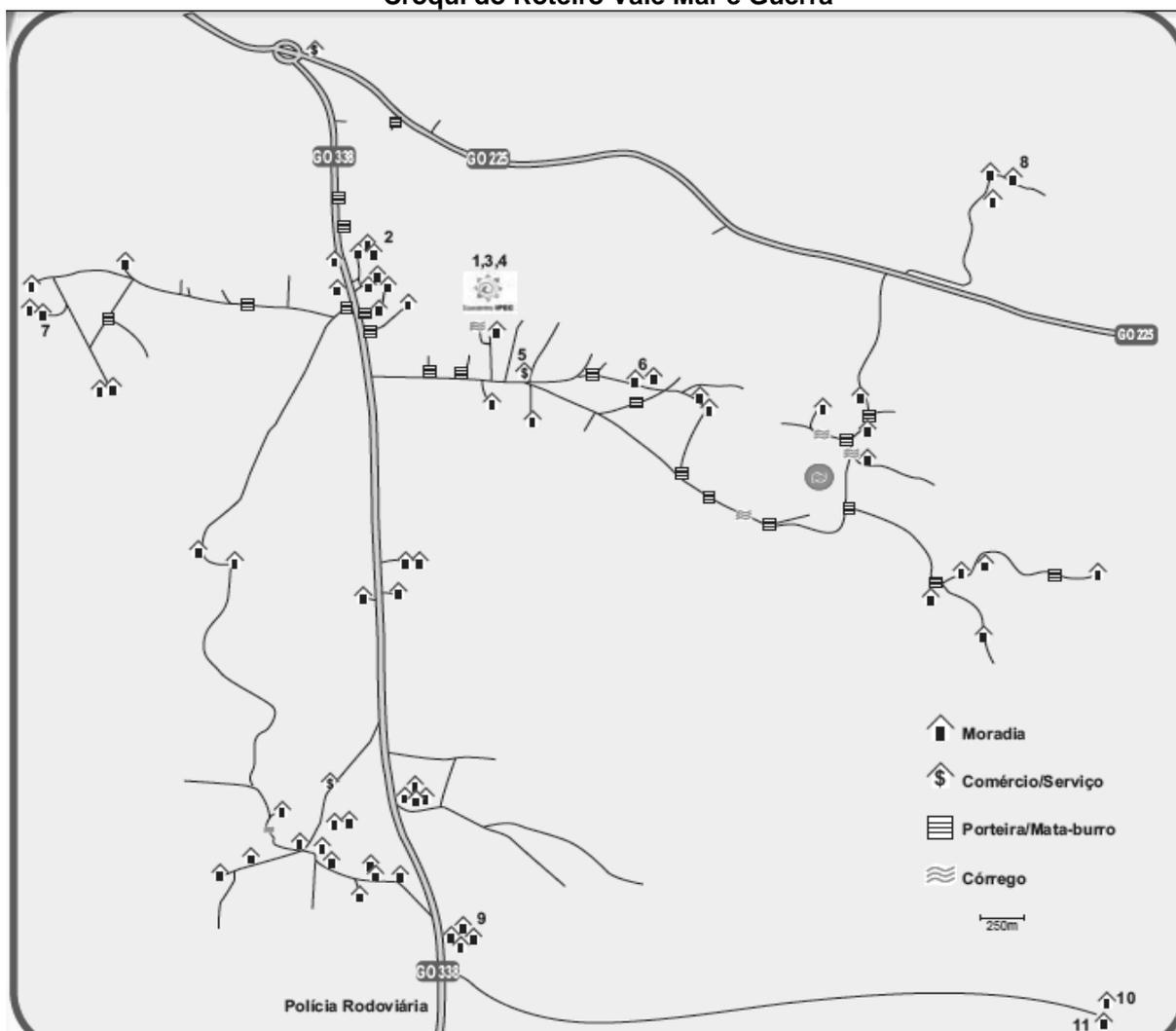
Fonte: Elaborada pela autora, a partir da imagem disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/place/Piren%C3%B3polis+-+GO/@-15.7123885,-48.7734797,9z/data=!4m2!3m1!1s0x935c6bf7ce026fd3:0xb6f6b3e0a2fafbd1>. Acesso em: 11 de out. de 2014.

O 26 mostra a disposição das ruas e vias de acesso à região, a concentração da população local e, ainda, a indicação das propriedades que fazem

parte desse roteiro e suas principais atividades, juntamente, com os contatos dos responsáveis por cada propriedade inclusa no roteiro.

### - Croqui do Roteiro Vale Mar e Guerra



1. **ECOCENTRO IPEC – PERMACULTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**  
Lucy Legan e André Soares
2. **CHÁCARA DO S. GERALDO – AGROECOLOGIA, PLANTIO ORGÂNICO E VIDA SUSTENTÁVEL** - Geraldo e Maria Aparecida
3. **TERRA NUTRI – ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE**  
Pollyana Marinho
4. **JARDIM DE AROMAS – TRILHA SENSORIAL**  
Juliana Faber
5. **SÍTIO PÉ DE SERRA – CAVALGADAS E LANCHE RURAL**  
Elza Veiga
6. **VILA CARPANEDA – ATELIÊ DE ARTE NATURAL**  
Maria Beverly, Cíntia e Alexandre Carpaneda
7. **ARTE FOLOGOMES – CERÂMICA E ARTESANATO**  
Cleuza, Inácio, Divaldo ou Odair Rodrigues
8. **SÍTIO GALERIA – ECOGASTRONOMIA**  
Murielle Dargaud
9. **PARQUE PLANTA QUE CRESCE – VIDA SUSTENTÁVEL**  
George Jaime de Melo e Maria do Sol
10. **FAZENDA FOGAÇA – DERIVADOS DE CANA**  
Flávio Oliveira

Fonte: Brasil, Ministério do Turismo; Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado. **Roteiro Turismo Rural Contemporâneo Um Vale Verde de Verdade Pirenópolis/Goias** - 2010.

Em visita à região, se percebeu que existem duas formas de agrupamentos sociais distintos: os produtores rurais, famílias que se utilizam da agricultura de subsistência para seu sustento e o IPEC.

Por questões de necessidade ou de política de convivência, essas duas formas de expressões singulares se juntam, mas não se misturam, já que ambas são antagônicas, principalmente, no que tange à relação homem-natureza, mais especificamente, no trato com o meio ambiente.

Os produtores rurais seguem uma tradição pela agricultura de subsistência, são poucos os que, em contato com a experiência vivida através do trabalho no instituto, se adaptam a essas técnicas, nas suas atividades rotineiras.

Enquanto os residentes do IPEC seguem, motivo pelo qual se uniram, uma reformulação das ações individuais em prol de estilo de vida, de uma cultura sustentável, de ser menos agressivo ao meio ambiente através da bioconstrução (técnica de construção em que se empregam materiais de origem ecológica e local, podendo também ser utilizados materiais recicláveis que, reutilizados, prejudicarão menos o meio ambiente), da permacultura (cultura de alimentos e energia a fim de atingir a sustentabilidade de forma permanente).

Porém, se analisado em particular o universo “IPEC”, encontra-se nele os elementos que o constitui como comunidade, porém, se analisado os produtores rurais, apesar de garantir que eles podem até terem alguns destes elementos em comum, não dá para garantir o mesmo, visto que, quanto mais amplo o universo, menor a possibilidade de construção de uma “comum unidade”.

### 03: Guardiões do Pantanal – MT

Figura 247 - Município de Barão de Melgaço (MT)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 436).

Entre os objetivos do projeto estão:

[...] ministrar cursos de monitores ambientais de pesca, com complementação ecológica para os pescadores locais (abordando relacionamentos pessoais, ética profissional, higiene e segurança no

trabalho, técnicas e práticas de educação ambiental e teoria e prática do atrativo natural); oferecer às mulheres ou membros das famílias de pescadores cursos de hospitalidade e melhoria na oferta de produtos (alimentação, hospedagem, lazer, entre outros); monitorar uma programação para a promoção comercial e divulgação dos serviços prestados em forma de cartilhas e folders, oferecer melhor qualidade no transporte de turistas; e ampliar a rede de colaboração na colônia de pescadores, mantendo os contatos com restaurantes, pousadas, hotéis e pesqueiros da região de modo articulado. (Idem)

Composta por comunidades ribeirinhas, esse município tem aproximadamente 2% de terra firme, pois o restante é formado por terras alagadiças, pantanal. Conta com hospedagens domiciliares.

Não se encontrou nenhum roteiro de TBC em operação nesta região.

#### **d) Região Sudeste**

A região Sudeste foi a segunda que mais apresentou projetos, desses, dezesseis foram selecionados, contemplando todos os estados da região.

**Quadro 10- Região Sudeste**  
**16 projetos selecionados**

UF	Ref	Projeto	Proponente	Entidade
ES	01	Nossa Terra Nossa Arte: Artesanato, história e TBC – Vitória e Região Metropolitana	Movimento Vida Nova Vila Velha	ONG
ES	02	Ecobase Ilhas Caieiras: Preservação do Manguê e Gastronomia nas Ilhas Caieiras – Vitória	Instituto Capixaba de Ecoturismo	ONG
MG	03	Boas Práticas para o Turismo Comunitário: Forró rural e vivência agroecológica com hospedagem caseira: uma mistura que dá ritmo – Araponga, Rosário de Limeira e Fervedouro	Centro de Pesquisas e Promoção Cultural	ONG
MG	04	Implantação do Turismo de Vilarejo no Distrito de Cuiabá, Gouveia: Iguarias para os olhos e o paladar – preciosidades do Circuito dos Diamantes	Associação de Moradores da Comunidade de Cuiabá	Associação de Moradores
MG	05	Fortalecimento da Rede de Produção Comunitária para o Turismo em Brumadinho: Inhotim – o museu a céu aberto com produtos da comunidade local.	Instituto Cultural Inhotim	OSCIP
RJ	06	Promoção do turismo de base comunitária em Paraty: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	OSCIP
RJ	07	Vila Solidária: Encontro entre Brasil e África na Vila do João – Rio de Janeiro	Ação Comunitária do Brasil	ONG
RJ	08	O Povo do Aventureiro: Fortalecimento do TBC – Campings domiciliares: aproximando turistas e comunidade Ilha Grande – Angra dos Reis	Fund. De Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Fed. Rural do RJ	Universidade
RJ e SP	09	Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde.: Tesouros culturais das comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas – Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba	Associação dos Moradores do Campinho	Associação de Moradores
RJ e SP	10	Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro: Nas trilhas do Parque Nacional da Serra da Bocaina – Angra dos Reis, Paraty e São José do Barreiro	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica	ONG
RJ	11	Tecendo Redes do Turismo Solidário: Criatividade e solidariedade na produção artesanal do Morro	Associação das Costureiras Autônomas	Associação de

		do Cantagalo – Rio de Janeiro	do Morro do Cantagalo	costureiras
RJ	12	Turismo no Morrinho: Brincadeiras solidárias: mudando a vida de jovens nas favelas – Rio de Janeiro	ONG Morrinho	ONG
RJ	13	Reviver Paquetá: Cultura, artes e paisagens na Ilha de Paquetá – Rio de Janeiro	Casa das Artes Paquetá	ONG
SP	14	TBC em Juquitiba (Vale do Ribeira): Conciliando a Preservação da Mata Atlântica com Geração de Renda e Trabalho: Interação entre turistas e comunidade no cotidiano	Vitae Cicilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz	ONG
SP	15	Centro de Capacitação em Turismo e Hospitalidade de Base Comunitária da Vila da Praia Branca, Guarujá: História, interação e lazer na Prainha Branca	Prefeitura Municipal de Guarujá	Prefeitura Municipal
SP	16	Apoio à Iniciativa de TBC no Município de Peruíbe: Lazer e descoberta no litoral paulista – Peruíbe/Barra Uma	Associação Amigos de Bairro da Vila Barra do Uma	Associação

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009).



Abaixo, serão dispostos com detalhamento os projetos selecionados na Região Sudeste:

### 01: Nossa Terra Nossa Arte – ES

Figura 258- Município de Vila Velha (ES)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 440).

O projeto abrange sete municípios, sendo cinco no litoral e dois no interior do Estado. Essa região possui diversas áreas de proteção, entre elas está a do Morro do Moreno.

O projeto objetiva

[...] incluir a comunidade local e valorizar o seu modo de vida, promovendo maior participação dos benefícios da atividade turística e da troca de conhecimentos e valorização do saber tradicional. (...) realização de um diagnóstico sobre as produções de artesanato associadas ao turismo na Região Turística Metropolitana da Grande Vitória, incentivando a produção com base nos critérios de economia solidária, com objetivo de criar uma rede de turismo de base comunitária no Espírito Santo. (Idem, p. 441)

Não foi localizado, a partir de *sites*, nenhum roteiro em operação de TBC, nessa região.

## 02: Ecobase Ilhas das Caieiras – ES

Figura 269 - Município de Vitória (ES)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 438

O projeto tem como proposta

[...] que as visitas ao mangue , em Ilha das Caieiras, sejam conduzidas pela comunidade local a partir de passeios de barco até as imediações do mangue e de catraia (barco sem motor) dentro do mangue. (...) Para tanto, a comunidade deve se organizar em uma cooperativa ou uma associação comunitária, a partir de um modelo participativo. (...) Esse processo vem sendo conduzido pelo Instituto Capixaba de Ecoturismo, proponente do projeto, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo e com o Centro Cultural Ilha das Caieiras. (Idem, p. 439)

Atualmente, segundo Oliveira e Ricco (2013), embora o proponente tenha se empenhado em capacitar alguns membros locais, o turismo na região acontece de forma particularizada, assim como antes.

### 03: Boas práticas para o turismo comunitário – MG

Figura 30 - Território Serra do Brigadeiro (MG)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 443)

O projeto contempla nove municípios e tem como objetivos

[...] proporcionar que as famílias envolvidas com a atividade de turismo no espaço rural reorganizem seu modo de vida, suas propriedades rurais e casas das famílias participantes, a fim de receberem visitantes adequadamente; criar condições de melhores padrões de moradia e aumento da renda familiar, agregando valor com a atividade de Turismo de Base Comunitária; aproximar a região do Território da Serra do Brigadeiro com as ações da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Traf nacionalmente e com as ações do Programa de Turismo Solidário; e criar

mecanismos de comercialização e infraestrutura turísticas (sinalização e material de divulgação) para os produtos e serviços turísticos do projeto.  
(Idem)

A população local, agricultores rurais e cafeicultores em sua maioria, em parceria com diversas instituições se utilizaram do apoio do MTur para propulsionar o turismo na região, na forma, principalmente, da hospedagem domiciliar.

#### 04: Implantação do turismo de vilarejo no distrito de Cuiabá, Gouveia – MG

Figura 271 - Município de Gouveia (MG)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 448

O município localiza-se no Circuito do Diamante. E o objetivo do projeto é

[...] promover: qualificação e capacitação comunitária voltada para a economia solidária, gestão comunitária do negócio; atendimento aos visitantes; melhoria da qualidade da produção associada ao turismo; e valorização do patrimônio cultural e ambiental da comunidade de modo a competirem no mercado turístico regional. (Idem, p. 449)

Segundo *site* da Emater de Minas Gerais, a associação de moradores, juntamente com instituições locais, deram continuidade ao projeto inicialmente formatado a partir do apoio do edital de 2008 do MTur, programa este que beneficia, atualmente, treze comunidades rurais de agricultores familiares.

## 05: Fortalecimento da rede de produção comunitária para o turismo em Brumadinho – MG

Figura 282 - Município de Brumadinho (MG)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 445)

O Instituto Inhotim, proponente do projeto, é um complexo museológico, principal atrativo cultural da região, sendo um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

O projeto visa:

[...] a capacitação de associações e produtos comunitários de Brumadinho e do entorno. Será oferecido um curso para representantes dessas organizações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Brumadinho, o Sebrae e a Emater, cuja metodologia está voltada para que as associações sejam sujeitos do processo, na elaboração da proposta inicial, na identificação das demandas para capacitação e na elaboração de planos de negócios com auxílio de consultores contratados. (Idem, p. 146)

Não foi encontrada nenhuma reverberação de TBC, nessa região.

**06: Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem**

**Figura 293 - Município de Paraty (RJ)**



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 459)

Mais de 80% desse município se encontra dentro de áreas protegidas, inseridas no Mosaico de Unidades de Conservação da Bocaina, além de territórios indígenas Guarani-Araponga e o Quilombo do Campinho.

As comunidades tradicionais caiçaras praticam a pesca no cerco e a agricultura familiar, sendo que o encontro entre turistas e anfitriões acontece, com maior frequência, nas praias.

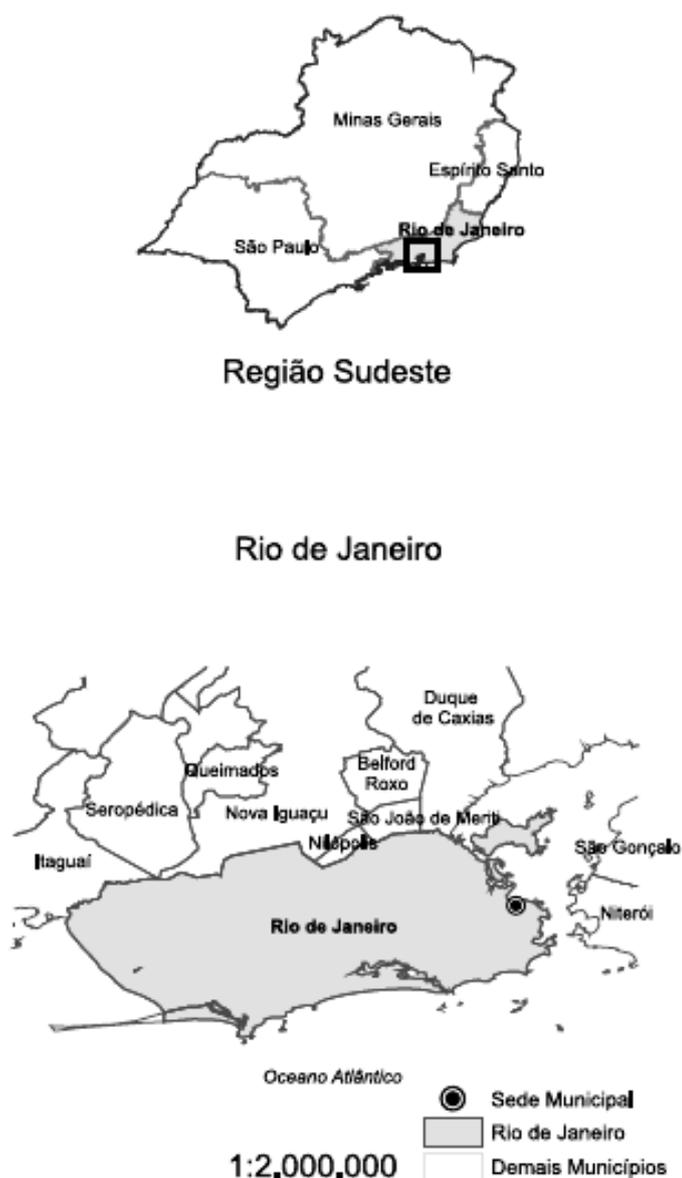
Objetiva-se com esse projeto a

[...] capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem (...) visando a implementação de um Sistema de Gestão de Sustentabilidade e de qualificação profissional dos meios de hospedagem, formado em sua grande maioria de pequenas pousadas. (Idem, p. 461)

A comunidade quilombola do Campinho e Guarani-Araponga aparecessem com frequência em páginas da internet, como desenvolvedora do TBC, em Paraty.

## 07: Projeto Vida Solidária – RJ

Figura 304 - Município do Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 457).

O Complexo da Maré é um agrupamento de bairros, na zona norte do Rio de Janeiro, instalado às margens da Baía de Guanabara.

O objetivo do projeto é

[...] desenvolver um polo de turismo diferenciado na comunidade de Vila do João, assim como promover e consolidar empreendimentos inovadores, baseados nos preceitos da economia solidária, do comércio justo e da valorização da cultura afro-brasileira, sobretudo a angolana (tendo em vista que esse é o maior núcleo de cultura angolana da América Latina). (Idem)

A cultura afro-brasileira está representada pela culinária e pelo artesanato, “atividades que resgatam a memória e fortalecem a identidade local, favorecendo a alteridade entre visitantes e anfitriões” (Idem, p. 458).

Aparece, com grande frequência, como desenvolvedora de TBC, principalmente, em matérias científicas, dissertações e artigos.

## 08: O povo do Aventureiro: fortalecendo o turismo de base comunitária – RJ

Figura 315 - Município de Angra dos Reis (RJ)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 454).

A Vila do Aventureiro está localizada na Ilha Grande, Angra dos Reis. Essa vila está inserida dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul, e sua extensão marítima faz parte do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Sua cultura é tipicamente caiçara.

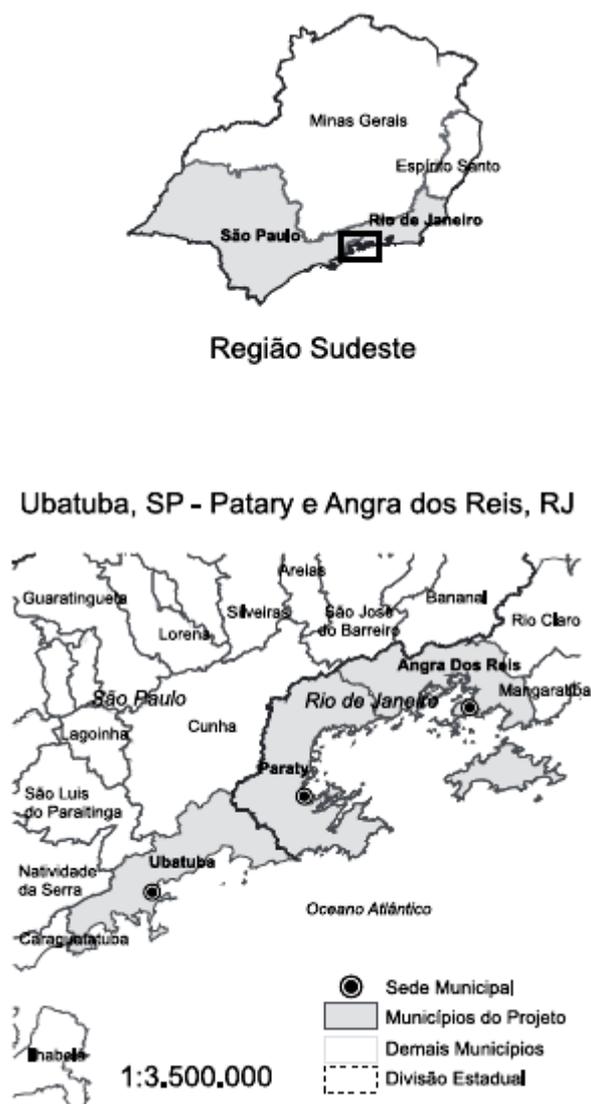
Em visita à Vila, em 2011, se percebeu que ela constituiu enquanto uma comunidade, de fato, por todo o seu histórico de pertencimento através de laços de

sangue. Em 1981, com a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, que proibiu a população local de continuar seu modo de vida tradicional através do extrativismo e agricultura familiar, os moradores perceberam que havia potencial turístico no local. Com o fechamento e a implosão do Presídio de Dois Rios (1990 e 1994), respectivamente, houve a “expansão do Turismo em toda a Ilha Grande” (SILVA, 2013, p. 143), com um diferencial no Aventureiro, pois devido às suas restrições pelas Unidades de Conservação, o perfil de turista que, frequentemente, ia a essa vila eram os “mochileiros”, justamente por não necessitarem de uma infraestrutura turística mais elaborada.

Atualmente, o turismo continua sendo uma das principais fontes de renda da população local, porém, não com o olhar voltado às práticas de vivências com foco no modo de vida e nas tradições. Isso acontece em pequena escala se comparado ao número de visitantes que a vila recebe.

## 09: Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde – RJ e SP

Figura 326 - Municípios de Ubatuba (SP), Paraty e Angra dos Reis (RJ)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 450

Nestes três municípios serão envolvidas doze comunidades tradicionais (cinco quilombolas, duas indígenas e sete caiçaras). Nessa região estão concentradas quinze unidades de conservação.

Os objetivos deste projeto são:

[...] fortalecer as comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, que participam do Fórum de Comunidades Tradicionais, como protagonistas do turismo cultural da região. Será contemplado o apoio à qualificação profissional, ao planejamento estratégico e à organização comunitária. A meta é que essas comunidades construam um plano de desenvolvimento do turismo cultural, fortalecido na sua forma coletiva e integrada, considerando e valorizando as especificidades culturais e sociais de cada comunidade. (Idem, p. 451)

Assim como nos projetos 06 e 08, acima citados, na comunidade de Ubatuba, também, é bem divulgado o TBC, principalmente, em redes sociais.

## 10: Ecoturismo de base comunitária da região da Trilha do Ouro – RJ e SP

Figura 337 - Municípios de Angra dos Reis, Paraty (RJ), São Jose do Barreiro (SP)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 452).

Essa região compreende uma parte do Parque Nacional Serra da Bocaina (PNSB).

Há, na extensão da Trilha do Ouro, pousadas e pequenos restaurantes familiares. O objetivo do projeto é:

[...] consolidar os polos da atividade turística na região da Trilha do Ouro, (...) por meio da estruturação de alguns roteiros e da capacitação dessas comunidades. A proposta é beneficiar 120 pessoas, formando monitores ambientais das comunidades e aumentando o tempo de permanência do visitante na região. (...) serão realizadas oficinas de orientação de ecoturismo de forma adequada ao ordenamento territorial e ambiental, inserindo nesses novos polos as atividades já em operação. (Idem, p. 453)

Diferentemente dos projetos já conhecidos, 06 e 08, não foi encontrado nenhum material virtual que divulgasse o TBC no município, sendo mais vinculado ao Ecoturismo.

### **11: Tecendo Redes de Turismo Solidário – RJ**

O Morro do Cantagalo é uma área de favela, situada próxima aos bairros tradicionais cariocas Ipanema, Aparador e Copacabana (Município do Rio de Janeiro, Figura 34). A comunidade desse morro já realiza, desde 1999, atividades de turismo, promovido a partir do protagonismo dos atores locais.

O projeto objetiva:

[...] gerar renda para os participantes; divulgar os trabalhos dos artistas plásticos da região; estimular a produção artesanal socialmente sustentável em comunidades de baixa renda com alta visitação turística, comercialização de camisetas e bolsas artesanais; entre outros (Idem, p. 465).

O turismo na região, segundo a ONG Museu de Favela, é bem difundido em páginas da internet, tendo como destaque o estilo de vida nas favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho.

### **12: Turismo no Morrinho – RJ**

A Comunidade Vila Pereira da Silva, o Pereirão, sede desse projeto, localiza-se no bairro das Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro (Figura 34). O nome Morrinho faz referência a uma maquete de 300m<sup>2</sup> que reproduz o cenário da favela e que fica exposto na própria comunidade, idealizada pelo artista Nelcirlan Souza de Oliveira.

A proposta do projeto é

[...] fomentar a inserção competitiva de seus empreendimentos de maneira profissional, em um mercado cada vez mais globalizado, oferecendo formação e capacitação para jovens e adolescente da comunidade. (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 468).

Diferentemente do projeto acima citado, este tem uma divulgação como destino turístico mais tímido, aparece somente nas vinculações à ONG Morrinho,

cujo *site* está desativado. Dessa forma, não se encontrou nenhum roteiro de TBC, na região.

### **13: Reviver Paquetá – RJ**

A Ilha de Paquetá situa-se na Baía de Guanabara (Município do Rio de Janeiro, Figura 34), rica em patrimônios culturais e naturais.

O projeto tem como proposta

[...] estabelecer um permanente diálogo com o poder público no sentido de desenvolver políticas de gestão participativa e programas de revitalização e inclusão social. No projeto, a comunidade será a protagonista (...). Além de debates sobre o patrimônio cultural e natural, estão incluídas ações de capacitação, valorização do cooperativismo, do associativismo e da economia solidária, entre outros (Idem, p. 463).

Segundo o *site* Ilha de Paquetá, o projeto foi apresentado, principalmente, devido o momento de depressão econômica e ambiental que a ilha estava passando, vendo no turismo uma alternativa para reverter esse quadro. O turismo, na região, continua sendo operado, especialmente, pelo viés histórico característico da localidade.

## 14: Turismo com base comunitária em Jujutiba: conciliando a preservação da mata Atlântica com geração de renda e trabalho – SP

Figura 38 - Município de Jujutiba (SP)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 472)

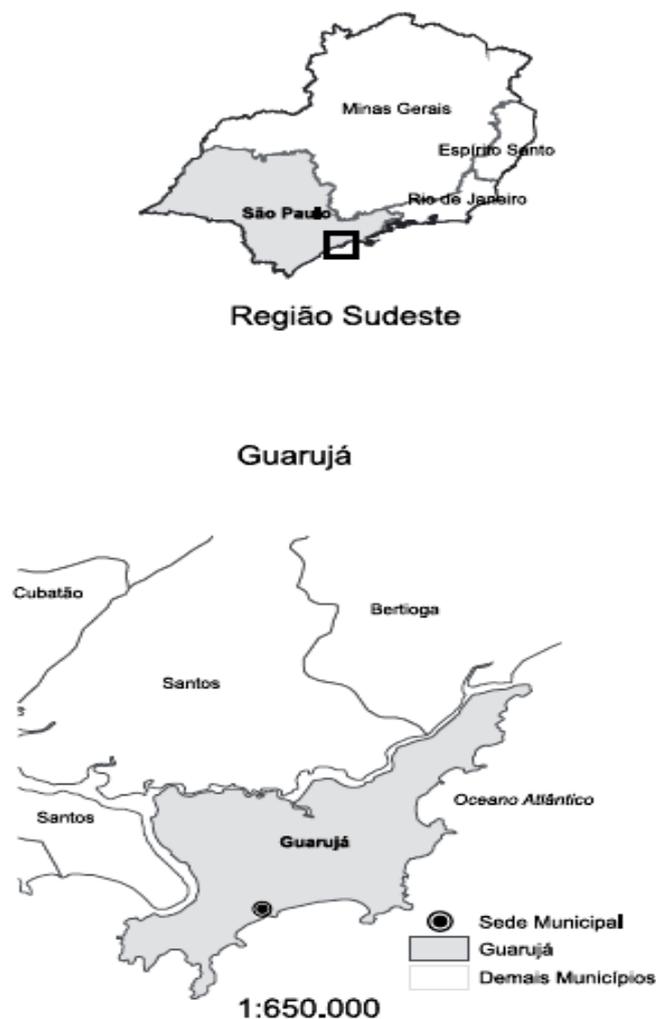
A Aldeia de Artesanato de Jujutiba localiza-se no centro de Jujutiba, na região Vale do Ribeira. Esse município integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O objetivo central deste projeto é “formular um projeto que contribuísse para a geração de trabalho e renda, e para a preservação dos mananciais e da Mata Atlântica” (Idem, p. 473).

Segundo a página de internet do Conselho Municipal de Turismo local, houve recusa por parte da associação de moradores da aldeia do projeto, dessa forma, não houve avanço quanto ao desenvolvimento de TBC, nessa região.

## 15: Centro de capacitação em turismo e hospitalidade de base comunitária da Vila da Prainha Branca – SP

Figura 349 - Município de Guarujá (SP)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 469

A Vila Prainha Branca localiza-se no município de Guarujá, região metropolitana da Baixada Santista. Sua população é formada, basicamente, por pescadores e agricultores.

O projeto objetiva

[...] criar um centro de capacitação para o turismo de base comunitária na comunidade da Prainha Branca, com a oferta de cursos em: educação para

o turismo e hospitalidade; artesanato, reciclagem e bioarquitetura; hospitalidade doméstica e comercial; planejamento participativo; entre outros. (Idem)

Segundo o *site* da Prefeitura de Guarujá, o TBC continua sendo operado na região.

## 16: Turismo sustentável de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Uma – SP

Figura 40 - Município de Peruíbe (SP)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 474.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra Una localiza-se no município de Peruíbe, no interior do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatiss.

O projeto objetiva

[...] consolidar e ordenar essa atividade econômica, que atualmente se encontra dispersa e subaproveitada pela comunidade como fator de geração de renda. (...) O projeto também é um importante instrumento de consolidação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que possui menos de dois anos de existência. (Idem)

Segundo a ONG Instituto Socioambiental, a Fundação Florestal, parceira da associação proponente do projeto - fundação vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - não adequou o projeto a nova realidade de Unidade de Conservação da Reserva, visto que a mesma havia retomado ao *status* de Estação Ecológica, onde a prática do turismo não é permitida, impossibilitando o uso do recurso concedido pelo MTur para o desenvolvimento do TBC local.

#### **e) Região Sul**

A região Sul foi a que apresentou um índice igual, entre associações e ONGs, porém, se levarmos em consideração a composição das demais entidades, comprovaremos que o número de entidades de cunho organizacional gerenciado pela população local é bem menor.

É importante mencionar que o capital associativo presente nos projetos selecionados, dessa região, se estrutura de forma diferenciada às demais regiões, pois, por mais que os proponentes não sejam associações e cooperativas, indiretamente, essas organizações sociais já são atuantes em seus municípios.

Assim, como nas demais regiões, nessa, também, é constante a presença de Unidades de Conservação, influenciando direta ou indiretamente nos modos de vida das populações locais.

**Quadro 11 - Região Sul****08 projetos selecionados**

<b>UF</b>	<b>Ref.</b>	<b>PROJETO</b>	<b>PROPONENTE</b>	<b>ENTIDADE</b>
PR	01	Deslocamentos: Ecoturismo de Base Comunitária no Litoral Norte do Paraná – Turismo protagonizado por cooperativa de moradores no Litoral Norte do Paraná – Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, e Paranaguá	Sociedade de pesquisa em vida selvagem e educação ambiental – SPVS	OSCIP
SC	02	Turismo: Estratégia de Sustentabilidade para o Sul de SC – TBC: Cânions e cultural colonial – Praia Grande	Associação de colonos Ecologistas do Vale Mampituba – Acevam	Associação dos Colonos
PR	03	Turismo Solidário – Conservando a Floresta com Araucária: Hospedagem familiar solidária na conservação da floresta de araucária – Turvo	Instituto Agroflorestal Bernardo Hokvoort – IAF	ONG
PR	04	Fortalecimento do TBC na Conservação de Modos de Vida de Comunidades do Rio Sagrado, Morretes – Produtos artesanais e hospedagem domiciliar na Serra do Mar	Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb	Universidade
SC	05	Destino Referência em Turismo Rural de Base Comunitária – Roteiros acolhedores no meio rural – Encostas da Serra Geral	Associação Acolhida na Colônia	Associação de moradores
SC	06	Saberes e Fazeres Artesanais das Mulheres Rurais de Joinville e Região de Santa Catarina – Desenvolvimento do artesanato: mudando o cotidiano das mulheres do campo de Joinville	Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de julho	Prefeitura
RS	07	Estruturação do Roteiro Caminhos Rurais – Roteiro temático: Caminhos Rurais de Porto Alegre	Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico Ltda – Coodestur	Cooperativa
RS	08	Turismo rural solidário – Promovendo Desenvolvimento Comunitário Sustentável – Cultura e religiosidade – Santo Antônio da Patrulha	Grupo Interdisciplinar Ecopolis	ONG

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009).

A seguir, serão dispostos os 8 projetos selecionados na Região Sul:

### 01: Deslocamentos: ecoturismo de base comunitária no litoral norte do Paraná

Figura 351 - Municípios Litoral Norte do



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 476.

Essa proposta inclui 54 comunidades caiçaras, que se localizam na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, esta, por sua vez, abrange parte dos municípios de Paranaguá, Antonina, Campina Grande do Sul e Guaraqueçaba.

O objetivo do projeto é

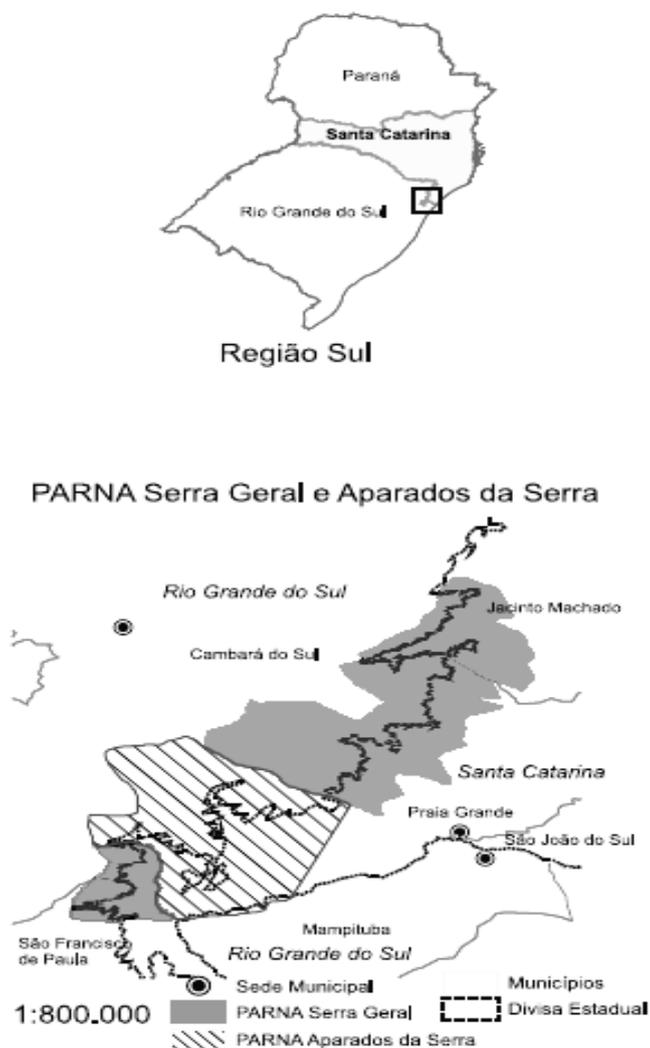
[...] a realização de ações para melhoria a qualidade de vida de moradores de unidades de conservação e de seus arredores, assim como de empreendedores, guias e consumidores do turismo de base comunitária. A proposta inclui a formação de uma cooperativa de pequenos

empreendedores e o desenvolvimento do ecoturismo, que poderá ser uma importante atividade geradora de renda para as populações locais, promovendo também mudanças no conceito de desenvolvimento na região.  
(Idem)

Segundo página na internet da Sociedade em Pesquisa da Vida Silvestre, atualmente, o TBC continua em operação na região, através, principalmente, da Cooper guará, Cooperativa que reúne moradores locais. Os roteiros de TBC, da região, são frequentemente divulgados em páginas da internet.

## 02: Turismo: estratégia de sustentabilidade para o sul de Santa Catarina

Figura 362 - Município de Praia Grande (SC)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 493.

Praia Grande localiza-se no extremo sul catarinense, divisa com o Rio Grande do Sul. Nessa região encontra-se o Parque Nacional Aparados da Serra e o Parque Nacional Serra Geral.

Como objetivo do projeto, a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba (Acebam) almeja “ampliar suas atividade para o turismo rural”, pois essa associação reúne 33 famílias de agricultores.

Não foi localizado nenhum roteiro que incluía o TBC, nessa região, em páginas da internet. Porém, esse município se destaca pelo turismo de aventura e pelo ecoturismo.

### 03:Turismo solidário: conservando a floresta com araucária – PR

Figura 373 - Município de Turvo (PR)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 482).

Comunidade que se situa na região central do estado, Turvo “abre suas propriedades para receber pesquisadores e outros produtores, a fim de relatar as experiências implantadas” (Idem).

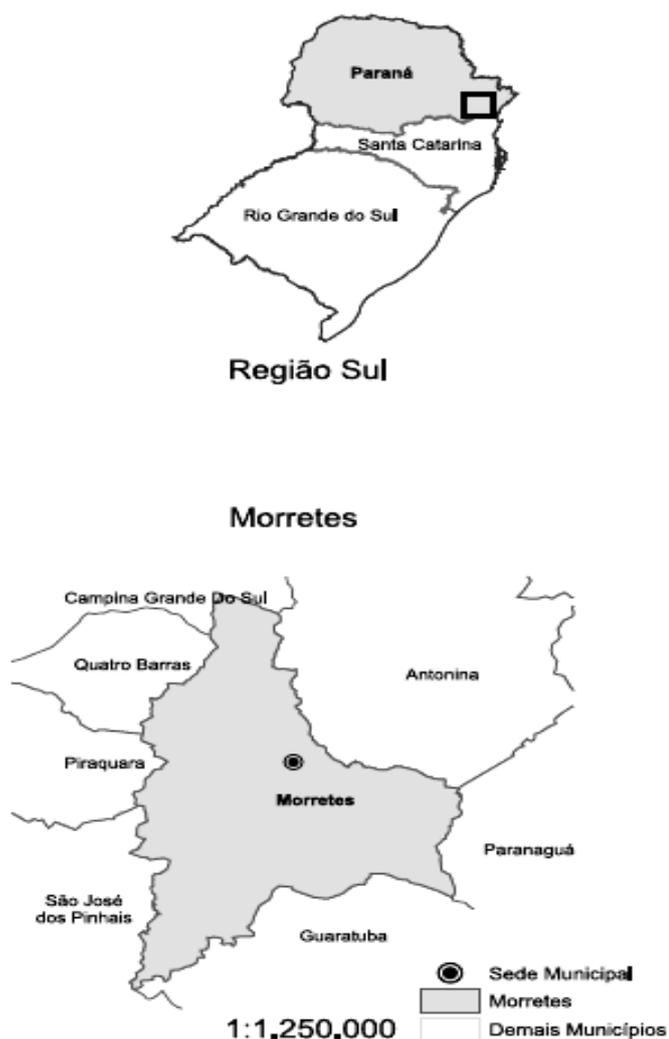
Tem como objetivo ao projeto

[...] fortalecer um aspecto importante da cultura local, proveniente da área rural: o uso de recursos da floresta de araucária, como o pinhão, largamente utilizado no preparo de iguarias (Idem).

Infelizmente não se identificou nenhum roteiro de TBC, na região.

**04: Fortalecimento do turismo de base comunitária na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado: interconectando turismo comunitário com redes de comércio justo – PR**

**Figura 44 - Município de Morretes (PR)**



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 479).

Próximo ao município, localizam-se duas Unidades de Conservação estaduais, Área de Especial Interesse Turístico Marumbi e a Área de Proteção Ambiental Guaratuba.

As atividades ligadas ao turismo comunitário são realizadas na região da microbacia do Rio Sagrado, onde é oferecido hospedagem domiciliar.

Não se encontrou nenhum roteiro de TBC, na região, porém, visualizou-se diversos estudos acadêmicos, trabalhos de conclusão de curso e artigos, que fazem referência desse município, como desenvolvedor de TBC.

## 05: Destino referência em turismo rural de base comunitária – SC

Figura 385 - Município de Santa Rosa de Lima (SC)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 489).

Na região, que contempla cinco municípios (Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Gravatal e Grão Pará), é desenvolvido, pelos agricultores familiares, o projeto Acolhida na Colônia, “fundamentado no turismo de base comunitária, no trabalho de longo prazo (...), na qualidade, no respeito ao meio ambiente e na parceria entre meio urbano e rural” (Idem, p. 490).

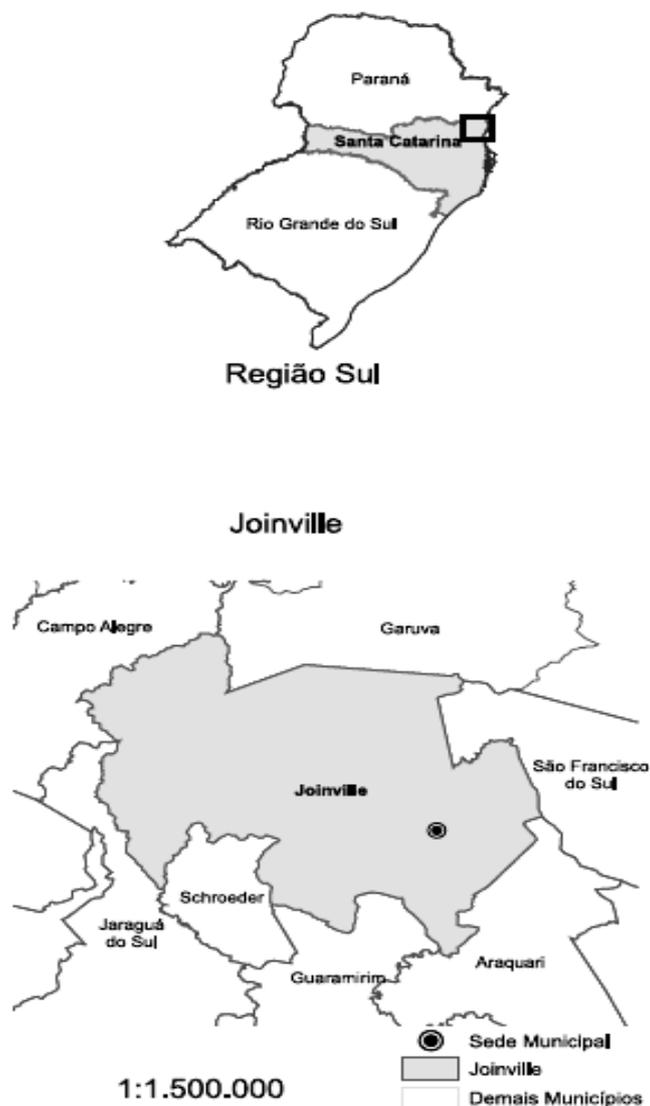
O objetivo do projeto é

[...] consolidar a Acolhida na Colônia como referência nacional no turismo rural de base comunitária e fortalecer a Rede Turisol, organizando propriedades rurais para o mercado, capacitando agricultores familiares em termos de hospitalidade, realizando troca de experiências com agricultores de outros projetos, ampliando o número de propriedades associadas, diversificando a oferta turística das propriedades/municípios, desenvolvendo um sistema de gestão (reservas e monitoramento do fluxo turístico) para a entidade e monitorando a execução do projeto. (Idem)

Esse projeto é amplamente divulgado e conhecido. No *site* do projeto Acolhida, a associação em questão divulga principalmente o Turismo Pedagógico e o Ciclo Turismo, caracterizando-se como desenvolvedoras do Agroturismo Ecológico.

## 06: Saberes e fazeres artesanais das mulheres rurais de Joinville – SC

Figura 396 - Município de Joinville (SC)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 491.

O objetivo deste projeto é

[...] incorporar produtivamente, de forma associativa, mulheres de idades variadas, oriundas de áreas agrícolas empobrecidas, por meio da capacitação em saberes e fazeres artesanais. Pretende-se desenvolver estratégias de formento de produtos artesanais com alto valor agregado a partir da dinâmica cultural da região e da atividade turística. (Idem)

Segundo o *site* da Prefeitura Municipal de Joinville, atividades voltadas ao TBC são contempladas no roteiro Ciranda Viva, mais divulgado como roteiro de Turismo Rural.

## 07: Estruturação do Roteiro Caminhos Rurais – RS

Figura 407 - Município de Porto Alegre (RS)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn (2009, p. 484).

O projeto reúne onze bairros da zona rural do município. Nessa área concentra-se pequenas propriedades de agricultura familiar e agroecológica.

O roteiro Caminhos Rurais está em plena ascensão, porém, o TBC não é mencionado como expressão de prática turística pela página de divulgação desse roteiro na internet.

## 08: Turismo rural solidário: promovendo desenvolvimento comunitário sustentável – RS

Figura 418 - Município de Santo Antônio da Patrulha (RS)



Fonte: Bartholo, Sansolo, Bursztyn, 2009, p. 486.

O município pertence à região metropolitana de Porto Alegre. Tem em sua cultura de agricultores familiares, grande influência das culturas açoriana e alemã.

Não foi encontrado nenhuma referência de TBC na região através de *sites* locais. A página Turismo Rural Solidário que fazia menção ao roteiro de TBC havia sido desativada.

### **3 DESAFIOS DA POLISSEMIA DO CONCEITO DO TBC**

Com o intuito de se aproximar de uma definição de TBC, que melhor esclareça o fenômeno estudado nesse trabalho, faz-se necessário uma reflexão sobre o conceito de comunidade, pois nos projetos tratados pelo MTur, no edital de 2008, esse conceito toma por princípio somente a questão territorial, onde a proximidade espacial pode construir uma comunidade.

Além disso, percebe-se a presença frequente da relação entre o TBC e as seguintes categorias: capital social, empoderamento, redes, autogestão, experiência, desenvolvimento endógeno e sustentabilidade.

Diante do exposto, acredita-se que para a construção da definição do TBC, como instrumento relacional social, há a necessidade de um aprofundamento sobre as bases teóricas que constroem a definição do que venha a ser TBC. As categorias estruturantes, no entendimento da análise proposta, foram abordadas como Comunidade por Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Robert Redfield, Marcos Palácios, Manuel Castells, Ferdinand Tönnies, Louis Wirth, Martin Buber, Max Weber, Robert Maclver e Charles Page e Hans Freyer.

#### **3.1A CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE E SEU SIGNIFICADO NO EDITAL DE TBC DO MINISTÉRIO DO TURISMO**

Muito se fala de Turismo de Base Comunitária, porém, cada teoria e experiência aborda esse tema de forma muito peculiar. As realidades que condizem e conduzem suas práticas conforme sua rugosidade. Desse modo, para chegar a uma forma mais sólida de construir o entendimento do TBC, se percebeu a necessidade de definir, minuciosamente, o conceito de comunidade.

Isso, porque o principal órgão orientador do turismo no Brasil, o MTur, trata o TBC como um mero segmento de mercado, que fatia o turismo de acordo com os possíveis grupos que têm interesses em comum - agrupamento formatado para vender cada vez mais, por ser um modelo de turismo direcionado.

Porém, em se tratando de comunidades, principalmente as humanas, percebe-se que não há modelos predefinidos ou pré-estabelecidos, muito pelo

contrário: cada grupo social se relaciona e reage, de forma especial, com o espaço que o circunda. Essa relação homem-espaço se manifesta, estruturalmente, na formação de cada comunidade, lembrando que esta, encontra-se, constantemente, em mutação, pois tanto o homem como o espaço são passíveis e agentes de mudanças.

Hall (2006) nos faz refletir sobre uma possível justificativa para que, mais que nunca, os sujeitos sociais desejem estar sob a proteção do que poderia ser pensado e constituído como comunidade. Pois, para esse autor, “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas”. Seja pela ideia de opressão ou pelo anseio da manutenção de costumes identitários, cada vez mais, pequenos grupos locais tentam resistir aos efeitos da individualização proposto pelos ideais da globalização sobre as relações sociais. Efeitos esses buscam saciar cada vez mais o individual em detrimento do comum.

Bauman (2003), em sua reflexão sobre comunidade, inicia com o mito da agonia de Tântalo, um dos filhos de Zeus que, devido a sua relação excelente com os deuses, era frequentemente convidado a beber e comer em companhia dos mesmos, nas festas do Olimpo. Porém, em uma das versões a respeito desse mito, Tântalo “foi culpado de adquirir e compartilhar um conhecimento a quem nem ele nem os mortais como ele deveriam ter acesso” não se contentando em partilhar da dádiva divina, e, como castigo, o semideus foi “mergulhado até o pescoço num regato”, correntes de água de pouco volume, e quando abaixava a cabeça para saciar a sede, a água desaparecia. Sobre “sua cabeça estava pendurado um belo ramo de frutas, mas quando ele estendia a mão tentando saciar a fome, um repentino golpe de vento carregava o alimento para longe”.

Para o autor em questão, a mensagem deixada pelo mito é que só se pode alcançar a felicidade enquanto se mantiver a inocência, enquanto se puder desfrutar da “alegria ignorando a natureza das coisas que o fazem feliz sem tentar mexer com elas, e muito menos ‘tomá-las em suas próprias mãos’”, pois a dádiva é algo que só se “pode aproveitar no estado de inocência”, de ignorância, ou seja, em seu estado mais puro.

O mesmo se aplica ao sentido de comunidade, que assim como o mito, pode ser algo que se deseja e que se encontra aparentemente próximo, porém, jamais alcançável.

Há semelhanças desse mito e a história de Adão e Eva, “cujo castigo por terem comido o fruto da Árvore do Conhecimento” foi a expulsão de ambos do paraíso. Segundo o citado autor, a busca pela vida em comunidade seria, um pouco, a busca do retorno ao paraíso.

Para Bauman, o conceito de comunidade traz consigo o sentimento de solidariedade e de objetivos em comum, essenciais ao grupo, tais como a reunião de pessoas regidas por um entendimento que precede à própria formação da comunidade, um ponto de partida dessa união, um sentimento de reciprocidade e vinculação.

Dessa forma, a comunidade seria um lugar de conforto e segurança frente às perversidades da sociedade contemporânea, visto que, nesta, os perigos estão à espreita a todo o momento. Em contrapartida às adversidades e o desconforto que a sociedade contemporânea, moderna e globalizada traz à tona, “a comunidade é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante” proporcionando prazeres que gostaríamos de usufruir, mas que nos tempos atuais seriam difíceis de serem alcançados. Pois, em comunidade, “podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros”, uma vez que, dificilmente, em comunidade, há espaço para cantos escuros. Ademais em comunidade, jamais “somos estranhos entre nós”. O “nós” está sempre em busca de tornar o “estar juntos”, cada dia mais agradável e melhor. Em comunidade, podemos, ainda, “contar com a boa vontade dos outros”.

Bauman faz uma análise da construção do conceito “comunidade”, como algo que é fruto da imaginação, do sonho, formulada justamente pela “dura realidade”, uma realidade constantemente vivenciada que nunca compreendeu nem nunca compreenderá a complexidade e extensão da perspectiva comunitária idealizada. Muito pelo contrário, a realidade se torna cada dia mais hostil, o que alimenta, ainda mais, essa “comunidade” utópica.

Condizente com a forma de pensar de Bauman, Robert Redfield (*apud* BAUMAN, 2003) caracteriza três atributos essenciais para a existência e proteção de um modelo ideal de comunidade: distinção, pequenez e autossuficiência.

**Quadro 12- Atributos essenciais às comunidades**

COMUNIDADE			
	Distinta	Pequena	Autossuficiente
<b>Descrição</b>	Nítido “onde a comunidade começa e onde ela termina”	De modo que é vista por todos os seus membros	“oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela”
	Divisão clara entre “nós” e “eles”	Comunicação densa e que alcança tudo	Isola-se o “eles” quase que por completo

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Redfield (*apud* BAUMAN, 2003).

Por fim, Bauman afirma que o sentimento da busca pela comunidade é, na verdade, uma busca por segurança, qualidade essencial para uma vida feliz, coisa que o mundo atual é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em proporcionar. Uma busca na verdade “tantalizante”, por algo que não está lá, que não é real, mas que desejamos sedentamente.

Palácios (2001), ao analisar a comunidade contemporânea, define características fundamentais em sua estrutura: o sentimento de pertencimento, o sentimento de comunidade, a permanência, a territorialidade, e a forma de comunicação entre os membros. Este autor ressalta, ainda, que o sentimento de pertencimento é elemento fundamental à definição de uma comunidade e, que, este sentimento se desencaixa da localização, pois é possível pertencer ao local, mesmo que à distância. “Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face), por outro (à distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas.”

Para o mesmo autor, a territorialidade pode ser vista tanto em seu caráter físico, como simbólico. Afinal, o sentimento de pertencimento está intrínseco no sujeito, podendo ser alcançado mesmo à distância, pois, o sujeito o levará consigo, em suas memórias.

Castells (1999) propõe três tipos de construção de identidades. A primeira seria a “identidade legitimadora” que “dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como, uma série de atores sociais estruturados e organizados” que, às vezes, de modo conflitante, “reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural”.

A segunda seria a identidade de projeto: “atores sociais utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade” e, como consequência, transforma toda a estrutura social.

A terceira, a mais próxima da perspectiva proposta por este estudo, seria a construção identitária a partir da “identidade destinada à resistência”, visto que, “leva à formação de comunas, ou comunidades”. Para o autor, esse é o tipo mais importante de construção de identidade, já que dá “origem a formas de resistência coletiva diante da opressão que, do contrário, não seria suportável”. São identidades que foram definidas com clareza por sua história, geografia ou biologia. Essa resistência é, muitas vezes, gerada por exclusão injusta, de natureza econômica, política ou social.

Para Castells (1999), a justificativa para que haja formação de ambientes de organizações comunitárias é que “pessoas resistam ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal”. Ele, ainda, acrescenta que, para que isso possa acontecer, faz-se necessário um processo de mobilização social em que sejam reveladas e definidas questões de interesses em comum, reintroduzindo um novo significado à vida, compartilhada em comunidade.

É nesse ponto que deve girar o desejo comum, que dá origem a tão sonhada comum-idade, em uma busca pela ressignificação da vida em comunidade, mais justa e igualitária aos seus membros.

Para Castells (1999), um dos principais motivos para formações comunitárias é que um grande número de comunidades de baixa renda em todo o mundo “se engajou em um projeto de sobrevivência coletiva”, em que essas comunidades constroem “seus próprios ‘estados de bem-estar social’ (na ausência

de políticas governamentais responsáveis para fazê-lo) à base de redes de solidariedade e reciprocidade”.

No que tange à questão de manifestações diversificadas das comunidades locais, este mesmo autor constata que, as mesmas, “proporcionaram rumos alternativos para reforma, sobrevivência e auto-identificação, a despeito da ausência de movimentos sociais, de maior porte, capazes de articular transformações na nova sociedade emergente nas últimas duas décadas”. Pois, para ele as “culturas de urgência locais são o contraponto da intemporalidade global”, uma vez que se apresentam como contrárias aos modos de vida frenéticos da sociedade contemporânea.

Castells (1999) afirma, ainda, que

[...] as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos.”

E por fim, o mesmo autor, ao tratar do paradoxo entre o local e o global, diz que a globalização dissolve a autonomia de instituições, organizações e sistemas locais, além de individualizar as relações sociais. Pois, quando

[...] o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus.

Nesse sentido, o local estará sempre em uma eterna dialética com o global e vice-versa, já que ambos têm que se fundamentar em propostas e ideologias distintas. Enquanto o local remete ao abrigo, à proteção, à segurança, ao amparo da hospitalidade familiar, comunitária; o global, em suas proporções ilimitadas, apresenta-se, por meio da hostilidade, uma infinita gama de possibilidades de construção e vivência da realidade.

Diante do “caldeirão” cultural e identitário, que a globalização proporciona, percebe-se a expansão da universalização da percepção social e da tentativa de

homogeneização das cidades, em que, cada vez mais, o indivíduo perde suas características essenciais de ser, em prol do que é universal. Habitam-se cada vez mais as cidades, que, por conseguinte, tornam-se cada vez maiores, onde a intenção é satisfazer as necessidades de todos. Porém, as cidades, lugar onde se deveria proporcionar o conforto e bem estar da população, como também o respeito à diversidade cultural que ali habita, devido ao seu crescimento acelerado e ao fenômeno da globalização, afugenta toda e qualquer forma do que não é universal - o uno, o par, os pares.

Tönnies (*apud* FERNANDES, 1973) ao dissertar sobre comunidades e sociedades, inicia sua reflexão tratando das vontades humanas e diz que elas “se encontram em relações múltiplas entre si”, onde cada uma “representa uma unidade na pluralidade e uma pluralidade na unidade”. Essas relações teriam como componentes: “exigências, compensações e ações que passam e repassam e que são consideradas como expressões das vontades e de suas forças”. O mesmo autor considera, também que o “grupo formado por essa relação positiva, enquanto ser ou objeto que age de uma maneira homogênea para dentro ou para fora”, é chamada de associação.

Dessa forma, a “própria relação e, conseqüentemente, a associação, podem ser compreendidas ou como uma vida real e orgânica” - a “essência da *comunidade*” (*Gemeinschaft*), - ou “como uma representação virtual e mecânica”, o que seria o “conceito da *sociedade*” (*Gesellschaft*).

Tais terminologias são aproximativas, na escrita e no sentido, em língua alemã, o que não difere muito no sentido em que essas palavras constituem em português, por isso, faz-se necessário esclarecer o que as distingue. “Tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em *comunidade*”, e, a “*sociedade* é o que é público, é o mundo”. Sendo assim, “o homem se encontra em comunidade com os seus desde o nascimento, unido a eles”, e, entra-se “na sociedade como em terra estrangeira”. Entende-se então comunidade como o doméstico.

Pode-se falar, então, da existência de “comunidades de línguas, costumes, fé”, e, por isso, “sempre se valorizou a vida do campo” ou em comunidades mais tradicionais e compactas, porque nela os laços comunitários são mais fortes e mais

vivos entre seus componentes. Dessa forma, “a comunidade é a vida em comum, verdadeira e durável”, logo, “pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo”.

O autor em questão desenvolve sua teoria sobre comunidade a partir do que caracteriza como “*Formas embrionárias*” do processo comunitário. Essa teoria “se deduz, segundo as determinações da unidade completa das vontades humanas, de um estado primitivo e natural”, que, “caracteriza-se diversamente segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros”. É no nascimento que se encontra a “forma comum destas relações”. Sendo assim, a “afirmação imediata e recíproca, apresenta-se de maneira mais vigorosa, nas três espécies de relações seguintes”:

**Quadro 13 - Tipos de Relação**

Forma de relação	Descrição
<b>Mãe – filho</b>	<b>Maternal</b> – “exige um longo tempo durante o qual a mãe está encarregada da alimentação, proteção e conduta do recém-nascido” até sua capacidade de realizá-las por si mesmo. Durante este “tempo de progresso, a mesma relação perde em necessidade e chega a um ponto de separação cada vez mais provável”, podendo “ser suprimida ou combatida” pelo “hábito de viver em conjunto, pelas lembranças das alegrias ocorridas e, sobretudo”, pelo reconhecimento da “preocupação e os cuidados maternos” pelo filho.
<b>Homem – mulher</b>	<b>Instinto sexual</b> – “não exige, de maneira alguma, vida comum durável”. Sendo assim, relações entre esposos “devem ser conservadas pelo hábito de viver junto para transformar em relação durável e num mútuo acordo”. Acrescenta-se a isso, “outros fatores de conciliação” em particular “a relação para com os filhos gerados como propriedade comum e, em seguida, uma relação geral para com os bens comuns e para o governo da casa”.
<b>Irmãos – irmãs</b>	<b>Amor fraternal</b> – fundamenta-se “no laço de sangue, pode ser apresentado como a mais humana das relações entre os homens”, porém, “onde o instinto é mais fraco, a reflexão parece cooperar mais fortemente para a gênese, conservação e consolidação dos laços do coração”, justamente, devido ao fato de que, sendo filhos de uma mesma mãe, os mesmos associam “sua lembrança a pessoa e vida dos outros a todas as impressões de acontecimentos agradáveis”. Tornando “mais unida a comunidade de luta e de ação”, que, logo em seguida a esses momentos, “o hábito torna essa vida ainda mais fácil e atraente”.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Tonnies (*apud* FLORESTAN, 1973).

Logo, quando, “em cada relação de descendentes de uma mesma origem, o germe, ou tendência, e a força, fundamentados na vontade, puderem ser representados por uma comunidade”, essas três espécies de relação serão as mais fortes e as mais significativas quanto às possibilidades de desenvolvimento do germe.

Dentro desse contexto, destaca-se a necessidade da *compreensão*, visto como “sentimentos recíprocos comuns e associados, enquanto vontade própria de uma comunidade”, por representar “a força e simpatias sociais particulares que associam os homens enquanto membros de um todo”. Além de ser considerada “como a significação e a razão das condições da língua”, pois, “tudo o que pertence à significação de uma relação comunitária e que tem um sentido nela e para ela própria representa seu direito”, em sua forma mais pura.

A compreensão “baseia-se num conhecimento íntimo uns dos outros, na medida em que ela é condicionada por uma participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos”, e, inevitavelmente, a compreensão exige tanto essa participação como essa inclinação.

Aqui, a língua é o principal meio dessa compreensão, sendo a “harmonia viva por seu conteúdo e por sua forma” e, mais intimamente, como todas as mediações da alma que tem sua origem na confiança, na profundidade do sentimento, do amor e, sobretudo, dessa relação maternal profunda.

O autor, ainda, traz a proximidade de significação entre compreensão e concórdia, sendo para ele a mesma coisa, já que a concórdia seria como “uma aliança cordial e uma harmonia”, onde, a “forma geral da vontade comum determinante, tornada tão natural como a própria língua e que, em consequência, contém compreensões muito diversas”, cujas formas se fixam por regras.

Por fim, o autor conclui que

a comunidade, como ligação de ‘sangue’, é primeiramente a relação dos corpos que se exprimem em ações e palavras; as relações comuns como relação aos objetos são de natureza secundária, não sendo esses objetos tão comercializados quanto possuídos e utilizados em comum.

Wirth (*apud* FERNANDES, 1973) concebe o conceito de comunidade precedido de conceitos derivados do “uso e sentido comuns”, onde mais que “um laço verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação”, a vida em comunidade se constitui em razão as coisas que se têm em comum, e onde a “comunicação é a maneira pela qual” se possui essas coisas em comum.

A partir de diversos estudiosos, que se debruçaram sobre o estudo dessa composição social, construiu-se um conceito, cujo significado faz referência à vida

em grupo, diferente da noção de “sociedade”. “Comunidade”, para diversos autores, nasce a partir de uma

[...] base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades, no espaço, uma vida em conjunto fundada no parentesco e interdependência econômica, e uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses [...]. WIRTH *apud* FERNANDES, 1973, p. 83

Essas seriam as principais características presentes em uma comunidade, as quais prendem todo o grupo social, envolvido a “laços territoriais, físicos e ecológicos bem como sóciopsicológicos”, em que se cria ou não uma relação de identificação ou repulsa com o que está posto e instituído.

Aos que se familiarizam e aceitam essa composição e compartilham com os interesses dessa comunidade, se veem e comungam da mesma.

Não se pode esquecer que, em sua composição, o “caráter inclusivo”, componente fundamental do conceito de comunidade, “designa uma série de fenômenos que se estendem desde a divisão de trabalho até a ação coletiva, desde a vida grupal concebida em forma substantiva até os processos psíquicos envolvidos na interação de pessoas”. E, para entender uma comunidade humana, necessita-se analisar e compreender as relações sociais dentro do componente “coletivo” e como a participação individual acontece e interage com esse coletivo.

Na dimensão do coletivo prestigia-se as áreas comuns - distribuição do público e do privado - uma vez que entender o território e a distribuição de sua população, desvendar nele seu centro e seus limites, além de suas margens de influências é, em partes, compreender sua “herança social” - linguagem, símbolos, leis e costumes.

O autor ressignifica o conceito de comunidade, na contemporaneidade, em que denominam “comunidade moderna”, enfatizando que, na formação desta organização social, um dos principais fatores que a compõe é o alto grau “de auto-suficiência” do local, “para uma interdependência internacional delicada e instavelmente equilibrada, melhor representada pela mudança da troca em espécie dos mercados locais para o comércio, finanças e política internacionais”. Nesse cenário, destaca-se cada vez mais, a relevância de áreas relativamente estáveis que ofereçam à vida em comunidade, oportunidade de vivência e reafirmação.

Ainda, para o autor, “qualquer definição aceitável da comunidade deveria ser frutífera somente na medida em que” não se delimitasse somente um campo de estudo, mas que se abra as infinitas possibilidades que cada organização social em forma de comunidade, se estruture e se componha, onde, os elementos postos consigam dar conta de colher respostas específicas desse grupo. Pois, os “dados estatísticos contidos nas cifras censitárias só adquirem sentido através da compreensão da cultura da qual as personalidades constituem as partes ativas e dinâmicas.” E, em todas as comunidades existem uma série de “tipos de personalidades a serem analisados e classificados”, personagens muitas vezes característicos, que constituem um “fiel espelho” da vida nesta comunidade, personagens que “encontram e criam, para si, uma cultura hospitaleira”, um dos “fatores que dão feição peculiar à cidade”.

Buber (1987) faz uma análise concentrando-se no que seria a comunidade ideal. Nesta comunidade, “homens maduros, já possuídos por uma serena plenitude”, sentem que não há como crescer, nem viver de outro modo, senão ser membros em comunidade. Na comunidade ideal, a “vida” é a principal finalidade, uma “vida que liberta de limites e conceitos”, e não esta ou aquela vida pré-determinada. Para o citado autor, “comunidade e Vida são uma só coisa”. E nesse sentido ele afirma:

[...] a comunidade que imaginamos e somente uma expressão de transbordamento anseio pela Vida em sua totalidade, Toda Vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida, Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade. E, em uma comunidade pura nada podemos criar que não intensifique poder, o sentido e o valor da Vida. Vida e comunidade são dois lados de um mesmo ser. E temos o privilégio de tomar e oferecer a ambos de modo claro: vida por anseio à vida, comunidade por anseio à comunidade.

Para Buber, a humanidade se originou a partir de comunidades primitivas, porém, a mesma passou pela “escravidão da sociedade”, mas que “chegará a uma nova comunidade que, diferentemente da primeira, não terá mais como base os laços de sangue, mas laços de escolha”, onde o parentesco e o território não são condições obrigatórias nem essenciais para a caracterização de uma comunidade, mas, sim, a vontade, a comunhão e a partilha de um ideal.

É em face ao global que renasce o desejo e o anseio pelo local, por aquilo que traz a memória do familiar, do comunitário.

Para Weber (*apud* FERNANDES, 1973), comunidade seria “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no *sentimento* subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da *constituição de um todo*”. Dessa forma, o conceito “comunidade” torna-se “deliberadamente muito amplo e, portanto, abrange situações de fato muito heterogêneas”.

Por fim, o autor enfatiza que

*Comunidade* só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento, a ação está reciprocamente *referida* – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.

Maclver e Page (*apud* FERNANDES, 1973) conceituam comunidade como um termo aplicado a povoamento de pioneiros, aldeia, cidade, tribo ou nação em que seus membros “vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum”. E, o que caracterizaria essa comunidade é que, primordialmente, “a vida de alguém *pode* ser totalmente vivida dentro dela”, ou seja, “pode-se viver inteiramente dentro de uma tribo ou de uma cidade”. Para isso, o critério básico seria o fato de que “todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro” dessa comunidade.

Esses autores, ao trazerem o conceito para a atualidade, sentenciam que nenhuma “comunidade civilizada tem muralhas em seu redor para isolar-se completamente de uma maior”, pois a interação com os modos de organizações externos a ela é inevitável. Isso acontece porque forças *tecnológicas* (“aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte”), *econômicas* (“procura de mercados e de áreas mais amplas de intercâmbio econômico, requeridas pelos novos processos de produção industrial”) e *culturais* (“o pensamento, a arte e a ciência de um país, quaisquer que sejam as barreiras temporárias da construção ‘ideológica’ e ‘política’, são inevitavelmente levados nas asas da civilização para outros países”) sempre influenciarão, mesmo que

indiretamente, essas comunidades, onde as bases para a existência de uma vida social, assinalada por certo grau de coesão social, em comum seriam:

**Quadro 14 - Bases da comunidade**

<b>Bases da comunidade</b>	
<b>Localidade</b>	Seus membros ocupam, juntos, um lugar definido, mesmo que momentaneamente, na superfície terrestre, lugar este em que, em sua grande maioria, as comunidades fixadas extraem, das condições de sua localidade, um forte laço de solidariedade, uma vez que a importância dessa concepção comunitária está em salientar a relação existente entre a coesão social e a área geográfica. Embora seja condição necessária, não é condição suficiente para criação de uma comunidade.
<b>Sentimento de comunidade</b>	Deve-se possuir o sentimento de coparticipação, e, em consequência, o sentimento de comunidade, visto que, a comunidade é uma área de vida em comum, como uma nação que compartilha, comumente, o modo de vida e a terra.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Maclver e Page (*apud* FERNANDES, 1973).

Em Freyer (*apud* FERNANDES, 1973), a definição do conceito de comunidade trata-se mais de concebê-la como uma lei estrutural determinada da vida social, perfeitamente distinta de outras ordens sociais, que possui suas pressuposições inquebrantáveis e que leva em si uma dinâmica específica. E que, “só pode ser compreendida como um membro da série temporal concreta das formas sociais fundamentais”, ou seja, “como uma estrutura determinada, sustentada por uma constelação específica das energias humanas”.

O mesmo autor, ainda, lança a ideia de que, “não há dominação alguma no seio do grupo em convivência”, em comunidade, já que por mais múltipla e variada “que seja a forma em que o grupo se articula, não há nele, entretanto, nenhum grupo parcial, cuja relação com os demais grupos parciais seja uma relação de dominação”. Isso acontece pelo fato de que “o patrimônio cultural em questão, tanto material como espiritual, existe intacto e total como propriedade em cada um dos diversos membros do grupo”, constituindo-se em “um grupo fechado de conteúdo espiritual característico”, que “é possuído em comum por todo um grupo”.

O autor, ainda, lembra que essa “posse comum do mundo é diversa”, mesmo com as diferenças naturais entre os indivíduos e, quem representar de “maneira mais perfeita a posse do mundo comum a todos possui ‘autoridade’”,

sendo esta, “a forma característica de os indivíduos singulares sobressaírem dentro de uma comunidade”.

Dessa forma, comunidade é

[...] uma lei estrutural determinada da ordem social. Um mundo vital, que é essencialmente unidade e que circunda os homens de um horizonte comum, reúne o grupo inteiro em um grande ‘nós’. Este mundo constitui o espaço inevitável em que todos vivem e que, ao mesmo tempo, vive em todos, o espaço que imprime sua marca em todos e ao qual todos se acham vinculados. FREYER *apud* FERNANDES, 1973, p. 134.

Trata-se de “um corpo que se renova constantemente, sem dúvida, na sucessão das gerações, mas que sobrevive uno e ele mesmo através de toda mudança”.

### 3.2 RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE COMUNIDADE PARA O TBC

A polissemia do conceito e uso da concepção de comunidade exige, para a objetividade da análise proposta, uma resignificação, pois não se pode falar em TBC sem abordá-lo como o pilar estrutural que deu origem ao fenômeno turístico do lugar. É importante destacar que, para este estudo, o que se denomina enquanto “lugar” “não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SANTOS, 2009, 125). E, ainda, o “lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (Idem). O conceito de comunidade preenche e dá sentido à noção de liga, aqui, utilizada.

Dessa forma, com base nos autores supracitados, selecionou-se e formulou-se o Quadro 15, que delimita os conceitos-chave, os quais são, por eles, minuciosamente desdobrados. Esse quadro fornecerá os elementos estruturantes à concepção de comunidade. Aqui, baseia-se nesses conceitos, com o intuito de contruir uma visão mais ampla e direcionada do conceito de comunidade.

Na complexidade intrínseca de cada comunidade, muitas trazem características aproximadas, conforme pode ser evidenciado na síntese apresentada no Quadro 15, elaborada a partir do arcabouço teórico anterior, onde se apresenta os elementos principais de cada autor, ao definir comunidade.



Quadro 15 - Conceitos-chave de comunidade

AUTORES	Tonnies	Wirth	Castells	Bauman	Freyer	Weeks
Características que cada autor descreve necessárias à constituição de Comunidade	Associação	Uso comum	Resistência Coletiva	Mito de Tântalo	Lei estrutural social	Grupo
	Vida real e orgânica	Sentimento comum	Comunas	Retorno ao Paraíso	Distinta	Coletividade ameaçada
	Confiança	Comunicação	Opressão	Solidariedade	Constelação específica de energias humanas	Identidade
	Íntimo	Grupo	Identidade	Objetivos em comum		Resistência
	Exclusivamente junto	Território	Pertença	União	Dinâmica	Poder
	Doméstico	Parentesco	Mobilização	Reciprocidade	Mundo vital	Particularismo
	Vida em comum	Interdependência econômica	Interesse comum	Vinculação	Patrimônio cultural comum	
	Verdadeira	Mútua correspondência de interesses	Sobrevivência coletiva	Conforto	Nós	
	Durável	Laços	Articular transformações	Segurança	Sem dominação	
	Organismo vivo	Ação coletiva	Estado de bem-estar social	Estar juntos		
	Primitivo	Participação	Ação coletiva	Imaginada		
	Natural	Autossuficiência	Memória coletiva	Idealizada		
	Sentimento recíproco comum	Grupo	Abrigo			
	Significação comum					
	Compreensão					
	Participação					
Aliança						
Harmonia						

<b>AUTORES</b>	<b>Buber</b>	<b>Hall</b>	<b>Palácios</b>	<b>Weber</b>	<b>Maclver e Page</b>	
Características que cada autor descreve necessárias à constituição de Comunidade	Ideal	Proteção	Pertença	Relação social	Partilha	
	Vida	Fortalecimento identitário	Sentimento de comunidade	Ação social	Autossuficiência	
	Poder	Reação defensiva	Permanência	Sentimento afetivo ou tradicional	Localidade	
	Ser	Grupos étnicos	Territorialidade	Constituição de um todo	Sentimento de comunidade	
	Laços de escolha	Opressão	Comunicação	Heterogeneidade		
	Comunhão	Manutenção dos costumes	Coexistência			
	Partilha					

Fonte: Elaborado pela autora.

Estreitando-se esses elementos ainda mais, seleciona-se para este estudo, os componentes a serem aqui investigados. Componentes estes, que orientarão na discussão do foco principal deste trabalho - a constatação da existência do TBC, com base na essência prévia do que é caracterizado comunidade.

**Quadro 16 – Elementos essenciais ao conceito de Comunidade**

<b>Elementos</b>	<b>Descrição</b>
Territorialidade	Toda comunidade se constitui a partir de uma base territorial - espaço, físico ou simbólico - berço e cenário da vida em conjunto, da herança social da mesma, ou seja, aquilo que constitui a noção de lugar. Essas características fazem, do território, o elemento estrutural do fenômeno turístico.
Vínculos	Laços de escolha naturais expressos na vontade, na comunhão, na partilha de ideais e, principalmente, no sentimento de pertença da constituição de um todo formulado e formulador de uma memória coletiva.
Ausência de dominação	A comunidade por mais múltipla e variada que seja, em suas articulações, nenhum grupo parcial pode exercer uma relação de dominação aos demais, já que o patrimônio cultural, presente na mesma, existe de forma total e intacta em cada membro.
Comunas	Seria, em certo grau, uma forma de resistência coletiva, diante das demais formas múltiplas de opressão externa, além de ser uma tentativa de manutenção da herança social – linguagem, símbolos, leis e costumes – da comunidade em questão.
Autossuficiência	Relações sociais constituem ações sociais inspirados pelo sentimento de afeto ou de tradição dos membros, constituindo assim, “um todo”. Dessa forma, a comunidade atende às necessidades básicas e oferece as atividades essenciais aos seus membros. A partir daí, nasce a heterogeneidade, pois cada comunidade, movida por essas relações subjetivas e ações próprias criam situações distintas, cada uma a sua maneira.
Coexistência	Possibilita as relações, tanto face-a-face como à distância, encontrando no sentimento de pertença, o elo substancial para a existência e duração dessas relações.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre a categoria coexistência, vale ressaltar que, mais que presente entre os membros da comunidade, também é fundamental na relação anfitrião-turista, uma vez que não há como separar o ser membro de uma comunidade protegido e amparado por ela, da tarefa que lhe está incumbida, a de anfitriar.

Esses elementos estão presentes, constantemente, nas concepções dos teóricos inicialmente citados, portanto, tornam-se essenciais ao conceito de TBC.

### 3.3 OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE PARA O TBC

Nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade tem sido esmiuçado, estraçalhado e, também desconfigurado, sendo categorizado de todas as formas possíveis e imagináveis, e, em muitos casos, aplicado também, a partir unicamente dessas categorizações, o que incorre ao erro do reducionismo. A sustentabilidade

tem se apresentado como uma solução para a salvação do planeta, cujo cenário é de “catástrofes” ambientais.

Muito se discutiu em conferências chegando a seu esgotamento teórico, pois, cada Estado, entidade, indivíduo aplicava, na prática aquilo que, supostamente, denominava conveniente para alcançar a sustentabilidade.

A expressão Desenvolvimento Sustentável aparece formalmente no Relatório de Brundtland (1991), como sendo

[...] um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (BRUNDTLAND *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 35)

Essa conceituação tenta mesclar um desenvolvimento que se sustente através das necessidades humanas, porém, traz, em sua raiz, a fragilidade da utopia ao tentar buscar justamente nas aspirações humanas as respostas para o seu desenvolvimento.

Já Dias (2004, p. 31) diz que desenvolvimento sustentável é “a forma mais viável para deixarmos a rota da miséria, da exclusão social e econômica, do consumismo, do desperdício e da degradação ambiental na qual a sociedade humana se encontra.” O autor aborda uma perspectiva mais realista das necessidades atuais, perante a sustentabilidade.

Um dos materiais mais importantes nesse contexto, a Agenda 21 (2003, p. 05), discorre sobre a importância das cidades e seu papel no desenvolvimento sustentável.

A interpretação dos benefícios ecológicos da ocupação do espaço urbano, a partir de uma nova leitura dos modelos de urbanização existentes, deve incluir o controle social e a valorização do capital humano local nos seus procedimentos de gestão, permitindo desta forma recriar as cidades como centros de criatividade econômica, social e, sobretudo, de reinterpretação de suas características culturais.

Na referida citação fica evidente a significação da introdução da comunidade local como protagonista, perante um desenvolvimento que venha a se constituir como modelo sustentável.

Ainda em Dias, o mesmo elucida, de forma bem pontual, que “o desenvolvimento sustentável só é atingido com justiça social”, alertando ao risco de pensar no turismo de caráter utilitarista e imediatista, e, muitas vezes, inconsequente.

Sachs (2002) defende a ideia de que para que haja, de fato, o desenvolvimento sustentável, essa sustentabilidade deve alcançar os seguintes critérios:

**Quadro 17- Categorias da sustentabilidade**

<b>Categorias</b>	<b>Descrição</b>				
<b>Social</b>	Homogeneidade social.	Distribuição de renda justa.	Emprego pleno e/ou autônomo - qualidade de vida decente.	Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.	
<b>Cultural</b>	Autonomia a elaboração de projeto nacional integrado e endógeno.		Equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.	Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.	
<b>Ecológico</b>	Proteção do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis.			Limitar o uso dos recursos não-renováveis.	
<b>Ambiental</b>	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.				
<b>Territorial</b>	Configurações urbanas e rurais balanceadas.	Melhoria do ambiente urbano.	Superação das disparidades inter-regionais.	Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.	
<b>Econômico</b>	Desenvolvimento intersetorial equilibrado.	Segurança alimentar.	Inserção soberana na economia internacional.	Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica.	
<b>Política (nacional)</b>	Nível razoável de coesão social.	Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores.		Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos.	
<b>Política (Internacional)</b>	Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios.	Pacote de co-desenvolvimento baseado no princípio da igualdade.	Aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e recursos naturais.	Cooperação científica e tecnológica e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia.	Garantia da paz e na promoção da cooperação internacional.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Sachs (2002).

Nessa perspectiva, a sustentabilidade é vista de uma forma global, e para que se incorpore uma perspectiva local seria necessário uma readaptação dos critérios acima apresentados.

O conceito sustentabilidade pode ter diversas conotações, dependendo fundamentalmente de quem o utiliza e quais objetivos deseja atingir com o usufruto do mesmo. Quando se vê a junção dos dois termos, comunidade e sustentável, só pode ser um tipo de comunidade, as comunidades que tiveram sua origem e evolução com os pés fincados na terra, como é o caso de comunidades indígenas, que nascem e crescem carregando consigo a sabedoria do trato com a terra. Cuidam desta terra como se fosse a extensão de seu próprio povo, o que não deixa de ser. Essas comunidades reúnem no conjunto de ações o cuidado com o meio ambiente que de tudo lhe oferecem - desde comida à curas para males diversos.

Tais comunidades aprendem a viver e sobreviver com o ambiente que as circundam, podendo, assim, carregar o peso do termo sustentabilidade. Essas comunidades tiram da terra seu sustento e sabem retribuir com o cuidado e manuseio que a natureza merece. Cuidados esses que extrapolam as cercas fincadas pelo universo capitalista desenfreado, pois um índio respeitará a natureza que cerca sua aldeia, e o fará com toda a forma de natureza, pois isso está gravado em suas memórias.

No que tange à esfera pública, a respeito de desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais, o governo federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)<sup>7</sup>. Este documento, instituído em fevereiro de 2007, constitui-se de três principais conceitos fundamentais:

**a) Povos e Comunidades Tradicionais, conceituados como:**

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam

---

<sup>7</sup>Decreto 6.040/2007.

territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

b) Territórios Tradicionais, tidos como:

[...] espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária

c) Desenvolvimento Sustentável, cujo conceito é:

[...] uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Seu objetivo central é

[...] promover o desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, econômicos e culturais, com respeito a valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Entre os povos e comunidades tradicionais brasileiras essa política cita indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais, pomeranos, dentre outros. Povos que integrem diferentes biomas, ecossistemas, e que estejam em áreas rurais ou urbanas.

O encontro entre culturas distintas sempre foi e será, em um primeiro momento, hostilidade. Porém, quando se percebe abertura de alguma dessas partes há a possibilidade de um compartilhar. Quando há abertura de todas as partes envolvidas, o “eu” e o “tu” fundem-se para originar o “nós”, uma experiência única e intransferível, nascendo assim, o com-viver, a vivência de um encontro em direção ao outro que constrói o coexistir.

Em meio a tantos encontros e desencontros das grandes cidades modernas em busca do reconhecimento, destaque, pessoas alheias a essa realidade escolhem pertencer a um universo em que o todo é maior que a soma das partes. Aqui, a liberdade individual cede lugar à proteção da constituição de um todo, expressão da vida orgânica, íntima. Essa união se dá por meio da proximidade, do face-a-face,

compartilhando um mesmo espaço de códigos e linguagens em que há uma significação comum (comunicação), através do sentimento afetivo ou tradicional, laços de sangue ou de escolha. É nesse território fértil que brota o sentimento de comunidade, fortalecimento de identidades.

A partir da concepção de comunidade torna-se mais fácil compreender e definir o Turismo de Base Comunitária, sendo a expressão turística que se molda no seio da comunidade orgânica.

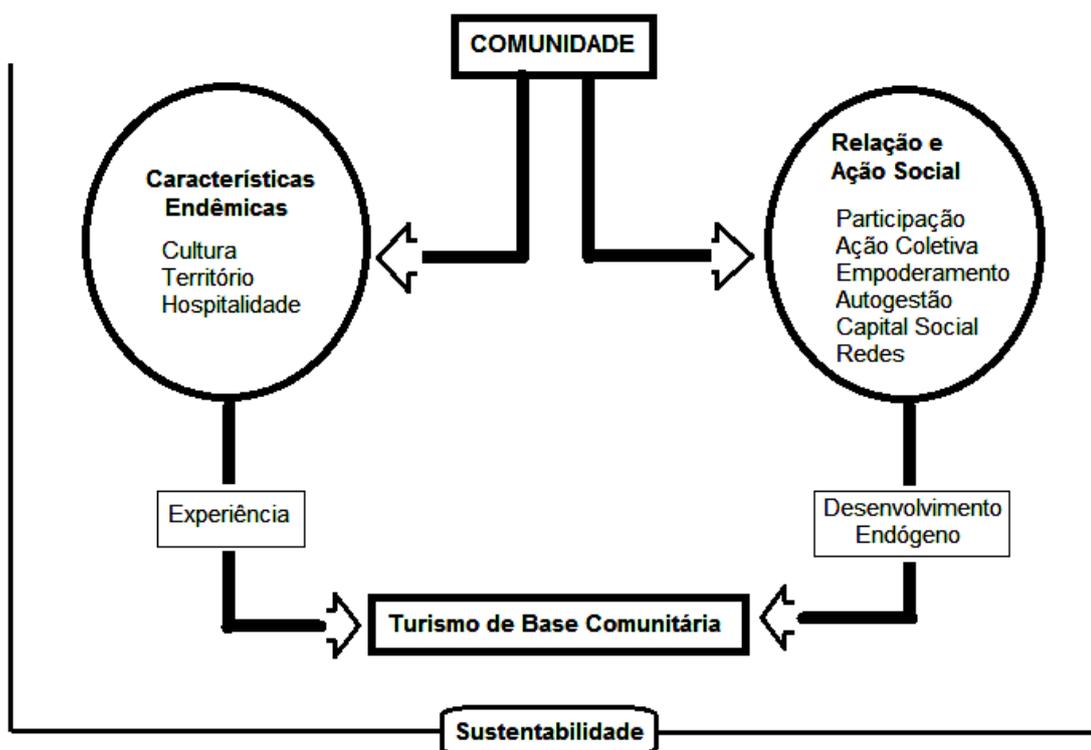
O TBC se constitui, principalmente, a partir do trabalho imaterial, que

Antes de mais nada, repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente na utilização dos saberes e que faz parte da cultura do cotidiano. (GORZ, 2005, p. 20).

Onde sua “produção” se realiza sobre o alicerce de uma cultura comum transmitida pela socialização primária, de saberes e conhecimentos comuns.

Devido à heterogeneidade e dinâmica que constitui uma comunidade, não há moldes ou modelos que deem conta de cristalizar o TBC. Dessa forma, criou-se um cenário de como o TBC pode atuar:

Figura 49 - Cenário de atuação do TBC



Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.4A RELAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO CAPITAL SOCIAL E O FORTALECIMENTO DO TBC

Faz-se necessário a compreensão de capital social e seus reflexos sobre o TBC, pois se acredita que, em muitos casos de sucesso, são constituídas, essencialmente, de mobilizações fortalecidas a partir das características primordiais ao capital social.

Com uma política governamental, cada vez mais voltada para as ambições mercadológicas, a democracia, puramente formal, não prioriza nem protege a qualidade de vida da população. Com base nisso, algumas populações decidem, por conta própria, se organizarem através de um objetivo em comum e tornam-se autoras do papel que deveria ser do Estado - planejar e desenvolver políticas sociais eficientes. E, paralelamente, ao poder público, o capital social tece e molda, na comunidade em questão, ações em prol da melhoria de vida desse grupo.

Na abordagem da temática capital social são dois os precursores no assunto: o primeiro foi Coleman (1988) e o segundo foi Putnam (1996), sendo este último, o que mais ganhou notoriedade com o tema. Esses autores definiriam capital social como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177). Pois, são por meio dessas características que se constitui a comunidade cívica, onde esta seria uma comunidade composta por membros participantes e atuantes nas ações por eles estabelecidas. Sem contar que esses cidadãos lidam com a justiça uns para com os outros e esperam retribuição da mesma forma de tratamento.

E conforme o grau de participação e atuação, mais forte seriam os laços constituídos entre os indivíduos e o lugar.

Em Baquero e Cremonese (2006, p. 31), a ênfase do caráter produtivo do capital social “está na obtenção da cooperação espontânea para a produção de bens coletivos”. Essa forma voluntária de associação fortalece os associados, um contraponto à visão externa mercadológica ou governamental.

Wittmann e Ramos (2004, p. 42-43) classifica capital social como “todo o processo econômico (no sentido de que alavanca a produção e a produtividade econômica do sistema) que resulta na interação social e que não é apropriável de forma privada”. Esse capital oxigena o sistema econômico local de forma a superar as perversidades oriundas da competitividade mercantil.

Ainda, para esses autores,

A base do capital social é a constituição de um sólido sistema de intercâmbio de signos e informações. E essa troca pressupõe que não haja castas ou diferenciações estamentais segmentando os grupos. A igualdade de classe é condição para uma sólida unidade de projeto e de *credere*. (PAIVA *apud* WIRRMANN E RAMOS, 2004, p. 42.

Dessa forma, o *credere* – a fidúcia, o adiantamento – embasa-se em uma comunidade cultural e no “sentimento de pertencimento que tende a ser tão mais intenso quanto mais comum-unitária forem as atividades e os espaços de interação dos agentes sociais válidos” (Idem). E, o que “permite a transformação do *credere* em ‘crédito’ são os instrumentos objetivos que minimizam os riscos do emprestador”.

Mas, no modelo social em que há disposição de base material, propriedades, o *credere* é substituído pelo financiamento.

Assim, o capital social é fruto de ações norteadas, principalmente, pelo engajamento cívico, através do comprometimento dos atores sociais, frente às decisões do desenvolvimento local.

A origem desse engajamento só será possível a partir da exposição, da circulação, do embate e da revisão coletiva e conflitiva de pontos de vista (MATOS, 2009, p. 77), para que, a partir daí, todos os atores se sintam inseridos e parte do que se está prestes a construir. Pois, a capacidade de construir uma opinião pública é de extrema importância na formação de uma consciência política, instrumento fundamental à boa governança.

Ainda, sobre a questão da opinião pública, Cooley (*apud* MATOS, 2009) a concebe como organização, produto cooperativo de comunicação e de influência recíprocas, sendo muito mais que um tributo atribuído ao indivíduo ou ao grupo, porém, trata-se de um processo enérgico da organização social.

Essas características refletem nas experiências desenvolvidoras do TBC reverberando, muitas vezes, em momentos de dificuldades que a comunidade enfrenta e que percebe que, somente através da organização social conseguirão solucionar suas dificuldades.

O Capital social ganha propriedade quando é construído através do empoderamento social comunitário. Para Beni (2006, p. 73), o empoderamento trata da

[...] aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política [...] pressupõe uma participação crítica e ativa, que não pode, de forma alguma, ser confundida com a simples 'presença' ao longo do processo de decisão.

O “comum” é o que é de todos, o “público”, se despertado sua importância na população local, pode ser cuidado e protegido pelos mesmos, sendo esta a forma mais sustentável de manutenção de áreas públicas.

Hoje, no Brasil, percebe-se a institucionalização de Unidades de Conservações impostas por meio de leis estaduais ou federais, onde as populações locais são, muitas vezes, marginalizadas de todo o processo. Populações que, às

vezes, estão instaladas nessas localidades a séculos, portanto carregam com eles história, tradições e identidades culturais.

Porém, como sugere Morin (2001, p. 22), pode ser função dos externos à população local, nortear ou prestar consultorias a instituições ou organismos autóctones, com o objetivo de “encorajar, de instigar a aptidão interrogativa e orientá-la para os problemas fundamentais” a sua própria condição de sua própria época.

É importante que debrucemos atenção ao turismo a partir da perspectiva local e não somente a partir do desejo do turista, pois cada lugar tem suas particularidades, presentes na natureza e na cultura, que despertem o interesse para o turismo.

Uma afirmação de Bauman (2001, p. 107) se encaixa perfeitamente nessa assertiva: “Uma cidade sob medida para indivíduos que querem administrar e monitorar seu estar juntos.”

Para a vida em comunidade, antes de tudo, os indivíduos devem deixar de lado sua individualidade e se portar como parte de um ser maior, a própria comunidade, sem que isso gere frustração ou euforia. Faz-se necessário compreender a grandiosidade e a importância do todo para que, em sua singularidade, seja de fato atingido e alcançado o bem-estar das pessoas que optaram pertencer à comunidade.

O medo não tem que coexistir no estar junto, e sim no estar separado, cada um vivenciando a prisão interna da individualidade, onde esta prisão disfarçadamente se abre na janela de um computador conectado a uma “rede social”.

Ao tratar de redes sociais e comunidades, Bauman (2014) os diferencia da seguinte forma, que em seu tempo, havia “o conceito de laços humanos, de comunidade” e que a “comunidade precede você. Você nasce em uma comunidade.” Ao “contrário da comunidade, a rede é feita e mantida viva por duas atividades diferentes. Uma é conectar e a outra é desconectar.” Sendo então, extremamente “fácil conectar, fazer amigos. Mas o maior atrativo é a facilidade de desconectar.” De desfazer amizades, pois as relações reais, “conexões de verdade, frente a frente, corpo a corpo, olho no olho (...) romper relações é sempre um evento traumático”.

Na perspectiva da segmentação turística, o TBC surge com o propósito de devolver o sentimento de pertencimento à vida em comunidade aos que dela padecem, por meio da acolhida de “estranhos” que optam por “viver em comunidade” por um tempo pré-determinado e, ao desfazer suas malas, se tranca novamente em sua individualidade ao ponto de desconhecer pessoas que se relacionam com ele diariamente, abrindo-se novamente para uma experiência em comunidade nas próximas férias, onde será novamente recebido como um ser individual em meio a uma multiplicidade.

Ao se tender ao isolamento, mais cercas, muros e vigilância serão necessários, ao passo que, optando-se pela vida em sociedade, esse contato com o estranho, o diferente, se faz necessariamente obrigatório e, não tacitamente perigoso. Medidas para diminuir ou abolir a segregação, individual ou coletiva, se tornam necessárias para que se torne possível, de fato conviver e harmonizar essa relação com o “outro”. É no encontro com o outro que nos reinventamos e nos aprimoramos como partes pertencentes a uma multiplicidade. É nesta multiplicidade que nos reconhecemos como indivíduos.

A segregação e o cárcere, por mais justificadas que sejam, jamais deixarão de denegrir, de reprimir e de deteriorar a composição do diverso, que traz intrínseco aquilo que podemos sintetizar como comunidade ou pluralidade humana.

### 3.5A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DE REDES NA ORGANIZAÇÃO DO TBC

Quando se menciona redes, imediatamente, vem-se à mente estruturas diversas que se unem através de relações ou vínculos, que nascem com o objetivo de fortalecer cada componente que participa dessas redes. O importante é que todos os integrantes, direta ou indiretamente, beneficiem-se. Caso contrário, as redes poderão perder a adesão de seus constituintes e, lentamente, começar a puir.

Ao tratar do conceito de rede, Parente (2004, p. 21) inicia sua obra trazendo conceitos ligados ao corpo humano, à medicina humana (veias, pele, dentre outras formas que designam redes). Ao redirecionar o olhar, sobre o conceito, da medicina para os fenômenos sociais, a noção de rede é ressignificada, tornando-se um

“objeto do pensamento em sua relação com o espaço.” E desta forma ela é analisada do micro ao macro; é percebida como uma estrutura básica e vital da maioria, senão de todos, os organismos e sistemas, porém, de forma integrada.

Para o mesmo autor (Idem, p. 24), “rede é lugar visível e vínculo invisível”, já que lugares e paisagens são facilmente perceptíveis. Já os laços são construídos e alimentados por ações e solidariedade. Sendo assim, a rede teria um vínculo selado entre os seguintes elementos: “a associação, a comunicação e a comunhão.”

Para Bauman (2001, p. 106), em um tempo de globalização, onde as relações se esgotam facilmente, no contexto da contemporaneidade, em que a pressa é pré-requisito para tudo, todos temos uma difícil tarefa que é a de fazer escolhas em favor do comum ao invés do individual:

[...] Como a tarefa compartilhada por todos tem que ser realizada por cada um sob condições inteiramente diferentes, divide as situações humanas e induz à competição mais ríspida, em vez de unificar uma condição humana inclinada a gerar cooperação e solidariedade.

Por mais que se pareça difícil, em tempos como esse, é mais complicado escolher entre o coletivo e o particular, pois no particular o meu “eu” se sente melhor acomodado, visto que a convivência em grupo, em comunidade, exige, em vários momentos, o esquecimento do “eu”.

### 3.6 AUTOGESTÃO COMO MECANISMO DE CONSTRUÇÃO DO LUGAR AO TBC NO TURISMO GLOBALIZADO

O turismo tem como alicerce o aporte e a participação comunitária, uma estrutura fundamental, em que membros constituintes de uma mesma cidade ou região, reúnem-se, através da comunidade civil organizada, para discutir, desenhar e desenvolver o melhor e mais adequado modelo de turismo que dê conta de, satisfatoriamente, acolher as características do lugar acima mencionadas, tendo como arcabouço o bem-estar do conjunto de moradores locais.

O termo sustentabilidade, por si só, sugere autogestão, pois é a partir da capacidade de se autogerir que se desenvolve a sustentabilidade. Porém, a

necessidade de retornos financeiros, a curto prazo, negligenciam esta forma de gestão, beneficiando pequenos grupos ou interesses individuais.

Sabemos que, se os atores locais não se organizarem, essa tarefa se torna uma utopia, abrindo espaço para a gestão externa, muitas vezes de organizações com compromissos abertos para com a biodiversidade, e com repulsa para com a sociodiversidade.

O sujeito traz por si mesmo uma carga de valores e crenças assimilados e autogerados ao longo de sua história de vida.

No TBC é imputado a esse sujeito, mulheres e homens, as tomadas de decisões através da participação da população local. Participação é aqui, entendida,

[...] uma *necessidade* humana e, por conseguinte, um *direito* das pessoas. A participação se justifica por si mesma, não por seus resultados. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e um processo de aquisição do poder. A participação serve à apropriação do desenvolvimento do povo. A participação é uma capacidade que se aprende e se aperfeiçoa. (BORDENAVE, 1984, p. 102)

Porém, essa participação acaba, por muitas vezes, sendo utilizada de forma inadequada, apenas como ferramenta de controle de uma minoria que, ao traçar seus quereres, lançam-se em manipular a participação popular.

Não é intuito crer na fantasiosa ideologia de que a participação popular pode ser constituída, a partir de opiniões de pessoas esclarecidas o suficiente, que por sua vez pudessem gerar suas próprias opiniões constituídas a partir de suas experiências de vida.

Fato é que, infelizmente, são poucas as comunidades que conseguem desenvolver uma participação social que dê conta de exprimir o desejo tácito de seus membros. Dificultando assim, a base da formulação de decisões de fatos populares.

Em muitas experiências do TBC está, aí, o gargalo de seu desenvolvimento, pois é necessário esclarecer a seguinte questão: até que ponto os membros das comunidades que se dizem fomentadoras do TBC são de fato atores de seu próprio desenvolvimento? Será que, de fato, o poder de ouvir e ser ouvido, e, principalmente, o poder de decidir é formulado a partir de opiniões oriundas dessa participação popular? Ou será que este é somente um discurso elaborado por quem

se julga no direito de decidir, e re replica esse argumento para que os demais se sintam representados?

A participação social nasce com o desejo de retomada do poder sobre as vidas dos que nela se inserem, a parte essencial para atingir essa retomada é a mobilização dos cidadãos, que segundo Yves Sintomer (2010, p. 34), “não envolve apenas a lógica utilitária de defesa dos interesses próprios; ela depende amplamente de ideias capazes de constituir elementos de identificação e de uma crença na possibilidade de um mundo mais justo”.

Sob a ótica de um processo mais igualitário Vernant (1984, p. 72) afirma,

A *Polis* [cidade] apresenta-se como um universo homogêneo, sem hierarquia, sem planos diversos, sem diferenciação. A *arché* [o poder] já não se concentra em um personagem único no cume da organização social. Está dividida igualmente através de todo o domínio da vida pública, nesse espaço comum em que a cidade encontra seu centro, seu *meson*. Segundo um ciclo regulamentado, a soberania passa de um grupo a outro, de um indivíduo a outro, de tal maneira que comandar e obedecer, em vez de se oporem como dois absolutos, tornam-se dois termos inseparáveis de uma mesma relação reversível.

Dessa forma, entende-se que um ideal de modelo de justiça social, reduzirá a possibilidade de apropriação de poder, infectando assim toda sua estrutura e, por fim, comprometendo o elemento vital ao TBC, a participação e interesse social.

O mesmo acontece com as comunidades que tem o TBC como modelo representativo de planejamento e execução. E, como todo modelo representativo, o mesmo é adaptado e reformulado conforme a necessidade e histórico da comunidade em questão. Sendo assim, como jamais encontraremos duas pessoas iguais, jamais encontraremos comunidades que apresentem da mesma forma o TBC, o máximo que podemos encontrar são ideias originais que, por serem referências, geram tentativas de imitações. Mesmo assim, não significa que a segunda comunidade não conseguirá desenvolver, com o tempo, uma forma original de trabalhar o TBC, muito pelo contrário, se a mesma tiver empenho e aptidão poderá também ser, futuramente, uma referência.

### 3.7 DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DAS LOCALIDADES DO TBC

O TBC, assim como outros fenômenos sociais, manifesta-se através de características endêmicas, próprias a cada localidade, uma vez que será, primordialmente, representante do modo de vida dessa população. Deste modo, a forma e grau de desenvolvimento desse fenômeno também é muito particular, levando em consideração o que a população local considera como representativo de seu lugar. Isso se aplica tanto à infraestrutura, como também a padrões sociais moldados e característicos dessa população.

Sendo assim, faz-se necessário orientar o olhar do leitor a respeito do que melhor se aplicaria à ideia de “desenvolvimento” voltado ao TBC, que esse estudo pretende permear. E, a partir daí, fazer uma breve introdução sobre esse conceito tão amplo e refém da linha economicista.

Distante do contexto exposto anteriormente, busca-se encontrar um conceito de “desenvolvimento” que retrate melhor a proposta social vivenciada nas comunidades, objeto deste estudo.

Para a contemporaneidade, o conceito de desenvolvimento não pode mais ser concebido como progresso inconsequente, ou atrelado a fatores meramente econômicos. Nas últimas décadas, a reflexão sobre esse conceito “grita” por questões de âmbito social e ambiental.

Ao longo dos últimos séculos, em que o fator econômico regeu a “evolução” humana – Revolução Industrial, Capitalismo, Globalização –, tornou-se nítido que o mesmo esgotou sua capacidade de argumentos em prol dessa continuidade de evolução. Hoje, especialmente com os debates em torno do que constitui o desenvolvimento “sustentável”, derruba, por terra, a ideia de um desenvolvimento construído, primordialmente, a partir da questão econômica, seja de uma pequena cidade, seja de uma nação.

Inicia-se assim, um processo de reavaliação sobre os impactos decorrentes dessa forma de constituição do desenvolvimento, crescimento ou progresso orientado cegamente pelos fatores econômicos. Nessa perspectiva, quase tudo é medido através de “índices” quantitativos que dizem reproduzir o que se passa na

vida social. Percebe-se assim, que esse reducionismo não dá conta de traduzir a complexidade da realidade vivida e, sobretudo, no que diz respeito à qualidade da vida.

Nasce, com a discussão da sustentabilidade, reflexões mais aprofundadas sobre a qualidade de vida e, diante dessa questão, abre-se o horizonte da percepção humana em que o destaque é a interação homem-natureza e suas consequências. A resposta, para uma vida equilibrada e justa, poderia ser construída a partir da forma em que se molda essa relação.

Intenciona-se aqui discutir o conceito de desenvolvimento e sua trajetória até os dias atuais, para, por fim, uni-lo ao conceito de endogenia, objetivo fim desta discussão. Para isso, faz-se necessário distinguir desenvolvimento e crescimento econômico.

Para Morin (1993, p. 64), o desenvolvimento é, no século 20, a palavra catedrática que se encontra na base da ideia mestra de que o “desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento.” E, que em nome desse desenvolvimento/progresso, “poder”, justificou-se inúmeras tragédias e barbáries humanas, dentre elas as ditaduras, pois, para alcançar esse poder seria preciso sacrificar tudo.

O desenvolvimento tem dois aspectos. Por um lado, é um mito global em que as sociedades industriais atingem o bem-estar, reduzem as suas desigualdades extremas e proporcionam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. Por outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. (MORIN, 1993, p. 64)

Vale salientar que essa última concepção ignora a existência de toda a complexidade humana e o seu meio.

A questão do desenvolvimento, atrelado à qualidade de vida, tem como marco, pós Segunda Guerra Mundial, a Carta das Nações Unidas concebida na Conferência de São Francisco de 1945, onde, a partir dessa conferência, oficializou-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa carta promulga, em seu preâmbulo, “estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações (...) possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla”. Sua finalidade é contribuir para a

ascensão dos níveis de desenvolvimento mundial, através da promoção do crescimento e da qualidade de vida.

A partir dessa promulgação, o debate sobre as ações para alcançar o desenvolvimento se elevou ao patamar do bem-estar social e às relações deste com as questões econômicas, políticas e ambientais.

Ao tratar da conceituação de desenvolvimento, Scatolin (1989, p. 06) o aborda da seguinte forma,

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Já em Sandroni (1994), o desenvolvimento econômico é visto como melhorias dos níveis de vida dos cidadãos, acompanhadas por crescimento econômico e, conseqüentemente, pelas alterações estruturais promovidas por esse crescimento, onde o desenvolvimento está atrelado às características históricas e geográficas de cada lugar.

Souza (1993) aborda a questão do desenvolvimento, através de duas linhas de pensamento: na primeira, mais superficial, aponta o crescimento como sinônimo de desenvolvimento; na segunda, traz os críticos marxistas, os quais apontam como crescimento uma simples mutação quantitativa do produto e, por outro lado, argumento que o desenvolvimento seria as mudanças qualitativas desde o modo de vida dos indivíduos às mudanças nas instituições e nas estruturas produtivas.

Em Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205), para que haja desenvolvimento é necessário que os fatores que compõem a economia proporcionem a distribuição de seus recursos através dos diferentes setores, de forma a melhorar o “bem-estar econômico e social (redução da pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”.

No que tange à órbita da endogenia, Morin elucida que “o desenvolvimento destrói, mais ou menos rapidamente, as solidariedades locais e os traços originais adaptados às condições ecológicas singulares”, pois sua voracidade, por traduzir o progresso em cifras, é muito tentador, enquanto as relações sociais são ignoradas

pela visão econômica. Porém, esquece-se que não há desenvolvimento ou progresso que cresça de forma incessante até o infinito.

Frente a isso, há uma crescente resistência local que, ou por desconhecer esse lado do capitalismo desenfreado ou por escolha por um modo de vida baseado nas relações sociais avança contra a correnteza, propõe um diferente modo de organização em comunidade. Formas solidárias que constituem expressões sociais encontram mais riquezas nas vidas do que nos objetos.

Há um grande debate em torno da sobrevivência das pequenas comunidades, rurais, indígenas, caiçaras, dentre outras tradicionais, uma vez que devido ao histórico das sociedades, esses grupos sociais seriam fruto da má distribuição e desigualdade originárias do desenvolvimento - um desenvolvimento que, para acontecer tem que se constituir em detrimento de algo.

Em Diamond (*apud* DEMO 2000, p. 101-102), dentro de um contexto em que a dialética histórica humana seria dinâmica, complexa, não-linear, imprevisível, há uma retomada da teoria darwiniana, a qual aborda que se sobrevive o mais forte diante da competitividade natural da vida, e os mais fracos são eliminados. Sendo assim, em

[...] algumas partes só desenvolveram sociedades cultoras não letradas, e outras retiveram sociedades de caçadores-coletores com ferramentas de pedra. Tais desigualdades históricas lançaram longas sombras no mundo moderno, porque as sociedades letradas com ferramentas de metal conquistaram ou exterminaram as outras sociedades.

O peso disso para as sociedades modernas é relevante, primordialmente, quando confrontado a dialética entre o global e o local:

**Quadro 18 - Global e Local**

<b>Global</b>	<b>Local</b>
Busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade.	Respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.
Uma população esparsa de objetivos regidos por uma lei única que os constitui em sistema.	Uma população contígua de objetivos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação.
A solidariedade é produto da organização.	A organização que é produto da solidariedade.
A razão universal é organizacional;	A razão local é orgânica.
Prima a informação, esta é sinônimo de organização.	Prima a comunicação.
Seus parâmetros são razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática.	Seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.
Desterritorializada.	Reterritorializada.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Santos (2009).

Os aspectos elucidados, dialeticamente, alimentam e retroalimentam um ao outro.

Para Brose (2000), o desenvolvimento local teria cinco dimensões: a inclusão social, o fortalecimento da economia local, a inovação na gestão pública, a gestão ambiental e o uso racional de recursos naturais e mobilização da sociedade.

Já em Beni (2006, p. 37), o desenvolvimento endógeno teria somente três dimensões: a econômica (“sistema específico de produção capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade”); sociocultural (“atores econômicos e sociais se integram às instituições locais e formam um denso sistema de relações” sociais) e; política (“que se materializa em iniciativas locais possibilitando a criação de um entorno capaz de incentivar a produção e que favorece o desenvolvimento sustentável”).

O ambiente em que se desenvolve o turismo endógeno seria, ainda segundo Beni, “áreas locais com expressivo patrimônio histórico-etnico-cultural, por meio do qual podem ser vivenciadas experiências mais autênticas e genuínas”.

O enfoque do desenvolvimento endógeno está nas peculiaridades cotidianas do modo de vida das pessoas dessas áreas, que, muitas vezes são lugares expressivos por sua beleza natural ou cultural.

Barquero (RODRIGUES *apud* SEABRA, 2007, p. 20) define o desenvolvimento local como:

[...] processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a melhoria do bem-estar social da população local e ou regional.

O mesmo autor sintetiza que somente quando essa comunidade local torna-se capaz de liderar o processo de transformação estrutural é que de fato se protagoniza o desenvolvimento endógeno.

### 3.8 TBC E SUA ESSÊNCIA

O modelo de Turismo de Base Comunitária (TBC) está ligado ao tipo de experiência que nasce da prática turística que se origina na vinculação com a terra, daqueles que se pode chamar de “filhos da terra”: povos marcados e constituídos pelo o espaço que o moldou e o cerca - comunidades indígenas, rurais, ribeirinhas e litorâneas – pois, a partir daí, estes poderão agregar à experiência turística a essência de estar com a comunidade em seu termo mais original.

Sachs (2002, p. 30) nomeia esses povos como “pessoas dos ecossistemas”, ou seja, habitantes de florestas e populações rurais que, segundo a concepção do autor, lutam por sua subsistência, baseando seus modos de vida em conhecimentos profundos sobre as ocorrências da natureza.

Nesse contexto, cabe então destacar a importância do meio, daquilo que se constitui durante a viagem - o trajeto entre a casa e o destino, o caminho, muitas vezes pouco esperado, um obstáculo entre a realidade e o ideal a se atingir. Para muitos viajantes, isso passa despercebido em seus planos de viagem.

Parte-se da ideia de que nada se repete da mesma forma em situações distintas, visto que são as situações particulares que geram interesses, movimentos e resultados característicos das experiências sofridas e ocasionadas pelo grupo em que as mesmas foram geradas.

Trata-se, assim, de um modo de orquestrar entes e espaços do lugar e reunir manifestações endêmicas que expressem o modo de ver e viver, uma narrativa folclórica do que foi e do que é, e principalmente do que constitui um ser do lugar, para que os que dela experimentem possam sentir o lugar, com todas as implicações que consiste este “estar” neste lugar.

A perspectiva turística surge tão somente como um jeito novo de convidar os de fora a provar um pouco do que estaria presente na essência daqueles que são do lugar.

Nesse modelo de gestão do turismo há uma linha muito tênue entre o público e o privado ou, melhor dizendo, daquilo que se concebe enquanto público ou enquanto privado. Pois, em sua maioria, famílias abrem suas casas e suas fragilidades para recepcionar pessoas nunca antes vistas, com histórias e costumes

distintos aos seus, que buscam no modo de vida do anfitrião uma resposta para os conflitos ou situações que, ainda, não estão devidamente alcançados ou incorporados em suas vidas: seja o sentimento de pertencimento a algo maior que sua própria existência; seja a brusca mudança de rotina, para, após experienciado algo diferente, por um tempo determinado, haja a reafirmação da necessidade da rotina anterior; seja simplesmente o desejo de vivenciar o exótico ou a experiência pela experiência.

Bachelard (1998, p. 23-25), ao abordar o conceito de “casa”, diz que a casa seria “nosso canto no mundo”, onde estão nossos objetos e lembranças que nos representam como indivíduos no mundo. Então, como seria abrir esta “concha inicial” a um estrangeiro, a um ser que, muitas vezes, não compreenderá a amplitude representativa da morada interior, que se esfacela nos recantos dessa casa? Como definir este “ser privilegiado” que adentrará no mais íntimo desse “abrigo” e integrá-lo a esta complexidade de valores pertencentes a seres distintos, em seu tempo e espaço? Como expor “nossos deuses domésticos” sem constranger ou expulsar aquele que recebo - o outro?

E, é nesse sentido de casa, de morada que Certeau (1996, p. 204) nos situa no seguinte contexto, onde descreve que a “moradia revela a personalidade de seu ocupante [...] esboça um retrato semelhante, a partir dos objetos (presentes ou ausentes) e dos costumes que supõem.” Então, como expor toda essa intimidade?

O ideal seria resguardar um espaço para o íntimo onde se permita criar uma “barreira simbólica entre o privado e o público, entre uma convivialidade eletiva, regrada pelos indivíduos, e uma socialidade obrigatória, imposta pelas autoridades.” (Idem, p. 206) Nem tudo pode ser compartilhado, pois ao mesmo tempo que a intimidade, os costumes, hábitos podem ser acolhedores, eles também podem causar repulsa, ainda mais quando são mal compreendidos ou não aceitos pela cultura de quem é de fora. É justamente essa “frágil barreira simbólica” (Idem) que contornará os limites entre o “eu” e o “outro”, entre o de casa e o de fora, entre o sedentário e o nômade.

E que, essa experiência seja tal qual mencionada por Agamben (2009, p. 11) quando trata da autêntica revolução, onde a mesma “não é a entrada forçada pela porta de um novo e eterno mundo (o mundo pós-histórico), mas mantém as coisas

exatamente como elas são, apenas um pouco fora do lugar.” E que, essa revolução seja a revolução intrínseca do ser, baseada e fortalecida na experiência vivida.

Essas reflexões devem ser esmiuçadas para que se entendam como se constitui o TBC e todas as implicações que elas remetem nas vidas e hábitos de comunidades inteiras.

A tendência humana é perceber nos outros - fatos e situações – aquilo que gostaríamos de viver ou não. Isso nos guiará a respeito do que ambicionamos ou renegamos. E, desse modo, só estaremos satisfeitos, temporariamente, se atingirmos esse nível imaginário em nossas vidas.

O tempo de permanência em “estar turista”, concretiza-se através do DE MORAR em um determinado lugar. Caso esse tempo seja ultrapassado, poderá gerar frustração ao trazer a tona aspectos da rotina do lugar visitado, que muitas vezes, choca-se com a sensação de melancolia e da ausência da rotina anterior.

A leitura que cada visitante faz do espaço em que está inserido, constitui-se de forma única, já que cada ser revisita o seu passado, constantemente, na construção do presente, o que faz gerar satisfação ou tédio dependendo das expectativas formuladas e as experiências vividas.

O deslocamento no espaço é simultaneamente uma travessia no tempo, em direção ao passado mais distante. Mas as paisagens reencontradas ressoam segundo o que elas evocam e tornam possível na dramaturgia pessoal do viajante. Se há um espírito que se afeiçoa ao lugar, é porque a viagem está nele ao mesmo tempo. (BESSE, 2006, P. 45)

Para cada um, a história do lugar ressurgue de forma distinta e, ao mesmo tempo em que é revisitada, também é revivida, isso em tempos distintos. Ademais, fora de nossa rotina, todos os nossos sentidos ficam em alerta, onde observamos e assimilamos, frequentemente, elementos por nós descobertos e que compõem o espaço. É como se fôssemos “deuses” observando do alto tudo que nele acontece, sem que sejamos contaminados por seus vícios. Esses elementos, somados as relações e sensações que se desenvolvem nesse espaço, criam ou reafirmam a memória deste lugar em cada indivíduo.

Por mais que esteja claro que não há elementos sólidos em uma cultura, o turismo se utiliza de ícones marcantes e consolidadores da cultura do local que, com o tempo, a sua existência passa a ser fantasiosa.

Estamos em um ciclo em que jamais chegaremos à satisfação plena, pois por mais que corramos para atingir o almejado, este nunca será suficiente por si só. Sempre existirá algo a mais, algo além, que precisa se constituir para que, assim, possamos sempre desejar algo novo para perseguir. O atingível nunca é suficiente por si só, pois precisará sempre de um complemento para que sua melhoria seja garantida - uma melhoria inalcançável à viagem.

Já foi dito que o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o *desejo* – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não-referencial que as ‘necessidades’, um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificação ou ‘causa’. (BAUMAN, 2001, p. 88)

A concepção de um novo desejo, por si só, basta para desfazer o desejo anteriormente concebido. Por isso que, no turismo, há a necessidade de, constantemente, transformar o simples contato com uma paisagem, monumento ou o anfitrião da comunidade receptora em uma experiência mais humana, que fortaleça as relações dos que ali se fazem presentes.

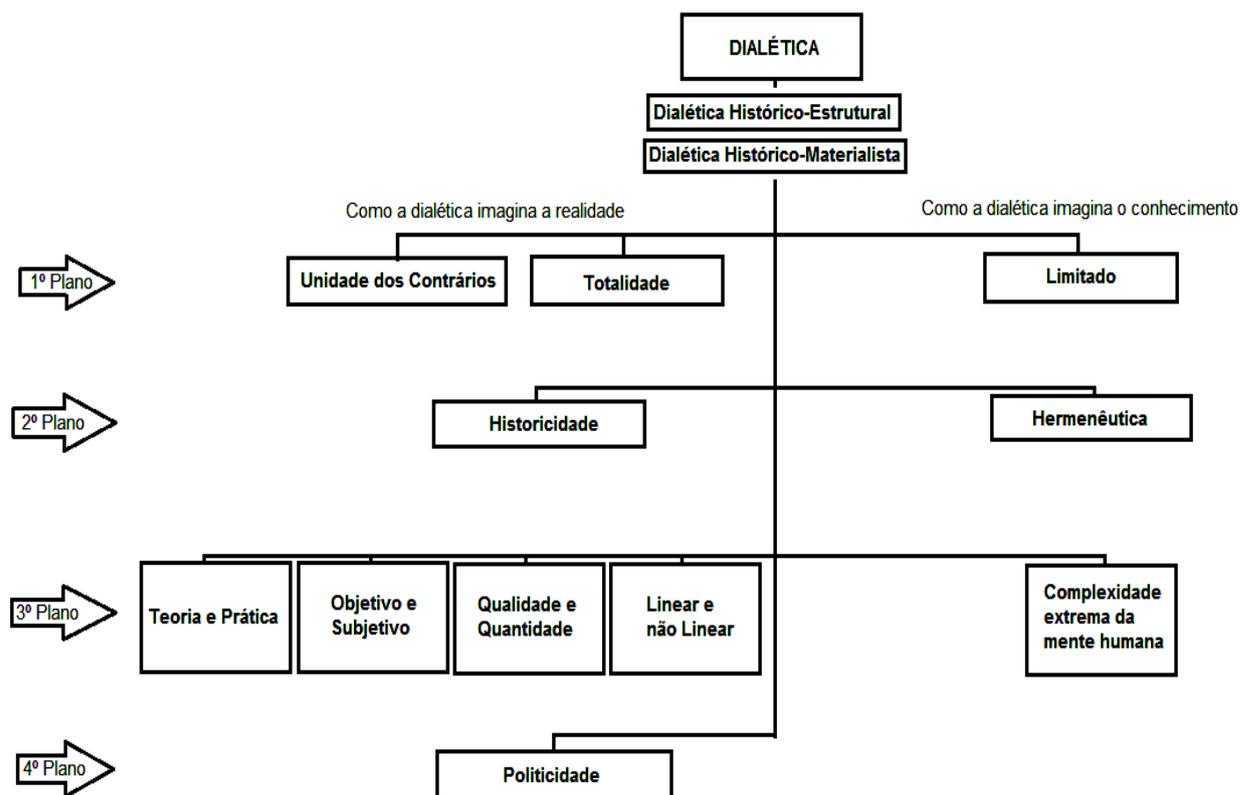
## **EVIDÊNCIAS FINAIS**

Essa dissertação se fundamenta nas categorias dialéticas. A figura 50 elucida a forma de interpretar e entender o tratamento dado ao TBC, pelo edital de 2008 do MTur, e suas consequências.

Ainda não parece claro para o Ministério do Turismo, e, conseqüentemente, para a grande parte da sociedade brasileira, a diferença entre “segmento” e “modelo” de TBC. Neste contexto, percebe-se a existência de dois modelos básicos de turismo: o de Massa, fortemente globalizado, interligado em redes, alimentado por toda a cadeia produtiva do turismo (agências, operadoras, redes hoteleiras); e o Alternativo, uma contraposição ao Turismo de Massa, o turismo feito pelos “locais”, pelos pequenos grupos sociais, modelo a margem dessa estrutura globalizada do turismo.

O TBC se situa no segundo modelo, onde a comunidade se insere no contexto de um lugar, sentindo-se parte desse lugar, constituindo laços desse grupo social com o território que o circunda. Comunidades que percebem no turismo uma possibilidade de se organizar, de se associar, e de se inserir nessa dinâmica, tentando criar uma estratégia de sobrevivência frente ao mercado globalizado.

Figura 50 - Categorias da dialética



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Demo (2000).

Em um primeiro plano, a partir da perspectiva dialética se vê a realidade como uma *totalidade e unidade dos contrários*.

A totalidade se caracteriza de forma “incompleta, aproximada, imprecisa” (DEMO, 2000, p. 108). O processo de formação do *todo* se dá através da existência da dinâmica comum, porém, esse *todo* se mostra com constantes rachaduras, “por onde sempre pode entrar a antidinâmica da mudança” (Idem, p. 109).

A totalidade aplicada ao TBC identifica-se como fissuras à construção do conceito de TBC e a abordagem mercadológica adotada pelo principal órgão fomentador do turismo no país, o MTur.

Através da dialética se vê a totalidade como múltipla, complexa e dinâmica, passível, a todo tempo, de contradições do que está *posto* (tese), isso porque o “conflito habita o interior de todos os seres” (Idem, p. 101), onde, em um primeiro momento, desagrega para reorganizar o *todo*, nesse caso, o TBC.

Dessa forma, confronta-se o *posto* (tese), o que está construído como TBC – teoria e prática -, com o seu *oposto* (antítese), o que se designa atualmente como TBC, tendo por base o tratamento dado por meio do edital de 2008, o que não constrói um modelo de Turismo de Base Comunitário, visto que, esse edital acolhe a concepção de desenvolvimento local, e não a de desenvolvimento comunitário. Dessa colisão, tese contra antítese, gera-se um novo movimento em busca de uma conciliação, o *dever* (síntese), a reconstrução do TBC, através da ressignificação de seu conceito, onde, no centro encontra-se a comunidade genuína (costumes, hábitos, tradições, forma de relação homem-espço) e circundando ao seu redor, encontra-se a prática turística.

Uma vez identificada a comunidade como cerne do TBC, percebe-se que algumas categorias produzidas posteriormente, a partir da configuração comunitária, são recorrentes nas práticas de TBC. São elas: a formação de capital social, o empoderamento das comunidades, a formação de redes interligando essas comunidades, a autogestão distribuída entre os atores locais, a singularidade na experiência proporcionada em comunidade, o desenvolvimento endógeno construído a partir da participação social e a sustentabilidade.

Em um segundo plano da realidade está a historicidade, presente no movimento descrito acima (tese, antítese e síntese), uma vez que, se aceito, a síntese se configurará como tese, sujeita novamente ao movimento gerado por suas contradições.

No terceiro plano da realidade dialética, como categorias complementares estão:

- Teoria - com “pretensões universalizantes”, porém, se não tiver sentido para a prática “nunca foi se quer teoria”; e Prática – localizada, mas prática que jamais retorna à teoria “desanda em ativismo cego”;
- Objetivo e subjetivo – “a interferência do sujeito faz parte da história, ainda que essa tenha também suas estruturas que se impõe”;
- Qualidade – “representa a intensidade das coisas” e, Quantidade – “indica o horizonte da extensão”. Isso explica o propósito da dialética: “não reduzir um termo ao outro, mas manter entre eles relacionamento polarizado tipicamente não linear” e;

- Linear – forma mais superficial de explicar a realidade e; Não Linear – explicar a realidade através da complexidade.

No quarto plano dialético está a politicidade da realidade, a trajetória que constrói o conhecimento, pois, “o que aprende é, de alguma forma, ser político” (DEMO, 2000, p. 113).

No que tange à construção da definição de TBC é imprescindível destacar a importância do edital do MTur como marco referencial ao TBC, no Brasil, visto que, esse processo consolidou o nome TBC ao dar visibilidade a essa forma de expressão do turismo, difundindo-a por todo o território nacional, já que foi esse edital que “elevou” o TBC à categoria de segmento.

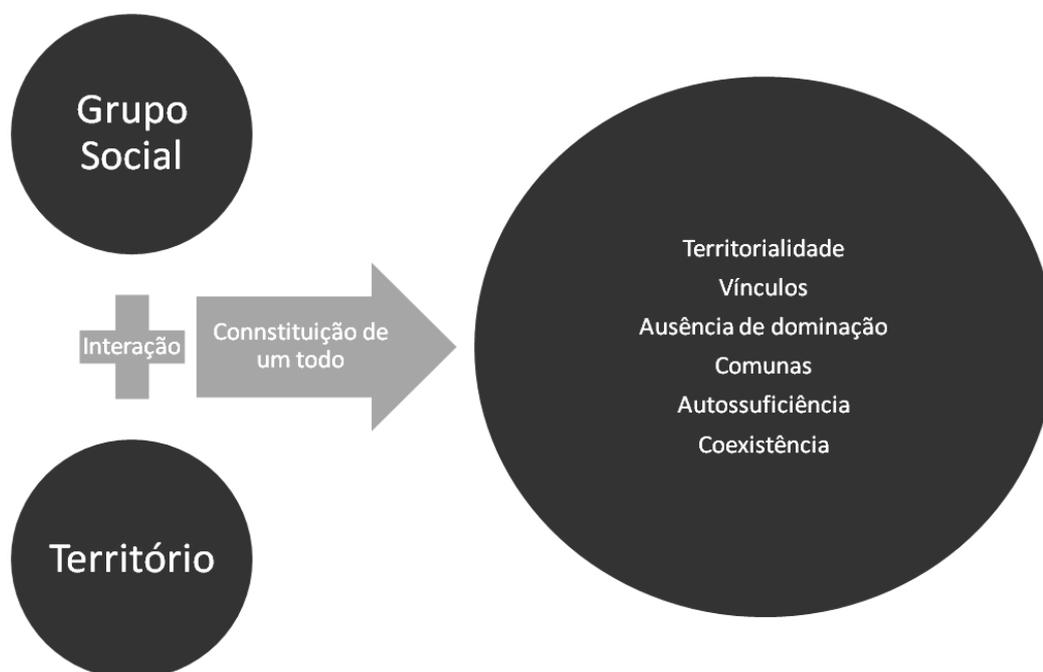
Acredita-se que por seguir uma linha teórica já emoldurada de TBC na América Latina, como exemplo tem-se o Equador através do autor Carlos Maldonado um precursor no que se refere ao turismo comunitário, o MTur tenha viesado para a definição mais mercadológica. Pois, durante o texto do edital e também do livro que referencia os projetos selecionados, o TBC nasce para suprir uma necessidade mercadológica. Fato que comprova isso é a urgência em formatar o segmento TBC e apresentá-lo ao mercado. Em meados de 2008, lança-se o edital e, em meados de 2009, é apresentado o roteiro pronto no 4º Salão do Turismo Roteiros do Brasil, em São Paulo.

A partir da análise do edital, percebe-se que, no momento de seu lançamento, não havia construído uma concepção sobre o TBC que fosse suficiente para restringir tanto os projetos enviados, como os projetos selecionados, permitindo-se a participação de qualquer projeto que se auto-intitulasse desenvolvedor do turismo local.

Abre-se, assim, um leque de possibilidades infinitas de práticas que se encaixam na dimensão polissêmica descrita no edital. Evento esse, que explica a superação da previsão de recebimento de projetos pelo MTur – a expectativa inicial era de aproximadamente 100, passando para mais de 500. Tal fato também alterou o número de projetos selecionados, por esse órgão, para apoio financeiro – antes era de 10 a 15 projetos, passando para 50.

Abaixo, analisa-se, à luz do que nesse estudo constituiu-se como comunidade (Figura 51), as 50 experiências selecionadas pelo MTur, caracterizando-as como práticas que têm, em suas bases, atributos de comunidade.

**Figura 51: Elementos essenciais à constituição do conceito Comunidade**



Fonte: Elaborado pela autora

Como consequência, é possível constatar no Quadro 19, que os projetos selecionados pelo MTur refletem o pluralismo de práticas turísticas brasileiras, constituíram resposta à ausência de definição clara ou conceituação do que se constituiria o TBC.

Quadro 19: Práticas Comunitárias

UF	Ref	Projeto	Comunidade ?	
			SIM	NÃO
<b>Região Sudeste – 16 projetos</b>				
ES	01	Nossa Terra Nossa Arte: Artesanato, história e TBC – Vitória e Região Metropolitana		X
ES	02	Ecobase Ilhas Caieiras: Preservação do Mangue e Gastronomia nas Ilhas Caieiras – Vitória		X
MG	03	Boas Práticas para o Turismo Comunitário: Forró rural e vivência agroecológica com hospedagem caseira: uma mistura que dá ritmo – Araponga, Rosário de Limeira e Fervedouro		X
MG	04	Implantação do Turismo de Vilarejo no Distrito de Cuiabá, Gouveia: Iguarias para os olhos e o paladar – preciosidades do Circuito dos Diamantes		X
MG	05	Fortalecimento da Rede de Produção Comunitária para o Turismo em Brumadinho: Inhotim – o museu a céu aberto com produtos da comunidade local.		X
RJ	06	Promoção do turismo de base comunitária em Paraty: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional		X
RJ	07	Vila Solidária: Encontro entre Brasil e África na Vila do João – Rio de Janeiro		X
RJ	08	O Povo do Aventureiro: Fortalecimento do TBC – Campings domiciliares: aproximando turistas e comunidade Ilha Grande – Angra dos Reis	X	
RJ e SP	09	Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde.: Tesouros culturais das comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas – Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba	X	
RJ e SP	10	Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro: Nas trilhas do Parque Nacional da Serra da Bocaina – Angra dos Reis, Paraty e São José do Barreiro		X
RJ	11	Tecendo Redes do Turismo Solidário: Criatividade e solidariedade na produção artesanal do Morro do Vantagalo – Rio de Janeiro		X
RJ	12	Turismo no Morrinho: Brincadeiras solidárias: mudando a vida de jovens nas favelas – Rio de Janeiro		X
RJ	13	Reviver Paquetá: Cultura, artes e paisagens na Ilha de Paquetá – Rio de Janeiro		X
SP	14	TBC em Juquitiba (Vale do Ribeira): Conciliando a Preservação da Mata Atlântica com Geração de Renda e Trabalho: Interação entre turistas e comunidade no cotidiano		X
SP	15	Centro de Capacitação em Turismo e Hospitalidade de Base Comunitária da Vila da Praia Branca, Guarujá: História, interação e lazer na Prainha Branca		X
SP	16	Apoio à Iniciativa de TBC no Município de Peruíbe: Lazer e descoberta no litoral paulista – Peruíbe/Barra Uma	X	

<b>Região Sul – 08 projetos</b>				
PR	01	Deslocamentos: Ecoturismo de Base Comunitária no Litoral Norte do Paraná – Turismo protagonizado por cooperativa de moradores no Litoral Norte do Paraná – Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, e Paranaguá		X
SC	02	Turismo: Estratégia de Sustentabilidade para o Sul de SC – TBC: Cânions e cultural colonial – Praia Grande		X
PR	03	Turismo Solidário – Conservando a Floresta com Araucária: Hospedagem familiar solidária na conservação da floresta de araucária – Turvo		X
PR	04	Fortalecimento do TBC na Conservação de Modos de Vida de Comunidades do Rio Sagrado, Morretes – Produtos artesanais e hospedagem domiciliar na Serra do Mar		X
SC	05	Destino Referência em Turismo Rural de Base Comunitária – Roteiros acolhedores no meio rural – Encostas da Serra Geral		X
SC	06	Saberes e Fazer Artesanais das Mulheres Rurais de Joinville e Região de Santa Catarina – Desenvolvimento do artesanato: mudando o cotidiano das mulheres do campo de Joinville		X
RS	07	Estruturação do Roteiro Caminhos Rurais – Roteiro temático: Caminhos Rurais de Porto Alegre		X
RS	08	Turismo rural solidário – Promovendo Desenvolvimento Comunitário Sustentável – Cultura e religiosidade – Santo Antônio da Patrulha		X

<b>Região Norte – 06 projetos</b>				
AM	-01	Fortalecendo o TBC na Resex do Rio Unini – Visitantes e ribeirinhos na preservação da região amazônica – Barcelos	X	
AM	02	TBC no baixo Rio Negro: Bases para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental – Cotidiano das populações do Rio Negro – Manaus e Novo Airão	X	
PA	03	Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós – Cultura ribeirinha cabocla – Reserva Tapajós, Arapiuns	X	
PA	04	VEM – Viagem Encontrando Marajó – Praia do Pesqueiro: hospedagem domiciliar no desenvolvimento da comunidade tradicional – Ilha do Marajó		X
PA	05	Ecoturismo de Base Comunitária entre Praia e Igarapés – Curuçá		X
TO	06	Plano de Apoio ao TBC em Taquaruçu - Palmas – Aventura, culinária local e artesanato		X

<b>Região Centro-oeste – 03 projetos</b>				
GO	01	Valorização da Cultura Popular para o turismo em Pirenópolis – Aconchego no interior de Goiás		X
GO	02	Um Vale Verde de Verdade – Sustentabilidade no Cerrado brasileiro – Pirenópolis		X
MT	03	Guardiões do Pantanal – O Pantanal na vivência cotidiana na Colônia Z-5 de Pescadores – Barão de Melgaço		X

<b>Região Nordeste – 16 projetos</b>				
AL	01	Tramas em Riacho Doce – Onde tem rede tem renda: artesanato e gastronomia na Comunidade de Riacho Doce – Maceió		X
AL	02	Plano de desenvolvimento Estratégico – Bordando as tramas do turismo no Pontal da Barra – Maceió		X
BA	03	Trilhas Griôs de Lençóis – Diversidade Cultural e tradição oral - Lençóis	X	
BA	04	Base Local Ecoturismo – Promovendo o TBC na Costa do Cacau – Comunidades pesqueiras e cultura afro-brasileira na Costa do Cacau		X
BA	05	Ações Prioritárias para a Organização e Inserção Comunitária na Implantação e Gestão de Atividades Ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá – Caravelas		X
BA	06	Apoio ao TBC – Patrimônio arquitetônico com desenvolvimento sustentável – Lençóis		X
CE	07	Promoção de Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri – Turismo Solidário: transformação pelos jovens – Nova Olinda		X
CE	08	Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e Construindo Sustentabilidade – Sociedade, cultura e natureza: bases para o turismo solidário – Região Costeira do Ceará		X
CE	09	Turismo Rural Comunitário do Assentamento Rural Tijuca Boa Vista – Associativismo: base para a sustentabilidade		X
CE	10	Rede ecoturismo para a vida! – Sociedade, cultura e natureza: bases para o turismo solidário – Região Costeira do Ceará		X
CE	11	Turismo Comunitário e Solidário no Assaré de Patativa – No Assaré de Patativa o TBC é poesia pura		X
MA	12	Central de Turismo do Município de Santo Amaro – Comunidade e turistas nos Lençóis Maranhenses: relações solidárias na promoção do desenvolvimento sustentável		X
PE	13	Potencialização do TBC no Porto de Galinhas – O artesanato e a economia solidária em Porto de Galinhas		X
RN	14	Outro Turismo Acontece: Turismo Solidário e Cultura Popular Nordestina – Manifestações culturais e práticas solidárias em Maxaranguape		X
SE	15	Estruturação e fortalecimento do TBC do Povoado Terra Caída – No Mangue Seco, práticas de TBC – Indiaroba		X
CE	16	Ayty – TBC do Povo Tapeba – Turismo (solidário) de base comunitária nas comunidades Tapeba: histórias, costumes e gastronomias – Caucaia		X

Fonte: Elaborado pela autora.

O edital do Ministério teve como objetivo expresso o fomento de iniciativas, organizadas ou identificadas como TBC, afim de, as promoverem no mercado turístico nacional, por meio da elaboração de roteiros desse “segmento”.

Nota-se que esse documento enfatiza muito mais a dimensão “local” que a “comunitária”, tanto é que, em nenhum momento, há uma conceituação ou definição do TBC. O mais próximo a isso é quando há uma associação das denominações: “turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras”, afirmando-se haver “elementos comuns” em tais iniciativas.

Em vários projetos selecionados pelo Ministério do Turismo é comum confundir o Turismo de Base Comunitária com o Turismo de Base Local, sendo

assim, cabe destacar a diferença entre esses dois: o primeiro se fundamenta na comunidade genuína (indígena, quilombola, caiçara), em seu patrimônio cultural comum, para inserir o visitante na dinâmica específica desse organismo vivo; já o segundo se refere ao turismo em que uma parcela da população local (região, cidade, vila, bairro, vilarejo) está presente nas atividades que envolvem o turismo, situação em que se encontram a maioria das propostas enviadas ao MTur.

No decorrer do texto, listou-se 10 itens prioritários à seleção das propostas, dentre os quais, o 10º item era: “tempo de organização de atividade turística de base comunitária”, único item que faz menção ao TBC. A impressão é de que deseja-se, a “qualquer custo”, formatar o “segmento” de TBC, uma necessidade meramente voltada ao mercado.

Alguns fatos recorrentes chamaram a atenção durante a análise dos projetos selecionados:

- a) O número expressivo de populações inseridas ou próximas à Unidades de Conservação (esfera municipal, estadual ou federal). Em muitos casos essa situação pode gerar uma tensão entre os locais e os órgãos fiscalizadores, já que em muitos episódios há restrições quanto ao uso do território, o que se alerta para a necessidade de inclusão dessas populações em atividades relacionadas ao cuidado com esses territórios;
- b) A grande incidência de ONGs frente aos projetos – o que cabe questionamento sobre o protagonismo das populações locais e, principalmente, sobre o desejo de desenvolver o turismo segundo uma perspectiva exógena;
- c) Forte apelo à capacitação profissionalizante, com destaques para cursos, palestras, seminários, oficinas. É importante salientar que o principal atrativo do TBC é a vivência que o turista terá junto aos moradores locais de atividades de sua rotina. A partir disso, questiona-se: o interesse nessa “qualificação” é porque isso gera resultados mais rápidos em um período curto de tempo para apresentá-los ao MTur, ou essas atividades estão de fato voltadas às práticas de TBC?

A crítica que se faz a esse edital é devida a falta de critérios claros e parâmetros definidores do TBC, situação que teve como principal consequência a autointitulação de experiências ditas de TBC. Muitos desses casos não se consolidaram como desenvolvedoras de TBC, após o fim do apoio governamental, justamente pela inconsistência de se sustentarem como tal.

A visão do edital, direcionada ao mercado, permitiu o enquadramento das experiências diversas, como sendo de TBC, padrão fora da realidade dessas localidades. Exemplo disso é o grande número de instituições a fim de “capacitar”, “qualificar”, “treinar” para satisfazerem o mercado, transformando a experiência turística distinta, da comunidade, em simulacros.

Além disso, o caráter da segmentação tem como ponto de partida a ideia de que as experiências ou expressões, ali reunidas, são “teoricamente” homogêneas, situação que não condiz com o TBC já que cada comunidade se caracteriza por sua heterogeneidade, diversidade, particularidade, diferenciado-as das demais dinâmicas específicas.

Sendo assim, a lei estrutural social, a comunidade, como “obra de arte cria seu próprio espaço” (BAUDRILLARD *apud* BAUMAN, 1998, p. 135), construindo sobre ele significados e sentidos de uma identidade comum.

Outra situação desagradável na construção da significação do TBC, dada pelo MTur, é a de que qualquer composição social, munida da mais sutil prática de protagonismo ou fruto de organização formal social, seria considerada como desenvolvedora de ações com amparo no campo de significação do que é comunitário, desconsiderando todo o arcabouço teórico desse conceito.

Para que isso aconteça, é imprescindível desvincular a ideia minimalista de que o progresso, o desenvolvimento esteja atrelado a fatores meramente econômicos, pois essas comunidades têm muito mais a contribuir com a espécie humana por meio de seus valores construídos a partir de suas relações com o “outro”, social ou ambiental.

Vive-se o momento em que índices econômicos são, frequentemente, utilizados para induzir o comportamento social. Aqui, homens e mulheres são

decifrados por suas referências econômicas (classe A, B, C ou D). Isso acaba por determinar o nível de poder que uns acreditam ter sobre os outros. Felizmente, longe dessa ditadura econômica, existem diversos povoados, grupos sociais, comunidades que acreditam no relacionamento e na ação social como forma de resistência ao que está posto, constituindo, a partir da coletividade ameaçada, uma vida orgânica e real através do sentimento de pertença e da comunhão de objetivos e ideais, vínculos construídos pelo que se é, não pelo que se tem.

Para compreender uma comunidade genuína é preciso pensar para além de sua contribuição como cenário ao turismo; é tentar entender sua dinâmica social, seus valores e saber que, ali, existem fragilidades que merecem atenção e cuidado com sua abertura ao turismo; é entender a importância que essa comunidade representou aos seus antepassados, representa aos seus contemporâneos e representará aos seus sucessores; é construir, assim como se faz com reservas ambientais, aparatos que protejam e legitimem essas comunidades e seu patrimônio cultural comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOLHIDA NA COLÔNIA. Disponível em: <http://www.acolhida.com.br/>. Acesso em 16 novembro de 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**; Tradutor Vinícius Nicastro Honesko. – Chapecó, SC: Argos, 2009.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBO KALUNGAS. Disponível em <<http://www.quilombokalunga.org.br>>. Acesso em: 11 junho 2014.

BACHELARD, Gastar. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital Social**: teoria e prática. – Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**; Tradução, Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003,.

BAUMAN, Zigmunt. A amizade Facebook. **Fronteiras do Pensamento**. Disponível em < <http://www.fronteiras.com/videos/player/?13,108>>. Acesso em: 20 abril.2014.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. – São Paulo: Aleph, 2006.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: Seis ensaios sobre paisagem e geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BLOG ECOTURISMO CASSURUBA. Disponível em: <<http://ecoturismocassuruba.blogspot.com.br/2011/08/ecoturismo-cassuruba-o-projeto.html>>. Acesso em: 15 novembro 2014.

BLOG RAIZES DA PRAIA. Disponível em: <<http://raizesdapraia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 novembro 2014.

BORDENAVE, Juan Diaz. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática**: escritos de viagem e estudos sobre educação. – São Paulo: Editora Loyola, 1984.

BORNHEIM, Gerd. **Dialética teoria práxis**. São Paulo: Globo. 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática**: escritos de viagem e estudos sobre educação. – São Paulo: Editora Loyola, 1984.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade das cidades**. Brasília: 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo: **Catálogo de Turismo de Base Comunitária 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo 2013-2016**: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/ebook/index.html#p=4](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/ebook/index.html#p=4)

BRASIL. Dinâmica e diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. CULTURA, Instituto Casa Brasil de. **Catálogo Turismo de Base Comunitária**. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Plano de Manejo Participativo da RESEX do Rio Unini**. Novo Airão, AM: 2014.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAMINHOS RURAIS. Disponível em: <<http://www.caminhosrurais.tur.br/>>. Acesso em: 16 novembro de 2014.

CARLOS, Ana Fani. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. - (Coleção Milton Santos; 1).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHEPTULIN, Alexandre. In: MOESCH, Marutschka Martini. **A construção Metodológica Dialética**: Por uma Epistemologia do Turismo. Dissertação (Mestrado

em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

CIRNE-LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, 2. ed.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz. (orgs). Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. – São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. – 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade** / Jacques Derrida [entrevistado]; Anne Dufourmantelle; tradução de Antonio Romane; revisão técnica de Paulo Ottoni. – São Paulo: Escuta, 2003.

DIAMOND, J. **Guns, germs, and steel: the fates of human societies**. New York: W.W. Norton, 1999. In: DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção**: um resultado didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 21 ed.

FRONTEIRAS do pensamento. **Mínimas Metragens**. Disponível em <[www.fronteiras.com](http://www.fronteiras.com)>. Acesso em: 27 abril. 2014.

FUNDAÇÃO CASA GRANDE. Disponível em: <[http://www.fundacaocasagrande.org.br/coop\\_pousadas.php](http://www.fundacaocasagrande.org.br/coop_pousadas.php)> . Acesso em: 02 novembro 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONSETH. *Remarque sur l'idée de complémentarité*. In: SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 1986.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ILHA DE PAQUETÁ. Disponível em: <[www.ilhadepaqueta.com.br/reviverpaqueta/ailha.html](http://www.ilhadepaqueta.com.br/reviverpaqueta/ailha.html)>. Acesso em: 15 novembro de 2014.

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DO CERRADO. Disponível em <http://www.ecocentro.org/o-ipeco/o-instituto>. Acesso em: 11 junho 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/campus/index.jsf?campi=lpojuca>>. Acesso em: 05 novembro 2014.

INSTITUTO IPE. Disponível em <: <http://www.ipe.org.br/projetos-baixo-rio-negro/turismo-de-base-comunitaria>> Acesso em: 09 de novembro de 2014.

INSTITUTO PEABIRU. Disponível em <<http://peabiru.org.br/2013/06/26/comunidade-recebe-turistas-em-roteiro-piloto-de-ecoturismo-de-base-comunitaria/>> . Acesso em 02 novembro 2014.

JUQUITIBA SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.juquitiba-sp.com/noticias/ataparcialdareuniaodocomtur-281013>>. Acesso em 15 novembro de 2014.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 2. ed.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Ed. Roca, 2002.

MALDONADO, Carlos. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario in SEED**: Documento de trabajo número 73, OIT, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MATOS, Heloiza. Capital social e comunicação: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOCHILEIROS. Disponível em: <<http://www.mochileiros.com/santo-amaro-perguntas-e-respostas-t55160-45.html>>. Acesso em 05 novembro 2014.

MOESCH, Marutschka Martini. **A construção Metodológica Dialética**: Por uma Epistemologia do Turismo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

MOESCH, Marutschka Martini. **A epistemologia social do turismo**. 2004. Tese de doutorado – ECA/USP, São Paulo.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. – Tradução Eloá Jacobina. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil: 2001.

MORIN, Edgar ; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. – tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 4. ed. – Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **Mínimas metragens**. Disponível em [www.fronteras.com](http://www.fronteras.com) publicado em 27.06.2013.

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ. Disponível em: <<http://portal.guaruja.sp.gov.br/?s=turismo+de+base+comunit%C3%A1ria&lang=pt-br>>. Acesso em 15 novembro 2014.

MUNICÍPIO DE JOINVILLE. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/noticia/7979-Relan%C3%A7amento+do+Viva+Ciranda+traz+novidades+ao+turismo+rural+de+Joinville.html>>; Acesso em: 16 novembro de 2014.

NASSER, Ana Cristina (tradução). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia).

OLIVEIRA, Holendina Rodes de; RICCO, Adriana Sartório. **Turismo e desenvolvimento sustentável de base local**: um estudo de caso na comunidade da Ilha das Caieiras. Volume 3. Vitória: Faculdade Estácio de Sá de Vitória, 2013.

ORGANIZAÇÃO AÇÃO GRIÔ. Disponível em < <http://www.acaogrio.org.br/compre-nossos-produtos/trilhas-grio/>>. Acesso em: 02 novembro 2014.

ORGANIZAÇÃO AMAZÔNIA COMUNITÁRIA. Disponível em <<http://www.amazoniacomunitaria.org>> . Acesso em 09 novembro 2014.

ORGANIZAÇÃO MUSEU DE FAVELA. Disponível em: <[www.museudefavela.org/pt/participe/favela-tour-roteiro-casas-tela](http://www.museudefavela.org/pt/participe/favela-tour-roteiro-casas-tela)>. Acesso em 15 novembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO SERRA DE MINAS. Disponível em: <[http://www.serrasdeminas.org.br/noticia\\_abre.php?id=14](http://www.serrasdeminas.org.br/noticia_abre.php?id=14)>. Acesso 30 de outubro de 2014.

ORGANIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/noticia/fundacao-florestal-abandona-projeto-e-dinheiro-publico-fica-esquecido-em-conta-bancaria>>; Aceso em 15 novembro de 2014.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, sociedade e novas tribos. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org). **Idade mídia**. Salvador: UFBA, 2001.

PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PLATÃO. In: BORNHEIM, Gerd. **Dialética teoria práxis**. São Paulo: Globo. 1983.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REDE TUCUM. Disponível em <<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/147443>> .Acesso em 01 novembro 2014.

REDFIELD, Robert. **The Little Community e Peasant Society and Culture**. In: BAUMAN, Zygmunt, 2003.

ROCHA, Simone Saviolo. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE)**. Comunidade e sustentabilidade. Dissertação de Mestrado, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. - 13ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEABRA, Giovanni (Org). **Turismo de Base Local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/2011/05/13/costa-do-cacau-ganha-dois-novos-roteiros-turisticos/>> Acesso em: 14 novembro 2014.

SILVA, Juliana Fernandes da. **Filhos do Aventureiro**: um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de conservação e turismo. 2013. Dissertação de Mestrado, CET, UnB.

SINTOMER, Yves. **O poder ao povo: júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa**. Tradução e apresentação André Rubião. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/projetos/incentivo-ao-ecoturismo-de-base-comunitaria/>>. Acesso em 16 novembro 2014.

SOCIEDADE SEMEAR. Disponível em: <<http://www.sociedadesemear.org.br/?pg>>. Acesso em: 05 novembro 2014.

STAKE, Robert E. In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURISMO CONSCIENTE. Disponível em < <http://www.turismoconsciente.com.br/>> . Acesso em: 02 novembro 2014.

TURISMO RURAL SOLIDÁRIO. Disponível em: <<http://www.turismoruralsolidario.com.br/>>. Acesso em: 16 novembro de 2014.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1984.

WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (orgs). **Desenvolvimento Regional**: Capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

WWF. MITRAUD, Sylvia (org.) **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

WWF. Disponível em <: <http://observatorio.wwf.org.br/unidades/cadastro/808/>>. Acesso em: 01 de novembro de 2014.

## ANEXOS

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS MTUR/2008



**Ministério do Turismo**  
**Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo**  
**Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo**

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS MTur/Nº 001/2008

#### SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS PARA APOIO ÀS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

##### 1. Objeto

Selecionar projetos de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária e que promovam a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios de economia solidária.

##### 2. Justificativa

A atividade turística possui reconhecida importância econômica, conforme levantamento realizado pela Organização Mundial do Turismo, que apontou o setor como o terceiro no mundo em termos de geração de divisas. Espera-se que, em 2010, um em cada dez empregos seja criado no setor. O setor é o quinto maior gerador de divisas do Brasil. No entanto, se por um lado as atividades relacionadas ao turismo têm potencial de promover o crescimento, por outro são conhecidos os impactos causados, principalmente, no que diz respeito à cultura local e preservação do meio ambiente.

Dentre esses impactos, destacam-se os vazamentos de renda, a descaracterização de ambientes naturais e a alteração de costumes e de valores tradicionais, a especulação imobiliária e a conseqüente exclusão territorial de residentes. Tais efeitos mostram-se mais freqüentes e prejudiciais em meios onde são mais precárias as condições de vida da população.

Em contraposição a esses impactos, surgiram diversas iniciativas alternativas de desenvolvimento da atividade como as redes de comércio justo no turismo, as ações ligadas ao *pro-poor tourism*, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo<sup>1</sup>.

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

As experiências de vários países, como o Equador, o Peru e, principalmente, a rede TUSOCO da Bolívia, apontam a possibilidade de desenvolver-se a atividade turística em um

---

<sup>1</sup> Estas formas alternativas de desenvolvimento turístico utilizam como matéria-prima a cultura local, seja pelo lado da demanda, interesse dos turistas em conhecer a cultura local, seja do lado da oferta, no protagonismo comunitário da gestão turística. Todavia, é importante ressaltar que estas se diferenciam radicalmente de processos de espetacularização e coisificação dos estilos de vida e costumes das comunidades envolvidas, como ocorrem em alguns casos de exploração de atividades turísticas em favelas do Rio de Janeiro, por exemplo.

modelo em que as comunidades locais participam ativamente do planejamento, da execução e do monitoramento das atividades turísticas e conseguem gerar renda complementar e desenvolvimento socioeconômico. A atuação de operadores turísticos especializados, com destaque aos europeus, também demonstra o potencial deste nicho turístico.

No Brasil, há casos considerados de turismo comunitário em estados como Ceará, Amazonas, Pará, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas destas iniciativas estão reunidas em uma rede informal denominada TuriSol - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.

Baseado na premissa de que o turismo pode desempenhar um papel positivo que beneficie diretamente as comunidades locais e com vistas às metas do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, o Ministério do Turismo (MTur), por meio do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo (SNPDTur), publica esta chamada com o objetivo de apoiar as iniciativas de turismo comunitário existentes no País.

### 3. Objetivos

- Fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de Turismo de Base Comunitária (TBC);
- Apoiar projetos de TBC, para o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social, qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e desenvolvimento local/inclusão social.

### 4. Linhas temáticas de apoio.

Esta Chamada Pública de Projetos destina-se a apoiar propostas que visem o desenvolvimento das atividades ligadas ao TBC, por linhas temáticas definidas de acordo com as competências e atribuições do DCPAT. Esta divisão tem um caráter operacional e as atividades das diferentes linhas estão relacionadas e não são excludentes. Desta forma, recomendamos que as propostas contemplem atividades de duas ou mais linhas temáticas. Estas linhas de apoio estão divididas em:

#### Linha temática 1: Apoio à produção associada ao turismo<sup>2</sup>

Poderão ser apoiados projetos que visem à melhoria de produção, preferencialmente de grupos organizados e/ou cooperados, de práticas artesanais, cujos atributos naturais e/ou culturais são identificados com o destino turístico e com a comunidade local, capaz de agregar valor ao produto turístico. Serão apoiadas ações ligadas à melhoria da produção como desenvolvimento de produtos, melhoria da qualidade e do *design*, comercialização e gestão de negócios, desenvolvimento de embalagens e rótulos. Além disso, serão apoiados planos de negócios e de viabilidade socioeconômica.

#### Linha temática 2: Apoio à qualificação profissional

Poderão ser apoiados projetos que visem o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias ao atendimento da demanda turística, preferencialmente de grupos organizados de forma associada, visando à sustentabilidade dos grupos e dos destinos turísticos. Serão apoiadas ações de aperfeiçoamento profissional e empresarial, como cursos de hospitalidade, gestão e para melhoria da oferta de serviços (alimentação, hospedagem, lazer, entre outros), com foco nos princípios da economia solidária.

<sup>2</sup> Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor ao produto turístico.

### Linha temática 3: Apoio ao planejamento estratégico e organização comunitária

Poderão ser apoiados projetos que visem ao planejamento do uso sustentável do território turístico pela comunidade local, preferencialmente organizada de forma associada, bem como a mobilização e organização desta para a gestão da atividade turística e para a formação de redes. Serão apoiadas ações ligadas à mobilização e organização de grupos/comunidades, à elaboração de Planos de Desenvolvimento Estratégico, à gestão de atividades ligadas ao turismo, com foco na articulação com iniciativas privadas e com instituições públicas, principalmente locais, ao intercâmbio entre iniciativas de TBC, à formação de redes entre os grupos comunitários e entre as comunidades turísticas e ao intercâmbio de experiências entre as iniciativas de TBC.

### Linha temática 4: Apoio à promoção e à comercialização

Poderão ser apoiados projetos que visem à promoção e comercialização do destino turístico e/ou dos seus produtos e serviços associados, compondo uma estratégia de promoção comercial. Serão apoiadas ações ligadas à elaboração de instrumentos de promoção comercial (folders, catálogos, mostruários eletrônicos, material promocional para o ponto de venda), à participação em eventos/seminários e ao desenvolvimento de roteiros turísticos de cunho comunitário/solidário com operadores especializados.

### Linha temática 5: Apoio às ações de fomento às práticas de economia solidária

Transversal às demais linhas, o fomento às práticas de economia solidária envolve diretamente a formação de empreendimentos econômicos solidários, desde sua mobilização até sua inserção no mercado. Serão apoiadas ações de organização produtiva, apoio ao associativismo/cooperativismo, melhoria da produção, gestão e comercialização, apoio à formalização dos grupos e sua inserção no mercado.

As propostas deverão se restringir às iniciativas existentes, com recorte territorial específico, visando ao fortalecimento de grupos organizados que produzam bens e/ou prestam serviços ligados à atividade turística.

## **5. Resultados esperados**

- Maior participação das comunidades locais nos benefícios advindos da atividade turística.
- Comunidades locais qualificadas para a gestão da atividade turística.
- Geração de trabalho e renda ligada a iniciativas de TBC.
- Articulação de iniciativas do segmento “Turismo de Base Comunitária” em rede.
- Articulação e parcerias entre as esferas públicas e privadas responsáveis pela gestão da atividade turística em destinos em que o TBC se desenvolve.

## **6. Habilitação para apresentação de propostas**

### **6.1. Instituições sem fins lucrativos**

Instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos que possuam atribuições estatutárias e regimentais relacionadas aos projetos, que atuem em áreas relativas ao turismo, desenvolvimento local/sustentável e/ou inclusão social e que possuam no mínimo 03 (três) anos de funcionamento regular, inclusive com inscrição no CNPJ/MF, assim identificadas: (a) ONG, (b) Fundação, (c) Associação ou organização de base, (d) OSCIP.

**6.1.1.** A qualificação técnica e a capacidade operacional serão verificadas pelo Comitê de acordo com o currículo institucional da Instituição.

**6.1.2.** Serão aceitas propostas de execução em parceria, por meio de associação de duas ou mais entidades sem fins lucrativos, bem como dessas com o poder público, na condição de proponente ou interveniente.

**6.1.3.** Os documentos exigidos são:

- a. Cadastro no CNPJ/MF, com inscrição de no mínimo 03 (três) anos;
- b. Estatuto ou Regimento registrado em cartório, Ata da Assembléia de eleição da diretoria e Termo de Posse dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição, todos atualizados;
- c. Currículo institucional;
- d. Cópia da Cédula de Identidade e CPF/MF dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição;
- e. Declaração de funcionamento regular da instituição nos últimos 03 (três) anos, emitida no exercício de 2008, por 03 (três) autoridades locais;
- f. Certificado de Qualificação como OSCIP emitida pelo Ministério da Justiça, nos casos das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; e
- g. Declaração da Contrapartida financeira.

## **6.2. Estados, Distrito Federal e Municípios.**

Serão aceitas propostas de execução em consórcio entre os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para fins de alcance do limite estabelecido na alínea "c" do item 8 deste Edital.

**6.2.1.** Serão exigidos os documentos abaixo discriminados:

- a. cadastro no CNPJ/MF;
- b. cópia da Cédula de Identidade e CPF/MF da autoridade proponente;
- c. termo de posse ou ato de nomeação;
- d. previsão orçamentária de contrapartida;
- e. declaração da contrapartida financeira; e
- f. certidão negativa da Fazenda Estadual no caso de Município.

## **7. Despesas Orçamentárias.**

Poderão ser apoiadas, observando a legislação em vigor quando da aprovação do projeto, as seguintes despesas:

- a) despesas correntes:** material de consumo; software; instalação, recuperação e manutenção de equipamentos; serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica); passagens e diárias, dentre outras necessárias à consecução do projeto aprovado;
- b) despesas de capital:** equipamento, material permanente e material bibliográfico, pequenas obras, instalações civis e reformas em geral necessárias ao desenvolvimento do projeto, dentre outras necessárias à consecução do projeto aprovado. Essas despesas somente se aplicam ao **Poder Público**.

### **7.1. Contrapartida**

Será exigida contrapartida do proponente, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, nos seguintes percentuais, mínimos e máximos, sobre o valor aportado pelo Ministério do Turismo:

#### **7.1.1. Municípios e instituições privadas sem fins lucrativos:**

- a) 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento), para municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- b) 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), para municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na Região Centro-Oeste; e
- c) 10% (dez por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

#### **7.1.2. Estados e Distrito Federal.**

- a) 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE e da SUDAM e na Região Centro-Oeste; e
- b) 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

### **8. Condições para apresentação das propostas.**

- a) cada instituição executora poderá apresentar apenas uma proposta.
- b) as propostas deverão contemplar pelo menos uma das linhas temáticas de apoio, conforme estabelecido no item 4.
- c) as propostas devem conter solicitação de apoio financeiro entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- d) o prazo de execução de cada projeto deverá ser de até 18 (dezoito meses), contados a partir da assinatura do Convênio a ser celebrado entre o MTur e o proponente, podendo ser prorrogado, mediante solicitação, a critério do MTur.

### **9. Apresentação das propostas.**

**9.1.** A proposta deverá ser enviada ao MTur, via Internet, no endereço eletrônico [cpe@turismo.gov.br](mailto:cpe@turismo.gov.br), até a data limite estabelecida no item 11 deste Edital, conforme modelo apresentado no anexo I, e deverá obedecer ao limite de 15 a 20 páginas.

**9.2.** Deverá ser enviada ao MTur, até 18/7/2008, a proposta impressa e assinada pelos representantes legais das entidades envolvidas e pelo coordenador do projeto, podendo ser anexados outros documentos e informações considerados relevantes para sua análise.

**9.3.** A documentação deverá ser enviada ao MTur, via postal, mediante registro ou equivalente, até a data limite para apresentação da proposta estabelecida no item 11 deste Edital, devendo constar no envelope o seguinte endereço e identificação:

**Edital MTur/DCPAT/CGPE - TBC**

**Ministério do Turismo**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 3º andar, sala 329**

**CEP: 70.065-900**

**Brasília/DF.**

## **10. Processo de seleção**

### **10.1. Pré-qualificação**

Esta etapa é eliminatória e será realizada por um Comitê composto de técnicos integrantes da equipe do DCPAT e um representante do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - DEAOT, designados por Portaria, que verificará o enquadramento das propostas aos requisitos de pré-qualificação definidos neste Edital, conforme segue:

- a) adequação da proposta aos objetivos da Chamada Pública de Projetos (item 3) e às Linhas Temáticas de Apoio (item 4);
- b) envio da proposta até a data limite estabelecida no item 11;
- c) encaminhamento da proposta na forma exigida: envio eletrônico pela Internet e impressa, com assinatura dos representantes legais dos proponentes e do coordenador do projeto, conforme definido no item 9;
- d) habilitação dos proponentes conforme especificado no item 6;
- e) observância do critério de apenas uma proposta por proponente;
- f) atendimento ao valor limite estabelecido na alínea "c" do item 8; e

### **10.2. Avaliação de mérito**

A avaliação de mérito das propostas selecionadas pelo Comitê será realizada por uma banca composta por especialistas convidados pela Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas - CGPE/SNPDTur/MTur.

#### **10.2.1. Terão prioridade as propostas que contemplem:**

- a) áreas de influência dos 65 destinos-indutores, definidos no PNT 2007-2010, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo; todavia não serão excluídas propostas que não são desta área de influência;
- b) enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil;
- c) execução em consórcio conforme estabelecido no subitem 6.2. deste Edital;
- d) execução em parceria conforme estabelecido no subitem 6.1.2. deste Edital;
- e) áreas de Parques Nacionais e/ou de entorno de áreas de preservação;
- f) maior número de pessoas que trabalhem direta e indiretamente em atividades turísticas;
- g) maiores fluxos de turistas na área beneficiada pelo projeto;
- h) plano estratégico para o desenvolvimento do turismo de base comunitária nos territórios;
- i) formalização de associações para desempenhar a atividade;
- j) tempo de organização da atividade turística de base comunitária.

**10.2.2.** Serão considerados para análise das propostas os seguintes critérios:

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>Notas</b>	<b>Peso</b>
Relevância estratégica do projeto para o desenvolvimento local.	1 a 5	4
Contribuição da proposta para a geração de emprego e renda.	1 a 5	4
Coerência e adequação da proposta quanto aos objetivos, metas, metodologia, atividades e resultados esperados.	1 a 5	3
Caracterização da sustentabilidade econômica, social e ambiental.	1 a 5	3
Articulação com outras políticas públicas.	1 a 5	2
Adequação do orçamento e do cronograma apresentados para alcance dos objetivos das propostas.	1 a 5	2
Adequação dos indicadores a serem utilizados para análise dos resultados do projeto.	1 a 5	2
Competência e experiência prévia da equipe executora na área de desenvolvimento local.	1 a 5	2
Apresentação de resultados obtidos na implantação de projetos anteriores.	1 a 5	2

### **10.3. Seleção de projetos**

A partir da avaliação do mérito das propostas, o MTur realizará uma priorização dos projetos de acordo com os critérios previstos nesta Chamada Pública de Projetos (itens 8 e 10.2). As propostas selecionadas deverão ser adequadas aos formulários do Plano de Trabalho para celebração de Convênio com o MTur, sob a orientação da equipe técnica da CGPE/DCPAT, a qual compete à análise da adequação das propostas.

### **10.4. Celebração dos Convênios**

A celebração dos convênios referentes aos projetos aprovados no âmbito desta Chamada Pública de Projetos será efetivada a partir de agosto de 2008, mediante a formalização de Convênios, a serem firmados entre o MTur, na qualidade de Concedente, e os proponentes selecionados, na qualidade de Convenientes, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 11.514/2007, na Lei nº 8.666/93, atualizada, no Decreto nº 6.170/07, atualizado, na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, e demais legislação correlata.

### **10.5. Acompanhamento e avaliação**

O acompanhamento e fiscalização dos projetos objetos dos Convênios celebrados serão efetuados pelo MTur, mediante visitas técnicas nas localidades e elaboração de relatórios periódicos, de acordo com as metas definidas nos respectivos Planos de Trabalho.

## **11. Prazos**

Data final para apresentação da proposta.	18 de julho de 2008
Divulgação dos resultados	25 de julho de 2008
Data final para a adequação dos projetos aos padrões de Convênio do MTur.	15 de agosto de 2008
Celebração dos convênios.	18 de agosto a 18 de setembro de 2008

**12. Dotação Orçamentária**

Os recursos orçamentários para execução dos projetos a serem apoiados pelo MTur correrão à conta do Programa de Trabalho: 23.695.1166.2B39.0001 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social.

**JOSÉ EVALDO GONÇALO**

Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo